

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E**  
**SEGURANÇA SOCIAL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO**  
**ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO IMPLEMENTADO NO**  
**MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA**

**Jacqueline Reis Trindade**

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA**  
**2023**

# **ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO IMPLEMENTADO NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA**

**Jacqueline Reis Trindade**  
Bacharel em Administração  
Universidade Estadual de Santa Cruz, 2000  
Licenciada em Ciências Sociais  
Universidade Luterana do Brasil, 2017

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Eliene Gomes dos Anjos

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA**

**2023**

## FICHA CATALOGRÁFICA

T833a	<p>Trindade, Jacqueline Reis. Análise do programa nacional de promoção do acesso ao mundo do trabalho implementado no Município de Jequié/BA / Jacqueline Reis Trindade._ Cruz das Almas, BA, 2023. 185f.; il.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.</p> <p>Orientadora: Prof. Dra. Eliene Gomes dos Anjos.</p> <p>1.Políticas públicas – Trabalho. 2.Políticas públicas – Comportamento organizacional. 3.Vulnerabilidade social – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.</p> <p>CDD: 330</p>
-------	---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE CIÊNCIAS  
AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL - PPGGPPSS  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO  
AO MUNDO DO TRABALHO IMPLEMENTADO NO MUNICÍPIO DE  
JEQUIÉ/BA**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado  
Jacqueline Reis Trindade

Aprovada em: 10 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente



ELIENE GOMES DOS ANJOS

Data: 20/10/2023 13:23:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Eliene Gomes dos Anjos  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Orientadora

Documento assinado digitalmente



JORGE ANTONIO SANTOS SILVA

Data: 19/09/2023 11:16:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jorge Antônio Santos Silva  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente



ACACIA BATISTA DIAS

Data: 18/09/2023 10:23:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Acácia Batista Dias  
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
Examinadora Externa

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho à minha querida Mãe Maria. Testemunhei sua força e resiliência diante das adversidades. Seu exemplo me ensinou que a educação é uma ferramenta poderosa para transformar vidas e superar obstáculos. Foi através de sua dedicação e sacrifício que entendi o verdadeiro valor dos estudos e a importância de buscar conhecimento para moldar meu futuro.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me guiar e iluminar meu caminho ao longo desta jornada acadêmica. Sua sabedoria e orientação foram fundamentais para enfrentar os desafios e alcançar este marco em minha vida.

À minha mãe, Maria Trindade, sou grata pelo amor incondicional e apoio constante. Seu encorajamento e sacrifício nunca deixaram de me inspirar. Sua presença e seu incentivo foram essenciais para seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus irmãos, Priscila, Joilma e Neto, bem como ao meu pai, Josué Trindade. Agradeço pela compreensão, apoio e incentivo contínuo. Suas palavras de encorajamento foram uma fonte constante de motivação.

Aos meus sobrinhos, em especial a Thiago, Elisa e Victória. Agradeço por serem minha fonte constante de inspiração. Seu amor, sorrisos e energia positiva trouxeram alegria e leveza aos momentos de estudo intenso.

Expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, Profa. Dra. Eliene Anjos. Sua orientação especializada e apoio incansável foram essenciais para o sucesso deste trabalho. Sua expertise e visão foram inestimáveis ao longo de todo o processo de pesquisa.

À igreja, expresso minha gratidão pela força espiritual, apoio e orações. A fé compartilhada me sustentou nos momentos de dúvida e me inspirou a prosseguir com confiança.

Agradeço à minha amiga Milene Tortorelli, cuja participação ativa nas pesquisas, mesmo em bairros desafiadores, foi inestimável. Sua dedicação, coragem e entusiasmo contribuíram imensamente para a realização desta tese.

À Nelma, Gestora de Políticas Públicas do município de Jequié/BA. Agradeço pela acessibilidade aos documentos e às unidades. Sua disposição em compartilhar os conhecimentos e auxiliar nos recursos enriqueceu, significativamente, o conteúdo do trabalho.

À minha colega Daniela Parente, agradeço pela colaboração, troca de ideias e apoio mútuo ao longo desta jornada acadêmica. Sua dedicação e entusiasmo fortaleceram nossa busca pelo conhecimento e enriqueceram a qualidade deste trabalho. Por ela eu estendo minhas considerações e saúdo todos os meus colegas de mestrado.

Aos docentes do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, expresso minha gratidão pela experiência, conhecimento e dedicação à nossa formação acadêmica. Suas aulas, orientações e *feedbacks* contribuíram significativamente para o desenvolvimento das habilidades necessárias à realização da pesquisa.

Agradeço a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a conclusão desta etapa importante em minha vida acadêmica, desde a realização desta pesquisa até a conclusão da minha dissertação de mestrado.

*"A sociedade só será verdadeiramente justa quando as exclusões forem superadas e todas as classes minoritárias encontrarem seu lugar de dignidade e igualdade."*

Gabriel Kraychete



# **ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO IMPLEMENTADO NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA**

## **RESUMO**

Os usuários da Assistência Social estiveram à margem do mercado de trabalho, exercendo atividades informais, precarizadas e enfrentando recorrentes situações de desemprego. Esse contexto justifica a inserção do trabalho na Assistência Social, através do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho). Nesse sentido, a pesquisa objetivou analisar em que medida foi promovida a efetiva inserção ocupacional de segmentos em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié, na Bahia. Trata-se de uma pesquisa com abordagem predominantemente qualitativa, ainda que utilizando de técnicas quantitativas, visando proporcionar uma caracterização dos beneficiários do Programa a partir das fichas cadastrais. Realizado um estudo de caso, foram entrevistados 24 beneficiários e 3 gestores da rede socioassistencial do município, utilizando-se de um roteiro semiestruturado, com perguntas objetivas e subjetivas. Dentre os resultados, o estudo apontou que os beneficiários do programa são oriundos de setores que historicamente enfrentam processos de exclusão social, inseridos em ocupações precárias, pois não conseguem oportunidades de inserção ocupacional que os afastem do trabalho precário. Desse modo, os resultados do estudo sobre a implementação do ACESSUAS Trabalho em Jequié poderá ser utilizado como subsídio para que os atuais gestores avaliem o Programa e promovam ações para seu aperfeiçoamento.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Assistência Social; Inclusão Produtiva; Vulnerabilidade Social.

## **ANALYSIS OF THE NATIONAL PROGRAM TO PROMOTE ACCESS TO THE WORLD OF WORK IMPLEMENTED IN THE MUNICIPALITY OF JEQUIÉ/BA**

### **ABSTRACT**

Social Assistance users were on the margins of the job market, carrying out informal, precarious activities and facing recurring unemployment situations. This context justifies the inclusion of work in Social Assistance, through the National Program for Promoting Access to the World of Work (ACESSUAS Trabalho). In this sense, the research aimed to analyze the extent to which the effective occupational insertion of segments in situations of socioeconomic vulnerability was promoted through the ACESUAS Trabalho Program in Jequié, Bahia. This is a research with a predominantly qualitative approach, although using quantitative techniques, aiming to provide a characterization of the Program's beneficiaries based on the registration forms. A case study was carried out, 24 beneficiaries and 3 managers of the municipality's social assistance network were interviewed, using a semi-structured script, with objective and subjective questions. Among the results, the study pointed out that the program's beneficiaries come from sectors that historically face processes of social exclusion, inserted in precarious occupations, as they are unable to obtain occupational insertion opportunities that take them away from precarious work. In this way, the results of the study on the implementation of ACESUAS Trabalho in Jequié can be used as a subsidy for current managers to evaluate the Program and promote actions for its improvement.

**Keywords:** Public Policies; Social Assistance; Productive Inclusion; Social Vulnerability.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACESSUAS Trabalho	Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança do Adolescente
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEI	Microempreendedor Individual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SIS ACESSUAS	Sistema de Acompanhamento do Programa ACESSUAS Trabalho
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UF	Unidade da Federação
UNIFTC	Centro Universitário Faculdade de Tecnologia e Ciência

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1</b>	Pessoas de 14 anos ou mais de idade por posição na ocupação, sexo e raça no Brasil (3º trimestre de 2017 a 2019)	<b>58</b>
<b>Figura 2</b>	A inserção das mulheres no mercado de Trabalho no Brasil durante o 3º trimestre de 2019 e de 2020	<b>59</b>
<b>Figura 3</b>	Panorama das mulheres no mercado de Trabalho no Brasil durante o 3º trimestre de 2019 e de 2020	<b>60</b>
<b>Figura 4</b>	Inserção das mulheres no mercado de Trabalho no Nordeste durante os 3º trimestre de 2019 e de 2020	<b>61</b>
<b>Figura 5</b>	Perfil dos desalentados no Brasil durante o 3º trimestre de 2018	<b>69</b>
<b>Figura 6</b>	Taxa de desocupação (%) por Estados no 3º trimestre de 2021	<b>70</b>
<b>Figura 7</b>	Taxa de desocupação (%) por Estados no 1º trimestre de 2023	<b>71</b>
<b>Figura 8</b>	Desemprego no Brasil no 1º trimestre de 2023	<b>73</b>
<b>Figura 9</b>	População brasileira de acordo com as divisões do mercado de trabalho no Brasil durante o 1º trimestre 2023	<b>74</b>
<b>Figura 10</b>	Taxa de desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões no 1º trimestre 2023	<b>74</b>
<b>Figura 11</b>	Distribuição de pessoas desocupadas por idade no Brasil durante o 2º trimestre de 2021	<b>78</b>
<b>Figura 12</b>	Distribuição de pessoas desocupadas por idade no Brasil durante o 1º trimestre de 2023	<b>79</b>
<b>Figura 13</b>	Distribuição de pessoas desocupadas por sexo no Brasil no 1º trimestre de 2023	<b>80</b>
<b>Figura 14</b>	Tempo de procura de trabalho no Brasil (3º trimestre de 2012 a 2023)	<b>81</b>
<b>Figura 15</b>	População ocupada e economia popular no Brasil em 2021	<b>85</b>
<b>Figura 16</b>	População ocupada e economia popular na Bahia em 2021	<b>85</b>
<b>Figura 17</b>	População ocupada e economia popular na zona urbana no Brasil em 2021	<b>86</b>

<b>Figura 18</b>	Taxa de desocupação por sexo no Estado da Bahia no 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2023	<b>88</b>
<b>Figura 19</b>	Economia dos setores populares	<b>91</b>
<b>Figura 20</b>	Distribuição dos beneficiários entrevistados por faixa etária	<b>118</b>
<b>Figura 21</b>	Distribuição dos beneficiários atendidos pelos programas de transferência de renda	<b>119</b>
<b>Figura 22</b>	Participação dos beneficiários entrevistados nos cursos do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié, BA (2019-2020)	<b>123</b>
<b>Figura 23</b>	Sugestões dos entrevistados para melhoria do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié, BA	<b>128</b>
<b>Figura 24</b>	Motivo principal para a desocupação no período de realização das entrevistas	<b>136</b>
<b>Figura 25</b>	Fluxograma do Programa ACESSUAS Trabalho	<b>145</b>
<b>Figura 26</b>	Fluxo de atuação do Programa ACESSUAS Trabalho	<b>147</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Taxa de desocupação, por UF, frente ao trimestre anterior (%) - 1º trimestre de 2023	<b>71</b>
<b>Quadro 2</b>	Caracterização dos beneficiários do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié-BA no ano de 2019	<b>110</b>
<b>Quadro 3</b>	Caracterização dos entrevistados do ACESSUAS Trabalho em Jequié-BA no ano de 2022	<b>116</b>
<b>Quadro 4</b>	Cursos ofertados pelo Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié-BA em 2019	<b>122</b>
<b>Quadro 5</b>	Avaliação do ACESSUAS Trabalho pelos beneficiários entrevistados em Jequié-BA	<b>125</b>
<b>Quadro 6</b>	Os profissionais entrevistados da rede socioassistencial do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié-BA	<b>149</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 - POLÍTICA SOCIAL COM FOCO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Breve contexto histórico das políticas sociais brasileiras</b>	<b>23</b>
<b>1.2 Política social contemporânea</b>	<b>33</b>
1.2.1 Desafios na política de desenvolvimento e assistência social na atualidade	38
<b>CAPÍTULO 2 - O MUNDO DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE</b>	<b>43</b>
<b>2.1 Os modelos taylorista, fordista e toyotista de organização do trabalho</b>	<b>43</b>
<b>2.2 Heterogeneidade no mundo do trabalho e sua relação com a assistência social</b>	<b>47</b>
<b>2.3 Facetas da informalidade e o desemprego no Brasil</b>	<b>63</b>
2.3.1 A precariedade por toda parte	75
<b>2.4 O trabalho para além da norma do assalariamento</b>	<b>82</b>
2.4.1 A economia dos setores populares	94
2.4.2 Empreendimentos econômicos solidários	95
<b>CAPÍTULO 3 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b>	<b>99</b>
<b>3.1 Opção pelo estudo de caso</b>	<b>100</b>
<b>3.2 Pesquisa documental</b>	<b>101</b>
<b>3.3. Caracterização do lócus da pesquisa</b>	<b>104</b>
<b>CAPÍTULO 4 - INSERÇÃO OCUPACIONAL DE SEGMENTOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICA</b>	<b>109</b>
<b>4.1 Caracterização geral</b>	<b>109</b>
4.1.1 Perfil dos(as) beneficiários(as) entrevistados(as) em Jequié-BA	115
<b>4.2 Uma reflexão sobre as formações de inserção profissional</b>	<b>121</b>
<b>4.3 Processo de monitoramento dos beneficiários</b>	<b>143</b>
4.3.1 Encaminhamento e Monitoramento da Trajetória	147
4.3.2 Equipe Técnica do ACESSUAS Trabalho	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO</b>	<b>179</b>



## INTRODUÇÃO

A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), para dar cumprimento ao que determina a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no seu artigo 2º, inciso I, alínea c, e considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), criou o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho,<sup>1</sup> Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012. O ACESSUAS Trabalho é implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal, que se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva. Conta ainda com apoio das Secretarias Estaduais de Assistência Social, que as assistem tecnicamente nas ofertas de políticas de inclusão no mundo do trabalho.

Os governos de Lula e Dilma desenvolveram estratégias de inclusão social de pessoas e famílias com maior grau de vulnerabilidade social, transferindo renda, expandindo serviços, programas e benefícios socioassistenciais. O ACESSUAS Trabalho surge nesse contexto, sendo uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social para promover o acesso dos usuários da Assistência Social a oportunidades no mundo do trabalho. Historicamente, os usuários da Assistência Social estiveram à margem das oportunidades de acesso ao mundo do trabalho, exercendo atividades informais, precarizadas e enfrentando recorrentes situações de desemprego. Ressalta-se, portanto, a importância de se considerar nas ações do Programa as inserções anteriores desse público com o mundo do trabalho, suas causas e consequências, assim como as estratégias possíveis para oportunizar ocupações que promovam o trabalho com direitos.

O Programa ACESSUAS Trabalho integrou um dos eixos do Programa Brasil sem Miséria, especificamente na sua vertente urbana - o eixo inclusão produtiva - que compreende a qualificação profissional, a intermediação de mão de obra, o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária, sendo uma das principais estratégias para melhorar a inserção dos usuários da Assistência Social no mundo do

---

<sup>1</sup> Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO, *s/d*.

trabalho. Assim, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988 (CF/88), o programa é a concretização de um dos objetivos da política de Assistência Social, qual seja a promoção da integração ao mundo do trabalho.

Nesse contexto da Assistência Social, a LOAS estabelece a promoção da integração ao mercado de trabalho como um dos objetivos principais. Isso envolve a proteção à vida, redução de danos e acompanhamento de populações em risco, prevenindo agravos em situações de vulnerabilidade social. A Resolução nº 33/2011 do CNAS reforça essa compreensão, mantendo uma visão ampla da política, garantindo direitos e acesso às outras políticas públicas. Essa atuação é realizada por meio de articulação e da presença institucional em territórios, com a participação de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e unidades socioassistenciais.

A promoção de ações que possibilitam a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, proporcionando trabalho e renda, é fundamental para o processo de autonomia pessoal e social dos seus usuários. Cabe destacar que não é competência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) realizar ações e executar cursos de inclusão produtiva. É papel do SUAS: identificar e sensibilizar os usuários por meio da mobilização, divulgação, e informação; orientar e promover ações para desenvolvimento de habilidades de seus usuários; garantir o acesso a oportunidades; e acompanhar o percurso dos usuários objetivando a sua inclusão e autonomia pessoal e social.

Dessa forma, a Assistência Social ao favorecer a integração socioeconômica, assume forte papel de promotora da articulação intersetorial e institucional nos territórios, por meio dos CRAS e outras unidades socioassistenciais, visando aproximar os usuários do conjunto de estratégias de inclusão e acesso ao mundo do trabalho. Tais estratégias envolvem a sensibilização para cursos de capacitação/profissionalizantes, encaminhamento para órgãos oficiais de intermediação entre a mão de obra junto ao mercado de trabalho formal, entre outras possibilidades e formas organizativas de trabalho.

O Programa ACESSUAS Trabalho tem por finalidade promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho. A iniciativa se consolida em um conjunto de ações de articulação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda

e de mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, para acesso às oportunidades e às políticas de trabalho e emprego.<sup>2</sup>

As ações de qualificação profissional, por meio dos programas e as demais linhas de atuação relacionadas à inclusão produtiva urbana, dificilmente alcançariam a grande parcela de indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social a quem se propõe, sem a participação direta da Assistência Social. É preciso, portanto, considerar e entender as especificidades desse público, atuando de forma articulada com as áreas de trabalho e educação, em nível local. Para isso, as ações devem buscar a integração com a rede socioassistencial e outras políticas e a promoção do desenvolvimento do protagonismo de seus usuários, a partir de atividades de empoderamento e resgate de autonomia, considerando as capacidades e potencialidades dos participantes.

O presente trabalho surgiu da experiência docente na área da educação profissionalizante no Estado da Bahia, mais especificamente na docência em Administração no Centro Universitário UniFTC, além da experiência em consultoria empresarial credenciada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/BA). Em 2020, fui Gestora do SUAS na Secretaria de Desenvolvimento Social, também como ministrante das oficinas de qualificação Profissional ACESSUAS Trabalho promovido pela Prefeitura Municipal de Jequié. Possui como relevância científica a construção de um marco acadêmico, sob uma análise multidimensional, a partir das ações do ACESSUAS Trabalho no município de Jequié.

A partir desse contexto profissional, este estudo questiona em que medida o Programa ACESSUAS Trabalho, no município de Jequié/BA, proporcionou a inclusão dos beneficiários no mundo do trabalho? Por meios que possibilitaram dimensionar o desenvolvimento adquirido pelos beneficiários e o auxílio à renda, assim como a inserção e permanência no mundo do trabalho, a partir da profissionalização das pessoas em vulnerabilidade social.

---

<sup>2</sup> Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO, *s/d*.

O objetivo central da investigação foi analisar em que medida o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) no Município de Jequié/BA promoveu a efetiva inserção ocupacional de segmentos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1) identificar se há articulação do Programa ACESSUAS Trabalho com as demais políticas públicas, especialmente as territorializadas na área da educação, trabalho, desenvolvimento social e saúde; 2) construir o perfil dos beneficiários do programa destacando os quesitos de gênero, pertencimento racial, geração e escolarização; 3) verificar se as oportunidades geradas contribuíram com a redução das vulnerabilidades sociais; 4) averiguar o processo de monitoramento dos beneficiários encaminhados pelo Programa ACESSUAS Trabalho. Para tanto, optou-se por um estudo de caso, com a abordagem predominantemente qualitativa, utilizando-se, também, de técnica quantitativa. Os procedimentos metodológicos pormenorizados estão melhor descritos e aprofundados no capítulo 3.

O *locus* da análise da política foi no município de Jequié-BA, que integra o território de identidade Médio Rio de Contas, com uma população estimada em 158.812 habitantes (IBGE, 2022). Segundo levantamento feito pelo Programa ACESSUAS Trabalho Jequié, das oportunidades de inclusão produtiva disponíveis na região, identificou-se que o Município está entre as dez maiores economias do Estado, com destaques para setores da pecuária, agricultura, comércio, minério e indústria.

Esta pesquisa pode ser um subsídio para o aperfeiçoamento do ACESSUAS Trabalho, pois analisou a inserção ocupacional dos beneficiários que foram inseridos na primeira experiência de implementação do Programa no município. Como a pesquisadora integrou a equipe que promoveu os cursos de qualificação profissional em Jequié, pretende-se dialogar com os gestores atuais sobre os resultados do estudo no sentido de apresentar elementos que possam nortear a continuidade do Programa.

As informações sobre o desenvolvimento desta pesquisa e os resultados encontrados estão apresentadas neste texto dissertativo estruturado em 4 (quatro) capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata sobre a política social com foco na assistência social, retomando o histórico das políticas sociais brasileiras, com ênfase nos desafios da política de assistência social na contemporaneidade.

O segundo capítulo apresenta uma análise sobre o mundo do trabalho, visibilizando as formas de trabalho adotadas pelos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, para além do assalariamento formal. O terceiro capítulo traz os caminhos metodológicos da pesquisa, justificando os métodos empregados e a técnica de análise utilizada com os dados coletados.

O quarto capítulo dedica-se à discussão dos resultados obtidos que demonstra a continuidade da vulnerabilidade dos beneficiários, pois os cursos de qualificação ofertados não resultaram, para a maioria, inserção ocupacionais que os afastasse do trabalho precário. Por fim, na última seção, as considerações finais, consiste em um balanço dos resultados encontrados e alguns apontamentos que podem aprimorar a execução do Programa em Jequié/BA.

## CAPÍTULO 1 - POLÍTICA SOCIAL COM FOCO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo consiste em um debate que situa a política de assistência social como uma política social e seus desafios. Porém, antes de adentrar nesta questão, faz-se necessário problematizar as concepções diversas acerca da política social. Para Santos (2014, p.140), há muitas maneiras de se conceituar a política social.

Cada uma delas depende da *teoria* na qual se encontra situada (das distintas formas de conceituar a sociedade, o estado, a sociedade civil), dos diferentes *projetos de sociedade*, de regimes políticos e natureza das estruturas político-institucionais, além dos *níveis de conflito* e pressão de classes, segmentos de classe ou de grupos de interesses.

Da mesma forma, a política social pode ser referida a produção e reprodução das condições necessárias à manutenção da força de trabalho e ser compreendida como obrigação ou concessão do Estado, de classes, grupos hegemônicos ou mesmo como resultado da ação e pressão do cidadão e classes ou segmentos populares. Para Fonseca e Fagnani (2013), políticas sociais são mecanismos resultantes das lutas dos movimentos sociais para que o Estado assegure a proteção social à população. Essas políticas, segundo os autores, estão em constantes disputas porque exige recursos orçamentários consideráveis em um período de contingenciamento dos gastos públicos.

Por sua vez, Yazbek (2008) pondera que as políticas sociais minimizam os riscos sociais e oportuniza o enfrentamento da pobreza e o combate às desigualdades sociais, melhorando a qualidade de vida da população. Esse autor, entende que o paradigma da cidadania elevou a formulação das políticas sociais à concepção de direitos sociais reconhecidos, gerando uma pauta de direitos e deveres entre aqueles aos quais se atribui a condição de cidadãos e seu Estado.

Baseia-se nessa perspectiva que entendemos a política social como composta por um conjunto de programas e ações do Estado, que se manifestam em oferta de bens e serviços, transferências de renda e regulação, com o objetivo de atender as necessidades e os direitos sociais que afetam vários dos componentes das condições básicas de vida da população que dizem respeito à pobreza e à desigualdade. Sob tal perspectiva, este trabalho procurará demonstrar essa relação entre política social, trabalho e inclusão social, principalmente no que diz respeito à

distribuição da renda e o desenvolvimento econômico. Para tanto, procura-se inicialmente dar uma definição e dimensão concreta da política social praticada no Brasil.

Observa-se que no final do século XIX a política social deixa de se referir genericamente ao combate à pobreza e passa a lidar com as demandas do mundo do trabalho. Desse modo, a política social passa a ter um papel relevante na gestão de conflitos entre capital e trabalho, cabendo ao Estado criar a necessária infraestrutura para a reprodução ampliada do capital como também arcar com os custos da reprodução da força de trabalho.

A partir da delimitação conceitual sobre a temática abordada, passamos à análise do contexto histórico das políticas sociais brasileiras. Assim, é importante compreender as acepções que o termo política social possui e, a partir da imersão nesse conteúdo, compreender as influências dos novos conceitos e segmentos econômicos na sociedade e para a aplicação do Programa ACESSUAS trabalho.

### **1.1 Breve contexto histórico das políticas sociais brasileiras**

Para compreender o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil ao longo dos anos, é preciso fazer uma retrospectiva da trajetória de implementação do sistema de proteção social. O avanço do capitalismo industrial na década de 1930 acarretou uma intensificação da exploração da força de trabalho e agravamento significativo nos níveis de desigualdade social, ocasionando um aprofundamento das expressões da questão social, principalmente da pobreza.

Nesse contexto, surge a necessidade da construção de um sistema de proteção social com um caráter compensatório para regular e minimizar as mazelas sociais. No decorrer do século XX, a população passa a expressar o seu descontentamento e insatisfação frente à situação de vida, resultando na criação de diversos movimentos sociais, nos espaços rurais e urbanos, que reivindicam políticas públicas para transformar essa realidade. Um dos reflexos das lutas populares na defesa e efetivação dos direitos civis e sociais está na Constituição Federal brasileira de 1988, a qual define e implementa a Seguridade Social, na qual a Assistência Social, a Previdência Social e a Saúde constituem a tríade que sustenta esta política social

no país.

Refletir sobre assistência social nos remete ao atendimento das necessidades mais básicas da população, especialmente daquela que se encontra em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, muitas vezes ocasionados pelas desigualdades sociais, tão presentes nas sociedades capitalistas.

A origem da assistência social no Brasil (e no mundo) tem suas raízes na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa. Sendo que tais práticas compreendiam às ações paternalistas e/ou clientelistas do poder público, favores concedidos aos indivíduos, pressupondo que essas pessoas atendidas eram favorecidas e não eram entendidas como cidadãs de direitos. Enfim, a assistência confundia-se com a benesse, ou seja, ajuda aos pobres e necessitados, configurando-se mais como uma prática do que como uma política.

No caso brasileiro, podemos encontrar em 1923 com a sanção do Decreto Legislativo nº 4.682/1923, também conhecido como Lei Eloy Chaves, uma legislação precursora de um sistema público de proteção social com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Mas, é na primeira metade dos anos de 1930, que a questão social se inscreve no pensamento dominante como legítima, expressando o processo de “formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO, 1995 p.77). Neste período, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na lógica do seguro social a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista.

O Estado, progressivamente, amplia sua abordagem pública da questão social, criando novos mecanismos de intervenção nas relações sociais como legislações laborais, e outros esquemas de proteção social como atividades educacionais e serviços sanitários, entre outros. Pela via da Política Social e de seus benefícios, o Estado busca a coesão social, com a redução das desigualdades e a garantia dos direitos sociais, ainda que o país não alcance a institucionalidade de um Estado de Bem Estar Social. Em síntese, o Estado brasileiro buscou administrar a



questão social desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional, privilegiando a via do Seguro Social.

As políticas sociais se desenvolvem, de forma crescente, como resposta às necessidades do processo de industrialização no Estado Novo (Getúlio Vargas - 1937-1945). A Constituição de 1937 cria uma dualização entre atenção previdenciária para os trabalhadores formais, predominantemente os trabalhadores da indústria, que “[...] são transformados em sujeitos coletivos pelo sindicato e os informais que são enquadrados como pobres, dependentes das instituições sociais, dissolvidos em atenções individualizadas e não organizadas” (MESTRINER, 2001 p.105).

Em 1942, o governo brasileiro criou a primeira grande instituição de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que teve sua gênese marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo. A LBA, portanto, se volta para a Assistência à maternidade e à infância, iniciando a política de convênios com instituições sociais no âmbito da filantropia e da benemerência. Caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria, vai interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade, mobilizando a sociedade civil e o trabalho feminino. Essa modalidade de intervenção está na raiz da relação simbiótica que a emergente Assistência Social brasileira vai estabelecer com a filantropia e com a benemerência (MESTRINER, 2001).

Nos anos de 1940 se destacam instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), voltando-se para atividades assistenciais e educativas para adequar a força de trabalho às necessidades das indústrias. Destacam-se também a instituição do salário mínimo; a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1950, há um deslocamento do eixo trabalhista para as demais áreas sociais. De 1940 a 1950 o Brasil vive sob a influência do peronismo<sup>3</sup>. A partir de tal influência, o social passa a ser interesse político, característica do populismo. Getúlio Vargas cria uma política trabalhista pautada no paternalismo, expressa nos

---

<sup>3</sup> Governo populista vigente na Argentina durante o mandato de Domingues Péron, entre 1946 a 1955. Sua esposa Eva Péron tem destaque em ações assistencialistas. “Exerceu o assistencialismo sem limites, de forma degradante e demagoga que ia da distribuição de simples objetos, passando por casas próprias até o derramamento de cédulas de valor financeiro” (TORRES, 2002, p. 89).

artigos da CLT que regulam a relação capital trabalho, além, segundo Torres (2002), da cooptação política das organizações dos trabalhadores.

O golpe militar de 1964 iniciou um novo momento de modernização conservadora, acarretando consequências para a política social. Esta política direciona-se ao exército de reserva da classe trabalhadora, constituindo-se, assim, nos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Há uma expansão de programas sociais como de Alfabetização pelo Mobral, casas populares – Banco Nacional de Habitação (BNH), complementação alimentar – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), dentre outros.

Os anos 1960 é um período decisório para os rumos das políticas sociais brasileiras, tendo em vista o contexto de disputa de projetos societários. De uma lado, estava a política nacionalista de João Goulart, tendo como principal objetivo a realização de reformas de bases por meio de decretos sintonizados com os interesses dos trabalhadores. Do outro lado, estava a burguesia aliada ao capital internacional. As reformas de base contemplavam a reforma agrária, a reforma tributária e fiscal, a reforma bancária e uma reforma urbana. Segundo Netto (2014, p. 53):

De fato, entre 1961 e 1964, a conjuntura política indicava uma crescente polarização das forças políticas e sociais brasileiras: havia um campo progressista, com um projeto de reformas democratizantes e nacionalistas, e um campo que pretendia travar este projeto, promovendo mudanças que não implicassem a ampliação da participação política das classes subalternas nem afetassem as relações das classes possuidoras com os centros imperialistas.

A política modernizadora e desenvolvimentista do período militar traz, em contrapartida, a diminuição do nível de vida dos trabalhadores assalariados, aumento da exploração e exclusão social aos setores trabalhistas brasileiros. Há um arrocho salarial progressivo e a questão social assume novas expressões, tais como: agravamento da desnutrição, doenças infecto-contagiosas, taxas elevadas de mortalidade infantil, associados à miséria de grandes parcelas da classe trabalhadora (TORRES, 2002).

No período da ditadura militar, as políticas sociais tinham o objetivo de atender aos interesses econômicos e empresariais, pois o Brasil neste período é marcado pelo ideário desenvolvimentista. De acordo com Behring e Boschetti (2017), reafirma-se o projeto de modernização conservadora, ou seja, uma modernização sem romper com

estruturas políticas arcaicas, e aprofundou as relações sociais capitalistas.

Reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam. (...) No contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2017, p. 136).

Podem ser destacados no período ditatorial como medidas sociais o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Nesse período, as políticas sociais passam a se configurar em ações assistencialistas, objetivando atender aos interesses do capital e conter as inquietações dos trabalhadores.

O sistema de proteção social brasileiro, até o final dos anos 1980, combinou um modelo de seguro social na área previdenciária, incluindo a atenção à saúde, com um modelo assistencial para a população sem vínculos trabalhistas. De acordo com Paiva e Cabral Filho (2016, p. 116)

Da década de 1930 à ditadura militar, a proteção social possui uma relação contratual e assistencial, onde os conceitos de cidadania invertida e cidadania regulada explicitam o ideal de acesso aos direitos para quem contribui para a Previdência, possui carteira assinada e tem seu trabalho regulamentado, reconhecido. No campo assistencial as ações eram de caráter emergencial, dirigidas aos grupos mais vulneráveis, relacionando o trabalho voluntário às políticas públicas através do voluntariado.

A Constituição Federativa do Brasil, de 1988 (CF/88), foi um importante marco no processo de redemocratização nacional, proporcionando uma igualdade formal entre os sujeitos e a possibilidade de reivindicar direitos e garantias constitucionais para uma boa qualidade de vida, pautada, sobretudo, no princípio da dignidade da pessoa humana. Com a publicação da “Constituição Cidadã”, inscreve-se o modelo de seguridade social brasileira, composto pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social. Porém, nos anos 1990, vive-se uma contra-reforma do Estado, inspirada pelos princípios neoliberais, afetando diretamente os direitos conquistados.

Outrossim, no art. 3º, inc. III da CF/88, é previsto, como alguns dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a erradicação da pobreza e marginalização, além da redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988), sendo as principais diretrizes nas quais se fundamentam as políticas públicas

na área da Seguridade Social e, mais especificamente, da Assistência Social, principalmente aos sujeitos em vulnerabilidade e risco socioeconômico.

Porém, em relação aos direitos prestacionais por parte do Estado, entendidos como direitos de segunda geração pela teoria clássica hegemônica sobre direitos humanos, percebe-se que os serviços assistenciais nem sempre foram prestados pelo Governo, mas, em sua gênese, baseavam-se na caridade e na solidariedade religiosa (SANTANA, SILVA e SILVA, 2013, p. 3).

A partir dos processos de pressão da sociedade civil, e da articulação dos movimentos sociais na década de 1980, houve intensas transformações e conquistas na posituação de direitos, no chamado tripé da Seguridade Social, especialmente no campo da Assistência Social, concretizando-se, posteriormente, na previsão Constitucional e na criação e implementação de políticas públicas, com a influência e participação social na gestão e no controle social. Assim, a Assistência Social passa por um rompimento de paradigma, do conceito de assistencialismo e filantropia social para uma profissionalização da atividade pública voltada, principalmente, à população em situação de vulnerabilidade social como sujeito de direito.

Na década de 1990, o Brasil adequa-se aos interesses do capitalismo mundial já durante o governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), como estratégia de superação da alta inflacionária que acompanhava o país desde os anos 1970, ainda no período da ditadura militar, com a crise do “milagre econômico”. Prova disso foram as reformas estruturais criadas por esse presidente, que facilitou o processo de privatização e promoveu o investimento de nações estrangeiras no país, a partir da redução das tarifas aduaneiras (BEHRING, 2008).

A era Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, deu segmento e aprofundou a contra-reforma do Estado iniciada no governo Collor. Diante de um contexto de crise e desesperança, FHC elegeu-se a partir do Plano Real<sup>4</sup>: “ou se votava no candidato do Plano ou estava em risco a estabilidade da moeda,

---

<sup>4</sup> O Plano Real compunha um conjunto de medidas de estabilização econômica criadas sob orientação dos organismos internacionais. Tais organismos “viabilizaram a renegociação de „dívidas velhas” para tornar possíveis novos empréstimos, mas exigindo em contrapartida a desregulamentação profunda dos mercados locais, para uma livre circulação dos fluxos financeiros de curto prazo” (BEHRING, 2008, p. 156). de forma degradante e demagoga que ia da distribuição de simples objetos, passando por casas próprias até o derramamento de cédulas de valor financeiro” (TORRES, 2002, p. 89).

promovendo-se a volta da inflação, a ciranda financeira e a escalada dos preços” (BEHRING, 2008, p. 155). Tal plano, entretanto, estava relacionado às orientações propostas pelo Consenso de Washington<sup>5</sup>. Portanto, o que houve foi uma abrangente “contra-reforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso” (BEHRING e BOSCHETTI, 2017, p. 152).

Para se entender os motivos da contra-reforma do Estado, é preciso compreender o contexto em que se vive nos anos 1970 na esfera de produção e acumulação do capital. Nesse período, com o acirramento da concorrência internacional, com o desenvolvimento científico-tecnológico e com a incapacidade do modelo fordista de produção atender às novas configurações do mercado mundial, o capitalismo começa a apresentar sinais de uma nova crise.

Antunes (2001) aponta os principais traços que foram evidenciados com a crise estrutural do capital no âmbito mundial: queda da taxa de lucro, tendo como um dos motivos o aumento do preço da força de trabalho; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, em virtude da incapacidade de resposta à diminuição do consumo, dado o aumento do desemprego; hipertrofia da esfera financeira em detrimento da esfera produtiva, priorizando o campo especulativo; maior concentração de capitais, devido às fusões das empresas monopolistas e oligopolistas; crise do welfare state, gerando a crise fiscal do Estado e pondo a necessidade de contenção de gastos públicos, transferindo-os para a esfera privada; acentuação das privatizações; desregulamentação; e flexibilização do processo produtivo, do mercado e da força de trabalho.

---

<sup>5</sup> O Consenso de Washington, realizado em 1989 pelos Estados Unidos da América, Banco Mundial e FMI [Fundo Monetário Internacional], objetivou discutir medidas a serem adotadas pelos países da América Latina, a fim de que estes se adequassem aos interesses do capital. Uma das medidas, dentre outras, foi a diminuição da intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais. Portanto, o Estado teria sua participação reduzida e o mercado deveria passar a regular novamente as relações econômicas e sociais, daí o grande objetivo do neoliberalismo. O Estado passa a ser visto como o maior responsável pela crise fiscal e inflacionária e o mercado é visto como a solução. “Assim, as políticas de ajuste estrutural propostas e aceitas pela maioria dos governos dos países periféricos, principalmente os latino-americanos, compreendem: estabilização fiscal e monetária (controle da inflação); liberalização do comércio e dos fluxos de capital; privatizações; reformas financeiras, tributárias, previdenciárias e administrativas; desregulamentação das relações trabalhistas e inflexões nas políticas sociais públicas” (CARDOZO, 2006, p. 205).

Nos anos 1980, o mundo capitalista se vê novamente em meio aos mesmos problemas que pareciam ter desaparecido na “Era de Ouro”: desemprego em massa, mendicância, grandes despesas do Estado. Segundo Hobsbawm (1995), chega-se aos anos 1990 com um mal-estar generalizado, evidenciando que a crise mundial não possui caráter apenas econômico, mas também político. Para responder à sua própria crise, o capital se reestrutura, reorganizando seu sistema político e ideológico de dominação. Uma das principais expressões do processo de restauração do capital é o aparecimento do neoliberalismo, com a privatização do setor produtivo estatal e a desregulamentação dos direitos referentes ao trabalho (ANTUNES, 2001). Mas, há um legado de concepções, ações e práticas de assistência social que precisam ser capturados para análise do movimento de construção dessa política social. Nesse sentido, faz-se necessário remeter-se às contribuições de Potyara (2007, *apud* MOREIRA, 2020) quanto ao processo histórico dessa política desde os seus primórdios até ao final da década de 1980. Sobre o reconhecimento da assistência social enquanto política social de direito, após longas décadas de caráter eminentemente assistencialista, é possível afirmar que:

Até 1998, a assistência social no Brasil não era considerada direito do cidadão e dever do Estado. Embora existisse desde o Brasil colônia, a sua ação era ditada por valores e interesses que confundiam com dever moral, vocação religiosa, sentimento de comiseração, ou, então, como práticas eleitoreiras, clientelistas e populistas. Nessa época, predominava o que denominamos assistencialismo, isto é, o uso distorcido e perverso da assistência ou a desassistência, como prefiro chamar, porque a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos não constituía o alvo dessas ações ditas assistenciais (POTYARA, 2007, p. 64 *apud* MOREIRA, 2020).

Associada ao processo de redemocratização brasileira, a implantação da política de assistência social rompe com a prática do assistencialismo, envolvendo os movimentos populares e a participação efetiva da população como forma de resistência e abrindo espaço para a participação da sociedade civil, através dos conselhos, no controle social do planejamento, da implementação, da gestão das políticas públicas através de monitoramentos e avaliações periódicas na tentativa de garantir que as políticas públicas sejam efetivadas com qualidade.

Através da Constituição de 1988, variados mecanismos de regulação e criação de políticas públicas foram sendo criados: “o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Estatuto da Cidade, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), (AIRES; GUIMARÃES, 2016), entre outros, o que ocasionou a nova concepção para a Assistência Social, incluindo-a na esfera da Seguridade Social: Art.194. “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988). A Política de Assistência Social está prevista nos artigos 203 e 204. O artigo 203, apresenta:

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL,2016).

A consolidação da assistência social como política pública de direito constitui-se como um processo de embate, tanto com relação ao legado assistencialista, que marcou a assistência social no Brasil, como contra a orientação de política social de governos que não priorizavam a assistência social enquanto política pública no âmbito dos direitos sociais (GUTIERRES, 2017).

O artigo 204, fala sobre a organização da assistência social, sendo as ações voltadas para essa área custeadas pela seguridade social.

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I–descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estaduais e municipais, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II–participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas (BRASIL, 1988).

Sendo assim, requer que a assistência social seja vista como uma política pública, regulamentada por uma lei própria, desencadeando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que surgiu para regulamentar os artigos 203 e 204 que

tratam da Assistência Social, garantindo assim a execução efetiva da CF/88 e a instituição de um modelo descentralizado e participativo entre os três entes federativos: federal, estadual e municipal.

Em 1993, com a criação da LOAS, um dos princípios foi gerar uma política baseada no direito à assistência social ancorada em mecanismos participativos de decisão. Esse esforço tendeu a promover uma reorganização de competências e atribuições entre as esferas de governo, bem como nos órgãos envolvidos pelas ações assistenciais, provocando a decolagem de um processo amplo de descentralização política, administrativa e recentemente fiscal (SPOSATI, 2007).

Logo após, em 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a atual Política Nacional de Assistência Social, operacionalizada no formato de um sistema – o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, o SUAS articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, Municípios, Estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

De conformidade com os termos legais, a Política Nacional de Assistência Social, expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Do mesmo modo, a PNAS, a Proteção Social Especial refere-se a serviços mais especializados, destinados a pessoas em situações de risco pessoal ou social, de caráter mais complexo, e se diferenciaria da proteção social básica por “se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (BRASIL, 2005, p. 31).

Ainda segundo a PNAS os serviços de proteção social, básica e especial, voltados para a atenção às famílias deverão ser prestados, preferencialmente, em unidades próprias dos municípios, através dos Centros de Referência da Assistência Social básico e especializado. Os serviços, programas, projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não governamentais de assistência social, integrando a rede socioassistencial.



Sendo assim, a Proteção Social Básica (PSB) apresenta caráter preventivo e o serviço da Proteção Social Especial (PSE) apresenta caráter protetivo, pois está direcionado a indivíduos e grupos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, estes decorrentes do abandono, da privação, da perda de vínculos, da exploração e violência etc. Seus serviços estão divididos em:

I – de média complexidade: famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

II – de alta complexidade: são aquelas que “garantem proteção integral” – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência e, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário (BRASIL, 2005, p. 38).

A vulnerabilidade remete às pessoas à ausência ou enfraquecimento de suporte nas relações sociais que conjuga a precariedade do trabalho. Já a concepção de risco social vem sendo utilizada em processos moralizantes de culpabilização e associada à população de risco, propensa à transgressão das leis, no contexto de uma suposta ordem social harmônica (AGUINSKY, 2009).

Em contrapartida, é fundamental lembrar que a vulnerabilidade e o risco social não são adjetivos da condição do usuário. Na verdade, eles são inerentes à produção da desigualdade que é intrínseca ao sistema capitalista. As vulnerabilidades e os riscos sociais devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Compreender a assistência social dessa forma rompe com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz e exige que haja um movimento da sociedade em pensar com os usuários sobre quais são suas reais necessidades.

## **1.2 Política social contemporânea**

Os Anos de Ouro do capitalismo regulado e da social-democracia começaram a se exaurir no final de 1960 (HOBBSAWM, 1995). As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas e a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão de obra, não são as mesmas, contrariando expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência nos países centrais. As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente.

Para Behring (2006), a explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão, catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974, foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social estava abalado no capitalismo central e comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais.

A reinvenção do liberalismo promovida pelos neoliberais no final dos anos de 1970 e 1980, espraiando-se na década de 1990 em todo o mundo, foi uma reação teórica e política ao keynesianismo<sup>6</sup> e ao *Welfare State*<sup>7</sup> (ANDERSON, 1995). A reversão do ciclo econômico, em fins dos anos de 1960 e mais visivelmente a partir de 1973, dá um novo fôlego às teses neoliberais, que atribuem a crise ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do *Welfare State*.

A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas, conforme Behring (2009, p.10):

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda;
- 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas;
- 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema;
- 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro;
- 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos;
- 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunham o pacto político do período anterior.

Para Anderson (1995), as promessas do neoliberalismo foram cumpridas apenas em parte. Se houve controle da inflação e retomada das taxas de lucro,

---

<sup>6</sup> O keynesianismo tem, pois, fé no Estado – e não no mercado – como força constantemente restauradora da “civilização”. Acredita, pois, que apenas o Estado se constitui como potência capaz de integrar a sociedade, de “harmonizar o particular e o universal, material e ideologicamente, sem sacrificar nenhum deles” (MANN, 2017, p. 54). É ele e somente ele que pode fazer existir o “estado de bem-estar social”.

<sup>7</sup> O welfare State é como um campo de escolhas, de solução de conflitos no interior de sociedades (capitalistas avançadas), conflitos nos quais se decide a redistribuição dos frutos do trabalho social e o acesso da população à proteção contra riscos inerentes à vida social, proteção concebida como um direito de cidadania (ARRETCHE, 1995, p. 35).

fundadas no crescimento do desemprego e na queda da tributação, não houve, contudo, uma reanimação do capitalismo, com taxas de crescimento estáveis, como no período anterior. Isso porque a desregulamentação financeira levou a uma verdadeira explosão das operações especulativas (CHESNAIS, 1996), e o *Welfare State* não diminuiu como o previsto, apesar das perdas e danos aos direitos. Pelo contrário, o crescimento do desemprego levou ao aumento da demanda por proteção social e por maiores gastos públicos.

Na América Latina, Behring (2008) ressalta a identificação de uma “virada continental para o neoliberalismo” no final dos anos de 1980, apesar das pioneiras experiências chilena e argentina sob governos ditatoriais, mediada pelas características políticas e econômicas da região. No Brasil, temos uma espécie de chegada tardia do neoliberalismo, o que tem relação com a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas (BEHRING, 2008).

As políticas sociais desde então têm apresentado um caráter de restrição, focalização e seletividade (BEHRING; BOSCHETTI, 2017), fazendo com que cada vez mais sejam mercantilizadas, ademais num contexto de retirada de direitos sociais e trabalhistas, nos marcos de uma estrutura tributária altamente regressiva de forma em que os mais pobres são os que pagam mais sobre o consumo. De acordo com Behring (2009, p. 12), esta fase de desmonte das políticas sociais enfatiza o ataque aos programas sociais, “no trinômio articulado da focalização, privatização e descentralização”. O objetivo é desuniversalizar esses programas, reduzindo gastos com o intuito de alcançar o equilíbrio financeiro do setor público. Nesta perspectiva, a política social torna-se residual, direcionada apenas ao que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família.

A implementação da assistência social como política pública no Brasil tem enfrentado desafios há mais de três décadas. Durante séculos, as práticas sociais eram fragmentadas, individualizadas e tuteladoras, muitas vezes confundidas com práticas assistencialistas, o que gera uma confusão no senso comum quanto à proposição da política pública de assistência social prevista na Constituição de 1988. Como resultado, as práticas de assistência social, sejam elas públicas ou privadas, não se baseiam em uma política de direitos de cidadania. Essa crítica é em parte atribuída à persistência de costumes conservadores nas relações sociais no Brasil.

Nas próximas duas décadas pós CF/88, as lutas pela transição das ações e práticas de assistência social para a condição de política pública tem apresentado inúmeros percalços, na medida em que esta direção supõe consolidar a assistência social como responsabilidade estatal distinta de sua histórica configuração enquanto prática eventual e subsidiária da sociedade, em geral, de iniciativa doutrinário-religiosa. Sposati (2007) denomina esse processo de mudança de paradigma político na política de assistência social.

Esse paradigma coloca as ações de assistência social no bojo da política social, logo dever de Estado e direito do cidadão, com provisões públicas que transitam da responsabilidade individual e privada para a responsabilidade social e pública. Para Sposati (2007, p. 441):

Há um simbólico arraigado à cultura social e política brasileira que sugere ser a assistência social a área de governo que autoriza aos necessitados, de preferência aos mais necessitados dentre os necessitados, o “acesso gratuito” a bens para sua subsistência. A exemplo, se o leite é distribuído pela política da saúde, ele tem sua entrega ao usuário como parte de um programa nutricional baseado em assegurar nutrientes, calorias e padrões saudáveis de alimentação materno-infantil. Se o mesmo leite é distribuído ao usuário pelo serviço público de assistência social, essa entrega é entendida como doação, auxílio ou ajuda para dar de comer à criança pobre ou faminta, filha de pais carentes. Transmuta-se a mesma ação de garantias de resultados a uma ação de ordem moral e emergencial, direcionada a carentes, sem qualquer relação ou menção a direitos ou deveres. Passa a ser uma atitude do governante (ou de sua mulher em particular), e não uma responsabilidade de Estado. É interessante notar que a criança pode ser a mesma — como a mesma poderá ser sua família —, todavia, o guichê estatal da assistência social transmuta na versão conservadora, o direito à nutrição em ajuda ao pobre, pelos usos e costumes da cultura institucional brasileira, mesmo após a CF-88.

Sposati (2007) considera que um dos fatores que gera essa transmutação é a atribuição indevida da assistência social ao campo dos pobres e da pobreza. A condição de ser pobre não gera direitos. É a condição de ser cidadão que os gera. Por consequência, enquanto for atribuída a responsabilidade da assistência social ao trato do pobre, ela não será uma política de direito de cidadania. Nesta ocasião, a assistência social não é “mãe dos pobres” e, muito menos, mãe de “pobres envergonhados” (SPOSATI, 2007). A identidade atribuída de forma conservadora e moralista à assistência social, no interior do Estado, nega ao cidadão seus direitos.

A assistência social sempre foi amplamente reconhecida e compreendida no senso comum como uma prática social que não exige, como requisito fundamental, a

qualidade técnica e profissional respaldada por métodos científicos para garantir resultados em suas ações, serviços, atividades e programas. Ela é caracterizada como uma ação voluntária de ajuda material, impulsionada mais pela atitude do que pelo conhecimento e pela razão. Além disso, é socialmente interpretada como uma prática que se enquadra no âmbito da ajuda, caridade, beneficência, fraternidade, filantropia e solidariedade, ou como uma prática que se concentra em gestos, onde a colaboração do voluntariado social com os mais necessitados se destaca em relação ao compromisso do Estado com a proteção social pública contra riscos e vulnerabilidades pessoais e sociais.

Em fins dos anos de 1990, o resultado geral deste programa, que repõe a negação da política e, em consequência, da política social, é desalentador. Do ponto de vista social, atesta-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo (NETTO, 2006). Do ponto de vista político, observa-se uma crise da democracia, com visível esvaziamento das instituições democráticas, por uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática, assumida pelos poderes executivos, cuja maior expressão são as práticas decretistas.

Behring (2006) ressalta não ser inexplicável o ataque do discurso neoliberal às políticas sociais, com o argumento do excesso de paternalismo do Welfare State. Quando a regulação estatal cede aos interesses do trabalho, interferindo em alguma medida nas demais ações reguladoras em benefício do capital, multiplicam-se as reclamações do empresariado. Ainda segundo a autora, a guerra em torno do destino dos recursos públicos é cada vez mais acirrada devido à crise fiscal, decorrente da ampliação das demandas sobre o orçamento público e da diminuição dos recursos.

Para a política social, este conjunto de tendências e contratendências que constituem o capitalismo tardio, traz consequências importantes, bem como o desemprego estrutural acena para o aumento de programas sociais. E, paradoxalmente, a crise das estratégias keynesianas e as demandas do capital em torno dos superlucros apontam para a diminuição dos gastos sociais.

Após este percurso, é possível afirmar, com base na crítica marxista, que a política social não se fundou nem se funda, sob o capitalismo, numa verdadeira

redistribuição de renda e riqueza (Behring, 2006). O significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade.

A crítica da economia política marxista é, na verdade, referência imprescindível, embora não absoluta, para enfrentar os desafios postos pela realidade complexa e instigante do nosso tempo.

### 1.2.1 Desafios na política de desenvolvimento e assistência social na atualidade

Pereira (2013) alerta sobre o debate que se tem travado em relação à política social nos círculos políticos e governamentais da atualidade. E, de par com esse tema, tem-se falado de empoderamento, manejo de riscos, melhoria das capacidades humanas, inclusão social, cidadania, propiciados por meio da ativação dos demandantes dessa política para o trabalho.

No entanto, o que chama a atenção nesse discurso recorrente é o destaque dado ao social, à política e ao trabalho em uma época em que estes fatores estão sendo precarizados, dada a sua incompatibilidade com os valores individualistas, privatistas e desregulamentadores do regime neoliberal dominante.

Pereira (2013) entende que a política social que vigora mundialmente, sofreu uma forte guinada para direita já que foi apropriada pelo ideário neoliberal triunfante e submetida, até os dias de hoje, aos seus desígnios. Em vista disso, uma primeira tendência da política social contemporânea a ser demarcada, é o da sua direitização, no sentido da submissão da política social ao crescente poder do capital sobre o trabalho e da capacidade daquele de impor as definições das necessidades pessoais e sociais. A sua meta, sob a ingerência direta do capital, deixa de ser qualitativa e variada, como o são as demandas e necessidades das pessoas e grupos, e passa a ser quantitativa e singular, à semelhança das necessidades do capital, que se resumem na expansão e na maximização do lucro – condição universal para a completa sobrevivência do capitalismo.

Nesse contexto, Pereira (2013) fala de outra tendência, que vem se impondo, com maior ou menor visibilidade, em todo o mundo capitalista: a substituição do *welfare* pelo *workfare*, ou da política social incondicional, baseada no direito, pela política social condicional, baseada no mérito ou na ética capitalista do trabalho. Nesse trânsito, a principal missão da política,

[...] tem sido a de fazer com que o seu beneficiário pague de alguma forma pelo benefício recebido, ou então que ele seja ativado para o trabalho, não importa qual, e para tarefas de geração de renda, para se tornar auto-sustentado. Trata-se, em outros termos, da tendência à comercialização, contratualização e laborização da política social, cuja ampla aceitação pode ser detectada, seja nas constantes insinuações moralistas de setores da sociedade de que as políticas sociais como direito incentivam a vagabundagem, seja no crescente empenho dos governos de dar satisfação, de cunho meritocrático, a essas insinuações, criando condicionalidades cada vez mais rígidas, anti-sociais e preconceituosas (PEREIRA, 2013, p. 20).

Nesta perspectiva, Pereira (2013) infere que o neoliberalismo materializou o seu propósito de substituir o mundo “viciado” da política pelo mundo das “virtudes criadoras” do mercado. As políticas sociais do segundo pós-guerra sofreram inúmeros retrocessos, não mais se assentadas em bases estáveis de trabalho e, por isso, estão construídas num terreno instável de ocupações precárias, autônomas, inseguras e desprotegidas socialmente. Assim, situam-se numa fronteira imprecisa entre trabalho e assistência, visto que todo assistido tem sido compulsoriamente induzido a trabalhar, nem que seja parcial e precariamente, e grande número de trabalhadores vê-se obrigado a recorrer à assistência como ajuda complementar. Nesse processo, há uma extraordinária regressão tanto do trabalho como da assistência, porque o primeiro se transformou em simples mercadoria ou labor punitivo e a segunda, em moeda de troca, num toma-lá-dá-cá mediado por condicionalidades que agredem a cidadania.

Ademais, a regressão no âmbito da previdência social, que hoje não garante seguro desemprego, aposentadoria e pensões a vários trabalhadores precarizados; e, no âmbito da saúde, não garante a universalidade da atenção que se estiola ante a agressiva privatização nessa área.

Sposati (2011) entende que o maior desafio do século 21 é o de reposicionar o lugar das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sem se transformar em paliativos à pobreza, gerando atenções de segunda categoria, bem como a incorporação nas políticas sociais tradicionais, como saúde e educação, das demandas de direitos humanos e de direitos sociais, voltadas para gênero, ciclo de

vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos), pessoas com deficiência, por ascendência étnica, culturais, para necessidades especiais, entre outras.

Como também, trata-se da introdução do campo da equidade no âmbito das políticas sociais, cuja matriz é pautada principalmente na igualdade. A universalidade passa a pressupor a composição entre as garantias de igualdade e de equidade. Há aqui um forte imbricamento com as políticas de defesa de direitos de proteção social. Outro desafio entendido por Sposati (2011), não só no Brasil mas em outros países latino-americanos, é o deslizamento da responsabilidade estatal pelo social para o âmbito das esposas dos governantes, as primeiras-damas.

Esta estratégia desloca o “possível” direito social não só para o campo da benemerência como do patrimonialismo da política do favor. Pior ainda é que esse embaraçamento público/privado (quase intimista) reafirma uma negativa feminilização do social, repassando a responsabilidade da administração direta, gerida pelo governante, para o coração da sua esposa que opera com recursos públicos, fora das regras públicas (SPOSATI, 2011, p.112).

A questão de gênero e raça são importantes na decodificação do social. Uma de suas expressões se dá pela feminilização da pobreza e, com isto, uma centralidade da relação dos programas sociais com a mulher enquanto provedora de cuidados. No imaginário, a mulher é considerada mais confiável, menos praticante do desperdício, mais vinculada à proteção da família e da criança. Portanto, ao considerar a interseção entre gênero e raça, podemos entender que as mulheres pertencentes a grupos raciais minoritários são especialmente afetadas pela feminilização da pobreza. Essas mulheres enfrentam desafios adicionais devido à discriminação de gênero e racial, e é fundamental que as políticas sociais levem em conta essa complexidade para oferecer apoio adequado e combater as desigualdades socioeconômicas enfrentadas por essas populações vulneráveis.

Há, ainda, outra dimensão a ser destacada. As políticas sociais setoriais desenvolvem seu olhar para o indivíduo, o cidadão que está num certo momento do ciclo de vida. Todavia, a articulação das atenções das políticas sociais se dá no marco da família. Franzoni (2005) considera que a família opera uma ação equilibradora das formas assimétricas com que o Estado e o mercado incluem cada um de seus membros.

O que se percebe é que quanto mais precarizada a vida do cidadão e de sua



família, mais o caráter especializado de uma política social se apresenta como barreira ao acesso e inclusão. Um novo desafio que vem se manifestando é a existência de intervalos de cobertura das políticas sociais. A alternativa de combate à pobreza, ao operar por seletividade de meios e estabelecer limites por faixa de renda, gera a ausência de cobertura àqueles que são limítrofes (*board line*) à condição, embora tenham necessidade significativa de acesso (SPOSATI, 2011).

Uma das avaliações que se faz no Brasil é que o traço democrático-popular do governo Lula desencadeou em quase todos os ministérios nacionais a expansão da atenção das políticas sociais para segmentos populares antes invisíveis aos olhos do Estado – são os quilombolas, as populações ribeirinhas, os grupos extrativistas ou as formas de agricultura familiar, entre outros. Ocorreu uma expansão do acesso à documentação, à energia elétrica, ao crédito e à ampliação da renda familiar. Isto vem permitindo nova condição de reconhecimento social e de pertencimento (SPOSATI, 2011).

É preciso politizar a política social para que se possa continuamente avaliar seus caminhos e sua direção. O campo da política social, especialmente em países que não tiveram pleno emprego como o Brasil, oferece um horizonte limitado, de emancipação política, mas que pode adquirir contornos mais contundentes, tornando-se mediação para a emancipação humana, quando organiza os trabalhadores e suas lutas em torno de uma pauta concreta: saúde pública e gratuita, educação pública e gratuita em todos os níveis, moradia popular de qualidade, transporte com tarifa zero, lazer, envelhecimento digno, com aposentadorias condizentes e solidariedade intergeracional.

Os desafios para as políticas sociais no novo governo nos próximos anos são imensos: o de se recuperar minimamente o que se esvaiu ao longo dos últimos quatro anos do governo Bolsonaro que não priorizou o social. A assistência social é uma política importante porque não é uma política contributiva que alavanca e atende a um público que dela necessitar, é uma política social na sua essência, que necessita ser redesenhada para garantir a recuperação inicial. Criado em janeiro de 2004, no governo Lula, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem como missão promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. No

atual governo Lula, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) é responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país. É também o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

O cenário atual mostra-se esperançoso para a Assistência Social com a gestão de Wellington Dias à frente do MDS. O ministro ressalta que os objetivos do governo é de reconstrução das políticas públicas, retomada dos diálogos e de parcerias para tirar o Brasil do mapa da fome, reconstruir as relações com organismos internacionais, os espaços de participação da sociedade civil, a pactuação com estados e municípios para a execução das políticas públicas e a retomada de programas descontinuados. Uma das medidas prioritárias da nova gestão é a atualização do Cadastro Único, em parceria com a empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), fundamental para garantir um conjunto de providências voltadas para a segurança de dados, para auxiliar na tomada de decisões e para acabar com a fila de espera nos programas sociais (MDS, 2023).

Fazem parte desta pasta as seguintes secretarias: Secretaria Extraordinária de combate à Pobreza e à Fome, Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica, Secretaria Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Assistência Social e a Secretaria Nacional de Cuidados e Família esta última sob a direção da socióloga Laís Abramo que ressalta o objetivo de retirar de novo o Brasil do mapa da fome. O aumento da pobreza que infelizmente se verificou nos últimos anos por ausência de políticas que são fundamentais, impõe a reconstrução do SUAS que foi desfinanciado e a reconstituição do cadastro único também constituem ações dessa nova secretaria.

A ideia é avançar na construção de políticas integradas de cuidado que sejam capazes de responder às necessidades das famílias de grande heterogeneidade de situações, um olhar muito mais apurado para famílias em situações de pobreza, vulnerabilidade diversas e chefiadas por mulheres.

## **CAPÍTULO 2 - O MUNDO DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE**

O trabalho constitui, dentro da esfera constitucional, um dos direitos sociais inerente ao fundamento constitucional à dignidade humana, bem como é um instrumento capaz de diminuir as desigualdades sociais, melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza. Este capítulo analisa as diversas formas de trabalho presentes na realidade brasileira, além do trabalho assalariado formal. Pretende-se problematizar a exaltação do empreendedorismo individual e desvendar as formas de trabalho mais utilizadas pelos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, como as mulheres, sobretudo as negras, os sem qualificação profissional e os com baixa escolarização, com o intuito de apontar os desafios daqueles que estão inseridos na economia dos setores populares, de acordo com os estudos de Kraychete (2021). Mas antes de adentrar nesses tópicos, faremos uma breve discussão sobre os modelos de organização do trabalho disseminados a partir da experiência das fábricas.

### **2.1 Os modelos taylorista, fordista e toyotista de organização do trabalho**

O termo trabalho, no sentido etimológico, é uma palavra que possui vários significados (plurissignificativa), podendo ser objeto de pesquisa em várias áreas do conhecimento e, por isso, exige um conhecimento multidisciplinar. Mesmo com o caráter plural do termo, o trabalho sempre existiu na história da humanidade, estando presente nos diversos momentos do desenvolvimento da sociedade, mediante evolução do sistema de cooperação entre os sujeitos, a necessidade da produção de bens e serviços e o dinamismo dos métodos para essa produção.

Diante dessa temporalidade, segundo Leite (2019) pode-se identificar cinco regimes de trabalho ao longo do desenvolvimento da sociedade: o primitivo, o escravo, o feudal, o capitalista e o comunista. Tendo cada regime suas características distintas, percebe-se uma evolução da atividade laboral e uma transformação nos interesses em volta da capacidade produtiva e das necessidades do ser humano. Além dos regimes de trabalho, o autor ainda destaca que há dois tipos principais de trabalho: aquele que é prestado por conta própria, e aquele que é prestado por força de

intervenção alheia (ou conhecido como trabalho subordinado).

Importante destacar que, diante da relevância e centralidade do trabalho na vida do ser humano, promovendo sua subsistência e sustento, fortalecendo a autoconfiança proporcionado às interações sociais, ele foi entendido como elemento intrínseco e necessário à humanização, sendo reconhecido como um direito que deve ser assegurado a todos inerente à dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, trazendo a temática à contemporaneidade, a (CF/88) destaca que o trabalho é um direito fundamental social, conforme art. 6º, também sendo um dos valores estruturantes na concepção do Estado Democrático de Direito, conforme o art. 1º, inciso IV, da CF/88 (BRASIL, 1988).

Dentro do escopo dos direitos internacionais, o trabalho também é reconhecido como um Direito Humano básico, sendo destacado no artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, emitido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, assim como o direito à livre escolha de emprego, às condições justas e favoráveis ao mesmo e à proteção contra o desemprego (ONU, 1948).

Segundo Navarro e Padilha (2007, p. 14), “é indubitável que o trabalho ocupa parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea”. Dessa forma, ao assumir que o trabalho é um direito humano central na vida – importante não apenas na esfera econômica, mas também na esfera social, política e cultural – respaldado pelo pensamento marxista que enfatiza a centralidade do trabalho como o meio em que o homem se torna um ser social. Assim, pode-se inferir que o trabalho humano pressupõe um conhecimento dos meios e dos fins a qual se pretende chegar, buscando, dessa maneira, a satisfação de um interesse ou necessidade.

Porém, conforme menciona Navarro e Padilha (2007, p. 15), com o advento do regime de economia capitalista, o trabalho adquiriu uma dimensão abstrata, se tornando uma “[...] atividade estranha e fetichizada”, diferente do trabalho concreto, o qual produz bens e serviços voltados à utilidade e necessidades do ser humano. Dessa forma, nas sociedades capitalistas, percebe-se a produção voltada à obsolescência programada e à necessidade de atualização constante dos bens e serviços, não se produzindo mais para serem utilizados até o seu fim. Esse fenômeno decorre da contradição e inversão dos interesses relacionados ao trabalho, visto que,

no primeiro momento, o trabalho era o meio indispensável a produzir bens e serviços voltados à sua utilidade e, em certo momento, passa a ser destinado a cumprir com os interesses do capitalismo e acumulação de riqueza.

Nessa seara, o trabalho, na concepção de Marx, passa a ser entendido como mercadoria nas relações capitalistas, assim como o trabalhador passou a perder, de modo progressivo, o seu controle frente ao processo produtivo, perdendo, também, o controle sobre o seu próprio trabalho (NAVARRO e PADILHA, 2007).

Assim, na sociedade capitalista, a produção tem um enfoque na obsolescência programada e na atualização constante de bens e serviços, e não mais na produção de produtos que tenham utilidade prolongada. Essa mudança decorre da inversão de interesses relacionados ao trabalho, que deixou de ser voltado para a produção de bens que respondam às necessidades humanas, pois passou a responder aos interesses do capital.

As transformações ocorridas no mercado de trabalho são motivadas pela busca incessante da reprodução ampliada do capital. Essa reprodução condicionou as relações trabalhistas, contribuindo para o fetichismo da mercadoria, o controle do capital sobre o trabalhador e a precarização do trabalho. São as constantes mudanças nos processos de trabalho que caracterizam períodos distintos na estrutura produtiva como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo. Em relação ao taylorismo, não houve mudanças substanciais na base técnica do processo de produção. Porém, suas transformações ocorreram no desenvolvimento dos métodos e na organização do trabalho, assegurando o controle do tempo da produção de cada trabalhador (NAVARRO e PADILHA, 2007).

A técnica fordista, por outro lado, conserva as questões relacionadas ao controle do tempo dos trabalhadores, atribuída ao período do taylorismo. Porém, acrescenta a questão da linha de montagem e a gratificação da força de trabalho com os aumentos salariais. Entre outras palavras, o fordismo se caracteriza como um regime de acumulação e de implementação de um sistema de regulação entre proprietários, trabalhadores e Estado (FARIA e KREMER, 2004).

Após as mudanças produzidas pelo sistema taylorista-fordista, os sentimentos dos trabalhadores foram afetados, trazendo uma sensação de perda do seu *savoir-*

*faire*<sup>8</sup> e o peso do trabalho mecanizado, rotinizado e com um maior índice de absenteísmo, ocasionando, como consequência, um aumento de greves e paralisações com vista à sabotagem operacional.

Nesse sentido, surge outro modelo, a partir da década de 1970, que proporciona nova forma de organização do trabalho mais flexível, segundo Navarro e Padilha (2007, p. 17) “[...] visando a redução dos custos de produção, a maior variabilidade de suas mercadorias, a melhoria da qualidade de seus produtos e serviços e de sua produtividade”. Esse contexto resultou na reestruturação produtiva e a emergência de um novo regime de acumulação, denominado por Harvey (2002) de flexível, superando, assim, a rigidez dos modelos anteriores.

O modelo toyotista se sobressai com o objetivo de proporcionar um método de produção de baixo custo e com pequena série de produtos, sob a estrutura de conceitos como a “fábrica mínima”, que está associado à redução dos efetivos e de custos, bem como a “gestão pelos olhos”, cuja meta é retirar todos os excessos e custos considerados como supérfluos, contribuindo para uma redução dos empregados (NAVARRO e PADILHA, 2007).

Outro ponto em destaque no modelo japonês é com relação à qualificação do trabalhador. Enquanto nos modelos do taylorismo e fordismo, o trabalhador era reduzido às tarefas simplificadas e repetitivas, o modelo do japonês é destinado à ampla qualificação do empregado, sendo preferível a polivalência e a consequente sobrecarga de trabalho. Dessa forma, o mercado de trabalho passou por diversas transformações radicais que possibilitaram um maior controle dos empregadores sobre seus empregados, assim como a sobrecarga do trabalho nas linhas de produção.

No entanto, a realidade da classe trabalhadora do Brasil não pode ser circunscrita à experiência fabril. O que prevaleceu no cenário nacional, assim como nos demais países na América Latina é a convivência de várias formas de trabalho com o assalariamento formal, o que resultou em uma heterogeneidade de experiências que não podem ser analisadas no marco da sociedade salarial, como

---

<sup>8</sup> "Savoir-faire" é um termo francês que se refere ao conhecimento prático adquirido através da experiência na realização de uma atividade ou tarefa. O conceito está relacionado à habilidade manual, à competência técnica e à expertise em uma determinada área. "(SENNETT,2008)

descrito por Castel (1998).

Essa complexa tapeçaria de experiências laborais estabelece as bases para uma análise mais profunda da heterogeneidade no mundo do trabalho e sua relação com a assistência social.

## **2.2 Heterogeneidade no mundo do trabalho e sua relação com a assistência social**

A CF/88, em seu art. 203, e a Lei Orgânica de Assistência Social, em seu art. 2º, elencam a “promoção da integração ao mercado de trabalho” como objetivo da política pública de Assistência Social. O ACESSUAS TRABALHO é o programa da Assistência Social que busca concretizar o objetivo elencado na CF e na legislação, sendo, portanto, a ação relativa à promoção do acesso ao mundo do trabalho no âmbito do SUAS.

A Resolução nº 33/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Essa Resolução estabelece que a promoção da integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social deve ser entendida como integração ao “mundo do trabalho”, por se tratar de conceito mais amplo e adequado aos desafios da política de assistência social e aos agrupamentos vulneráveis atendidos. Fica definido que dentre um conjunto integrado de ações de diversas políticas, cabe à Assistência Social ofertar ações de proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para construção de estratégias coletivas.

Dessa forma, a Assistência Social reconhece sua responsabilidade na mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para acesso aos cursos de qualificação profissional e demais ações de inclusão produtiva, visando a inserção dessa parcela da população ao mundo do trabalho. Além disso, as ações de inclusão produtiva urbana compreendem a qualificação profissional, a intermediação de mão de obra, o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária, entre outras ações.

Nesse sentido, o ponto de partida da discussão evidencia o apoio ao microempreendedor individual como ação de inclusão produtiva para as pessoas em

situação de vulnerabilidade ou risco social através do empreendedorismo. Semanticamente, os termos “empreendedorismo” e “empreendedor” vêm da palavra francesa “*entrepreneur*”, que tem origem no latim “*imprehendere*”. Hoselitz (1951) buscou o significado no dicionário de língua francesa, de E. Littré, que traz a seguinte definição: “*celui qui entreprend quelque chose*”, ou seja, aquele que empreende, se encarrega ou se compromete com alguma coisa. Assim, empreendedor pode ser entendido como aquela pessoa que se encarrega de fazer algo, que faz alguma construção ou outra coisa (BOAVA; MACEDO, 2009; HOSELITZ, 1951).

Em uma análise mais abrangente, Carmo (2021) analisa a evolução do conceito e revela uma transformação social, refletindo a passagem de uma sociedade caracterizada pela produção manufatureira e agrária para uma produção mercantil, industrial, até chegar aos modelos de produção contemporânea. A história do empreendedorismo acompanha a história das instituições e costumes, que foram evoluindo de acordo com as transformações sociais. Desse modo, o conceito e as definições de empreendedorismo foram se transformando ao longo da história e adquirindo novos significados (HOSELITZ, 1951).

De modo semelhante, Leite e Lindôso (2021) evidenciou que, com o decorrer do tempo, o empreendedorismo tornou-se objeto de diversos estudos. Isso levou pesquisadores a se esforçarem para traçar as perspectivas do empreendedorismo, elaborando uma estrutura conceitual. O termo “empreendedorismo” se tornou lugar comum nas últimas décadas do século passado. Ele está presente nas mídias sociais, artigos jornalísticos e anúncios de grande audiência, nas grades curriculares do ensino médio e superior de diversas áreas do conhecimento, em projetos empresariais de responsabilidade social de multinacionais e bancos, bem como em programas governamentais, de organizações não governamentais, de organizações internacionais e da administração pública. O “empreendedorismo” faz parte do vocabulário cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras de atividades profissionais de várias gerações, revelando a produção de novas percepções sobre o trabalho e o emprego.

O empreendedorismo tem sido o centro das políticas públicas na maioria dos países. O crescimento do empreendedorismo no mundo se acelerou na década de 1990 e aumentou em proporção nos anos 2000, o que pode ser observado nas ações



desenvolvidas relacionadas com o tema. Alguns exemplos são: programas de incubação de empresas e parques tecnológicos; desenvolvimento de currículos integrados que estimulem o empreendedorismo em todos os níveis, da educação fundamental à universitária; programas e incentivos governamentais para promover a inovação e transferência de tecnologia; subsídios governamentais para criação e desenvolvimento de novas empresas; criação de agências de suporte ao empreendedorismo e à criação de negócios; programas de desburocratização e acesso ao crédito para pequenas empresas; desenvolvimento de instrumentos para fortalecer o reconhecimento da propriedade intelectual, entre outros. (DORNELAS, 2018)

Dornelas (2018) acrescenta que o contexto atual é propício para o surgimento de um número cada vez maior de empreendedores. Por essa razão, a capacitação dos candidatos a empreender vem sendo prioridade em muitos países, inclusive no Brasil, devido à crescente preocupação das escolas e universidades a respeito do assunto, por meio da criação de cursos e matérias específicas de empreendedorismo, como alternativa aos jovens profissionais que se graduam anualmente nos ensinos técnico e superior brasileiro e, mais recentemente, também no ensino fundamental.

Por outro lado, os sentidos e significados atribuídos ao empreendedorismo são bastante heterogêneos e carentes de investigação sociológica. Assim, não faz sentido equiparar a noção de empreendedorismo, defendida e difundida pelo sistema S<sup>9</sup>, com a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras pobres da periferia de nossas cidades. Tampouco se deve ignorar que é no cenário atual do capitalismo em sua fase neoliberal mais extremada que a retórica empreendedora ganha força e é celebrada. A difusão da heterogeneidade de sentidos e significados atribuídos ao “empreendedorismo” na atualidade tem a ver, de um lado, com o aumento da pobreza e da procura acentuada de alternativas de sobrevivência da população, no quadro de baixa oferta de empregos, e, de outro lado, com uma busca desenfreada do capital

---

<sup>9</sup> Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). (AGÊNCIA SENADO)

para não pagar mais os direitos trabalhistas, a qual se casa de maneira quase perfeita com a disseminação de formas de trabalho baseadas no uso intensivo da tecnologia da informação, como os trabalhos por plataforma (LEITE e LINDÔSO, 2021).

Nessa perspectiva, Leite e Lindôso (2021) buscou discutir como a ideologia opera na ressignificação positivada do trabalho por conta própria e precário. Partindo da hipótese de que, de maneira geral, a ideia de empreendedorismo possui ao mesmo tempo um caráter ideológico e celebrativo, que se combinam e se complementam. Dessa forma, o empreendedorismo é entendido pelas autoras como uma ideologia que ataca os direitos do trabalho, em simultâneo em que se alinha à visão celebrativa, que objetiva ressignificar e glamourizar o trabalho por conta própria, típico dos países da periferia. De fato, a noção de empreendedorismo, tal como emerge nas últimas décadas do século passado, consiste numa apropriação e transfiguração das ideias desenvolvidas por Schumpeter (1997), ao sublinhar a importância dos empreendedores, entendidos como capitalistas responsáveis pela inovação.

Ao ressignificar o termo empreendedor, a ideologia busca retirar de cena o sentido e as formas depreciativas de considerar esse tipo de trabalho, bem como subordinar lógicas produtivas baseadas no bico e na viração<sup>10</sup> que sempre existiram no mundo do trabalho desses países, visto que a maioria de seus trabalhadores e trabalhadoras não são inseridos no mercado de trabalho por meio de um emprego registrado, com acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Nesse contexto, o processo de ressignificação, para Leite e Lindôso (2021), consiste na ideia de trabalhar sem os direitos, o qual passou a ser visto como uma forma inteligente, exitosa, inovadora, quando não superior, de inserção social, especialmente quando comparada ao trabalho assalariado, com acesso aos direitos trabalhistas. O empreendedorismo, concebido como uma forma superior de trabalho, é visto pelas autoras como uma ideologia, que busca glamourizar e ressignificar a ocupação precária que é uma característica da estrutura ocupacional brasileira desde seus primórdios.

Além disso, destaca a conexão do empreendedorismo com a noção de

---

<sup>10</sup> Estamos utilizando o conceito de viração no sentido que lhe confere Telles (2010) para designar o conjunto de atividades formais, informais, ilegais e ilícitas que se entrecruzam na batalha cotidiana da população periférica para garantir sua sobrevivência ou, como se diz popularmente, para “se virar”. (LEITE E LINDÔSO, 2021 p. 794).

meritocracia, que acredita que o sucesso individual depende apenas do esforço e da educação, ignorando as desigualdades sociais que afetam profundamente as oportunidades de trabalho. Dessa forma, a ideologia do empreendedorismo, tem um papel fundamental no atual modelo de organização dos mercados, da sociedade e do Estado, baseado na competição e na concorrência, com a valorização do trabalho sem direitos e a noção de que todos devem ser empresários de si mesmos. Essa ideologia justifica a retirada de direitos trabalhistas e o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização e proteção dos trabalhadores, a fim de promover a competição como um valor supremo.

Faz-se necessário questionar essa ideologia do empreendedorismo e reivindicar a importância dos direitos trabalhistas e da proteção do Estado como forma de garantir uma sociedade mais justa e equitativa. A ideia de que todos têm as mesmas oportunidades é falsa, já que a desigualdade social desempenha um papel enorme nas oportunidades de trabalho. Além disso, o empreendedorismo não é uma solução mágica para escapar da precariedade, já que, independentemente do trabalho árduo que se dedica a ele, as chances de sucesso continuam sendo limitadas.

Embora os conceitos de empreendedorismo e meritocracia sejam frequentemente apresentados como soluções para os problemas do desemprego e da desigualdade social, suas abordagens são ideológicas e distorcem a realidade dos trabalhadores precários que lutam para ter uma vida melhor. Os conceitos de empreendedorismo, meritocracia e igualdade de oportunidades fortaleceram-se mundialmente a partir da crise do final do século passado, quando as políticas sociais foram abandonadas em favor das políticas neoliberais que favorecem o capitalismo em detrimento da desigualdade social.

Cabe destacar que com o aumento da desigualdade social, o capitalismo necessitava de uma ideologia justificadora, e a meritocracia tornou-se essa narrativa que encobria as mazelas sociais. A ideia de que todos têm iguais oportunidades com educação e esforço individual ignora as desigualdades sociais e beneficia a classe dos mais abastados, que se sente merecedora de todos os privilégios, enquanto os perdedores são culpados por sua situação. Essa ideologia serve como justificativa para qualquer nível de desigualdade.

Desse modo, diferentemente do Estado não intervencionista do século XIX, o neoliberalismo prega a liberdade obtida através de uma mudança interna, no coração e na alma das pessoas, que só pode ser alcançada por meio de grandes intervenções e uma educação sistemática. Somente quando os indivíduos passarem a se ver como empreendedores de si mesmos, e aceitarem a racionalidade econômica como única forma plausível de raciocínio, é que a liberdade neoliberal poderá ser atingida. Nessa perspectiva, o empreendedor é o principal agente do neoliberalismo, já que sua dimensão como *entrepreneurship* é essencial na ordem capitalista. A visão antropológica do ser humano como empresa é a principal contribuição do neoliberalismo e intensifica a competição e a rivalidade entre indivíduos, que são estimulados a se moverem pelo espírito empresarial em cada aspecto de sua vida econômica.

Cabe ressaltar a necessidade de se estar atento às práticas que constroem e reforçam essa ideologia neoliberal, mas também estar atento às formas de resistência e de mobilização que surgem em resposta a essas práticas. A mudança não pode ser produzida somente através da intervenção e da reeducação, mas deve ser acompanhada por uma luta constante contra a ideologia, em busca de outra forma de organização da sociedade que possa conduzi-la a um futuro mais justo e igualitário para todos.

No entanto, há uma crescente preocupação em relação à relação entre empreendedorismo e informalidade, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. A ideia de que o empreendedorismo é a chave para combater a pobreza é hoje fortemente contestada, uma vez que a informalidade pode ser uma forma de precariedade e desigualdade, em vez de uma oportunidade de autonomia e crescimento. No Brasil, o empreendedorismo muitas vezes é uma forma precária de trabalho, uma vez que muitos empreendedores atuam informalmente, sem acesso a direitos trabalhistas básicos, como seguro-desemprego e aposentadoria.

Além disso, muitas vezes esses empreendedores iniciam seus negócios por falta de outras opções de trabalho, enfrentando dificuldades como falta de capital inicial, falta de crédito e dificuldades burocráticas. Outro aspecto preocupante do empreendedorismo informal no Brasil é a exclusão de diversos grupos da sociedade, como mulheres, população negra e pessoas com deficiência, que enfrentam maiores

desafios para ter acesso ao mercado de trabalho formal. Como resultado, muitas pessoas desses agrupamentos encontram no empreendedorismo sua única fonte de renda, mas que muitas vezes é precária e insegura.

Diante do contexto analisado, faz-se necessário pensar em políticas públicas que possam promover o empreendedorismo e a formalização, garantindo condições adequadas de trabalho e acesso a direitos trabalhistas básicos. Além disso, é fundamental que essas políticas levem em conta as desigualdades e exclusões presentes na sociedade brasileira, buscando promover o empreendedorismo como forma de inclusão social e econômica.

Nesta perspectiva, Leite e Lindoso (2021) entende que o termo empreendedorismo não é novo, mas apenas recentemente foi estabelecida uma relação entre este e a pobreza. Originalmente, a concepção de empreendedorismo era positiva e virtuosa, representando um grande esforço de indivíduos vistos como heróis econômicos e modelos a serem imitados. Essa representação fez com que outras formas de empreendedorismo fossem ignoradas ou consideradas temporárias ou periféricas. Somente no final dos anos 1980, os estudos começaram a diferenciar entre empreendedores por necessidade e os que buscam a autorrealização. Durante quase todo o século passado, a economia informal era vista como uma reminiscência de formas tradicionais e arcaicas de produção, enquanto a economia formal era vista como avançada e sinal de progresso.

Porém, no final do século XX, começou a se entender que a economia informal e o empreendedorismo informal eram extensivos e duradouros, resultado da emergência de uma economia global desregulada e do crescimento da subcontratação. O empreendedorismo informal é visto agora como uma prática de sobrevivência e recursos na ausência de trabalho formal, um fenômeno que vem crescendo continuamente nos últimos anos. Apesar do avanço teórico na compreensão da relação entre empreendedorismo e informalidade, ocorre um processo de glamourização do trabalho por conta própria. O livro do economista peruano Hernando de Soto, que realizou pesquisas empíricas no final da década de 1980 na cidade de Lima, no Peru, propõe a defesa do Estado como apoiador do empreendedorismo dos pequenos negócios informais, positivando a informalidade e ressignificando o trabalhador pobre como empreendedor.

No Brasil, o trabalho por conta própria sempre teve um peso significativo na estrutura ocupacional, deixando uma grande parte da população sem acesso aos direitos do trabalho, embora haja uma variação na porcentagem de trabalhadores por conta própria ao longo da história. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em setembro de 2019, as taxas dos trabalhadores e trabalhadoras por conta própria estavam sempre em torno de 20% da População Economicamente Ativa (PEA)<sup>11</sup>. A tendência de os trabalhadores abandonarem o autoemprego quando o mercado de trabalho melhora é claramente evidenciada pela pesquisa de Filgueiras e Cavalcante, que evidencia que a proporção de trabalhadores assalariados no total do emprego aumentou 54,2% em 2002, para 61,8% em 2012, enquanto o autoemprego caiu de 22,3% para 20,7% no mesmo período (Filgueiras e Cavalcante, 2020 p. 16). Todavia, de 2016 em diante, o autoemprego voltou a subir, alcançando 25,16% em 2018.

Outro indicador da relação entre a expansão do trabalho por conta própria, do trabalho assalariado informal e da precariedade do mercado de trabalho brasileiro recente consiste no número de contribuições para a Seguridade Social: o número médio de contribuidores em 2017 é o mais baixo desde 2014. (FILGUEIRAS e CAVALCANTE, 2020 p. 17).

Embora haja uma porcentagem de profissionais liberais entre os trabalhadores por conta própria, a grande massa é formada por trabalhadores que não encontram outra forma de inserção. O Brasil sempre conviveu com altas taxas de trabalho por conta própria, e as discussões sobre a informalidade marcaram a economia e a sociologia do trabalho na América Latina.

A figura do Microempreendedor Individual (MEI) surgiu como uma tentativa de garantir algum nível de direitos aos trabalhadores informais, que muitas vezes são invisibilizados e enfrentam dificuldades para obter benefícios e proteção social. É importante ressaltar que o MEI não é uma solução perfeita e possui limitações. Leite e Lindôso (2021) apontam que, embora o MEI ofereça algumas garantias e facilidades, muitos microempreendedores individuais enfrentam dificuldades financeiras e têm

---

<sup>11</sup> O Brasil vive no momento um apagão estatístico provocado pelo fato de que, com a crise sanitária, somada ao pouco interesse do governo federal em garantir a produção de dados estatísticos seguros, os dados disponíveis se tornam pouco confiáveis a partir de 2020, motivo pelo qual estamos utilizando os relativos aos anos de 2019 ou anteriores (LEITE E LINDÔSO, 2021 p. 805).

uma renda insuficiente para se sustentar. Além disso, a informalidade persiste em outros setores da economia, e nem todos os trabalhadores informais se enquadram nas condições para se tornarem MEIs.

Outro aspecto a ser considerado é que a formalização como MEI não necessariamente garante condições de trabalho dignas e seguras. Segundo Oliveira e Santos (2019), a informalidade pode persistir mesmo entre os MEIs, especialmente quando se trata de trabalhadores que atuam em setores mais precarizados e vulneráveis. A qualidade do trabalho e as condições de vida desses trabalhadores dependem não apenas da formalização, mas também de políticas públicas mais abrangentes que promovam o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e o acesso a direitos básicos.

Portanto, o MEI é uma importante iniciativa para garantir algum nível de direitos aos trabalhadores informais, reconhecendo suas atividades econômicas e oferecendo benefícios previdenciários. No entanto, é necessário ir além da formalização e buscar políticas públicas mais amplas que promovam a inclusão social, a geração de emprego de qualidade e o fortalecimento do empreendedorismo. Somente assim será possível superar as desigualdades e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais, proporcionando-lhes condições dignas de trabalho e vida, independentemente de sua condição ocupacional.

A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais a situação do mundo do trabalho, especialmente para os trabalhadores por conta própria e informais. Com o isolamento social e o fechamento de comércios, muitos desses trabalhadores ficaram sem renda, sem direito a benefícios sociais ou auxílio-emergencial. De acordo com a PNAD, a taxa de desemprego no Brasil subiu de 11,6% em dezembro de 2019 para 13,3% em junho de 2020, sendo que 9,7 milhões de trabalhadores perderam seus empregos nesse período, que englobava 7,8% dos homens brancos e 11,7% dos negros, 10,8% das mulheres brancas e 16,6% das mulheres negras, evidenciando não só sua alta incidência, como também a maneira diferenciada com que atingia o conjunto dos trabalhadores, vitimando especialmente os negros e as mulheres, especialmente as negras (LEITE e LINDÔSO, 2021).

Entre os trabalhadores por conta própria e informais, a situação é ainda pior, de acordo com uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no mês de maio de 2020, 70% dos trabalhadores por conta própria tiveram perda significativa de renda durante a pandemia. A crise que se abriu a partir de 2014, contudo, atingiu profundamente o mercado de trabalho e, a partir de 2015, as taxas de informalidade começaram a aumentar vertiginosamente, atingindo sobretudo os grupos mais vulneráveis da força de trabalho, como mulheres e negros. Os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, consistiram, nesse quadro, em um período de crescimento do trabalho por conta própria, incentivado ademais pelas novas formas de contrato legalizadas pela reforma trabalhista de finais de 2017, como a de autônomo exclusivo, uma das novas formas de contrato que mais tem crescido nos últimos anos e que significa, na verdade, uma burla aos direitos do trabalho.

Além disso, muitos desses trabalhadores não têm acesso a crédito ou assistência financeira do governo, o que dificulta ainda mais sua situação. Em resumo, a crise econômica gerada pela pandemia da COVID-19 afetou profundamente o mercado de trabalho no Brasil, com impactos mais severos sobre os trabalhadores por conta própria e informais, que já eram vulneráveis antes da crise. É necessário pensar em políticas públicas que possam ajudar esses trabalhadores a se reerguer e a terem melhores condições de vida e trabalho.

É essencial uma política pública que vise a redução dessas desigualdades, garantindo à população acesso a direitos básicos e, especialmente, proteção social em momentos de crise, sem falar que muitos deles foram considerados prestadores de serviços essenciais e, portanto, tiveram que continuar trabalhando mesmo em um contexto de isolamento social e alto risco de contágio. A pandemia mostrou a urgência de se repensar a natureza do trabalho informal e de se buscar, de maneira urgente, alternativas de proteção e garantia de direitos a esses trabalhadores. Conforme registrado em Leite e Lindoso (2021, p. 813):

[...] a situação dessas trabalhadoras, cujo número é extremamente significativo (6,23 milhões de pessoas), quase todas mulheres (92,7%), entre as quais a maioria é negra (65%) e enfrenta condições de trabalho absolutamente precárias, chega a ser dramática no contexto da pandemia.

Ressalta-se que, a falta de assistência por parte do governo torna ainda mais difícil a sobrevivência desses trabalhadores, especialmente das mulheres e negros que já enfrentavam desigualdades estruturais antes da pandemia. A crise sanitária



revelou a fragilidade da meritocracia e a necessidade de integração dos trabalhadores na sociedade por meio de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. A única forma de enfrentar essas crises concomitantes do trabalho, sanitária e alimentar é por meio de políticas públicas efetivas que garantam proteção e dignidade para todas as pessoas, independentemente de sua condição social, gênero ou raça.

Gaiger (2009) em contraposição a esse modelo, defende a promoção do empreendedorismo com base em abordagens associativas. Através da análise do primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, é identificado um padrão que serve como referência para essa abordagem alternativa, esta análise leva a uma avaliação preliminar das possibilidades de preservação e consolidação de agentes econômicos que se baseiam na cooperação produtiva e na autogestão.

Aborda de forma crítica a questão das desigualdades sociais e propõe uma nova abordagem para combatê-las, a importância de repensar as estratégias de combate às desigualdades, destacando que a ativação econômica e o fomento ao empreendedorismo associativo a via mais recente representada pela economia solidária, com o surgimento de empreendimentos associativos e dos respectivos programas de apoio, identificados com a metodologia das tecnologias sociais, podem ser caminhos mais eficazes para alcançar a equidade e o desenvolvimento sustentável.

A figura 1 apresenta as diferentes formas de trabalho autônomo que consiste prioritariamente nas várias atividades desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras pobres, de baixa escolaridade, raramente conseguem sair da situação de precariedade a que essa forma de inserção ocupacional os e as relega.

**Figura 1** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade por posição na ocupação, sexo e raça no Brasil (3º trimestre de 2017 a 2019)

Pessoas de 14 anos ou mais de idade por posição na ocupação, sexo e raça (Brasil, 3ºT - 2017 a 2019)										
3ºT de cada ano	Empregado no setor privado com carteira	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Empregado no setor público com carteira	Empregado no setor público sem carteira	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar
<b>2017</b>										
Mulheres negras	30,3%	9,2%	5,1%	13,6%	1,3%	4,6%	9,8%	2,0%	20,1%	4,0%
Mulheres brancas	37,1%	8,2%	3,2%	6,9%	2,1%	3,2%	12,4%	4,3%	19,4%	3,3%
Homens negros	37,1%	17,1%	0,4%	0,6%	1,0%	2,1%	6,0%	3,6%	30,5%	1,8%
Homens brancos	40,9%	11,2%	0,3%	0,4%	1,4%	1,4%	7,2%	8,4%	27,7%	1,3%
<b>2018</b>										
Mulheres negras	29,9%	9,9%	4,9%	13,3%	1,3%	4,6%	9,9%	1,9%	20,7%	3,6%
Mulheres brancas	36,2%	8,3%	3,1%	7,1%	2,2%	3,3%	12,1%	4,8%	19,5%	3,3%
Homens negros	36,6%	17,6%	0,4%	0,7%	0,9%	2,0%	6,1%	3,8%	30,3%	1,7%
Homens brancos	39,4%	11,6%	0,3%	0,4%	1,4%	1,5%	7,3%	8,4%	28,3%	1,4%
<b>2019</b>										
Mulheres negras	29,9%	9,9%	4,5%	13,3%	1,4%	4,7%	9,6%	2,0%	21,1%	3,6%
Mulheres brancas	35,8%	8,8%	2,9%	7,3%	2,0%	3,2%	12,0%	4,8%	20,3%	2,9%
Homens negros	36,3%	17,7%	0,5%	0,6%	0,8%	2,0%	6,1%	3,6%	30,7%	1,7%
Homens brancos	38,7%	11,9%	0,3%	0,4%	1,3%	1,5%	7,0%	8,2%	29,4%	1,2%

\* Categorias preta e parda da variável de cor/raça do IBGE  
 Fonte: Microdados PNADC/IBGE - Elaboração própria

*Tabela 1 – Posição na ocupação por sexo e raça (Brasil, 2017/2019, 3º. Trimestre)*

**Fonte:** Leite e Lindôso (2020, p. 29)

Embora a economia tenha começado a se recuperar em 2017, 2018 e 2019, o desemprego continuou alto, atingindo especialmente mulheres e negros. Além disso, a formalização do mercado de trabalho durante esse período, e o trabalho por conta própria cresceu constantemente, exceto entre os homens brancos. O trabalho por conta própria é uma forma de inserção ocupacional que afeta principalmente trabalhadores pobres, com baixa escolaridade, que vivem nas regiões periféricas das cidades e enfrentam situações de precariedade. As diferentes formas de trabalho por conta própria, como vendedores ambulantes, catadores, representantes de produtos de beleza, trabalhadores da construção civil e costureiras domiciliares, deixam esses trabalhadores relativamente à instabilidade econômica, sem qualquer controle sobre o mercado em que operam. A figura 2 demonstra como as mulheres são mais fortemente afetadas pela deterioração do mercado de trabalho no ano de 2020, um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com os dados da PNAD Contínua de 2020.

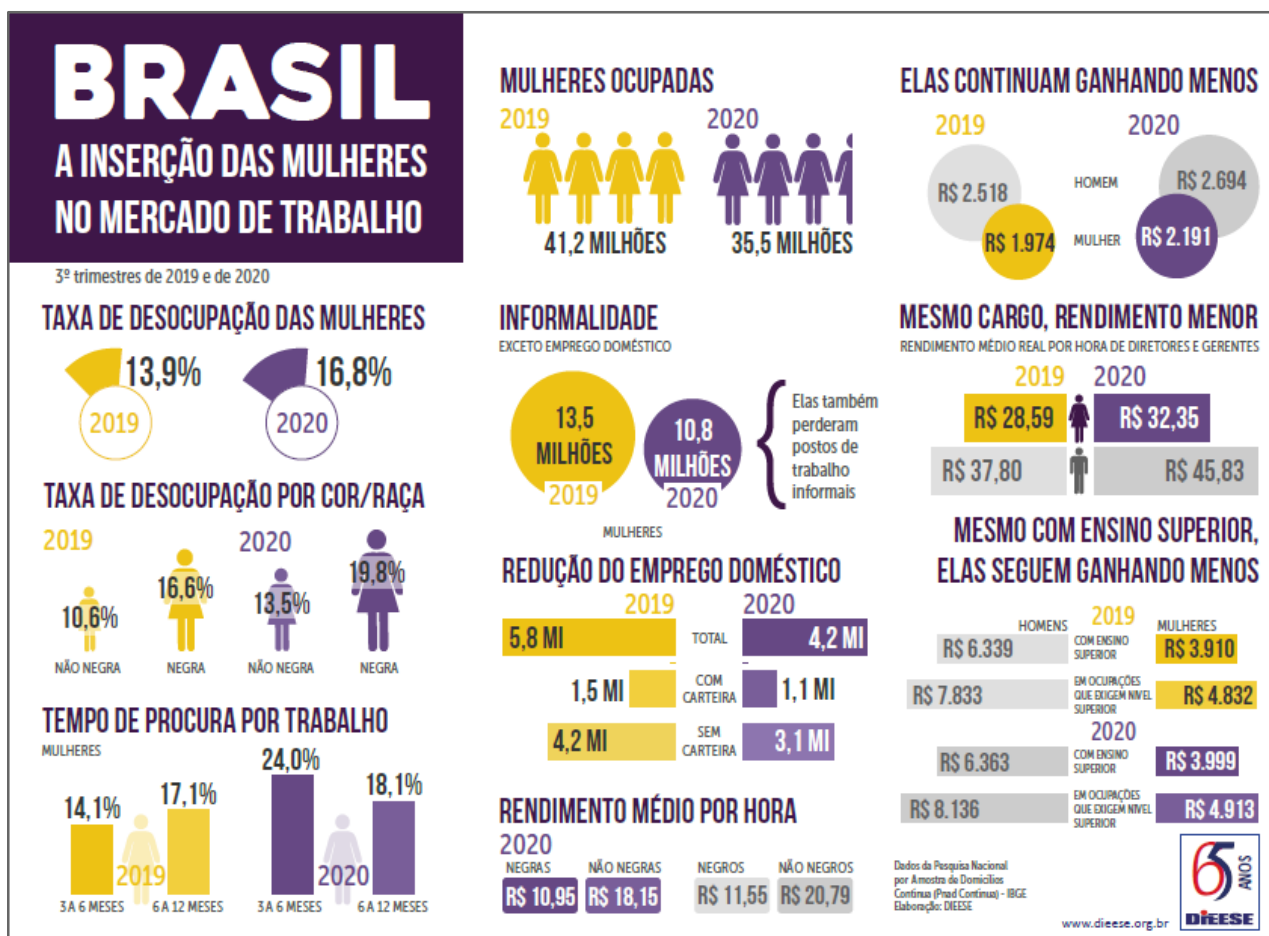
**Figura 2-** A inserção das mulheres no mercado de Trabalho no Brasil durante o 3º trimestre de 2019 e 2020



Fonte: DIEESE (2020), dados da PNAD Contínua - IBGE

Conforme demonstrado na figura 2, uma parcela expressiva de mulheres perdeu sua ocupação no período da pandemia e muitas nem buscaram nova inserção. Entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, o contingente de mulheres fora da força de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser desempregadas. Na Bahia, a desocupação das mulheres alcançou 24,9%, maior taxa do país, em 2020, um acréscimo de 5,1% em relação ao trimestre de 2019.

**Figura 3-** Panorama das mulheres no mercado de Trabalho no 3º trimestre de 2019 e de 2020 no Brasil



**Fonte:** DIEESE (2020), dados da PNAD Contínua - IBGE

A figura 3 revela que as mulheres negras foram as mais afetadas, com um aumento de 3,2% no índice de desemprego, chegando a uma alarmante taxa de 19,8%. As trabalhadoras domésticas também foram duramente atingidas, com 1,6 milhão de mulheres perdendo seus empregos, sendo 400 mil com carteira assinada e 1,2 milhão sem vínculo formal de trabalho.

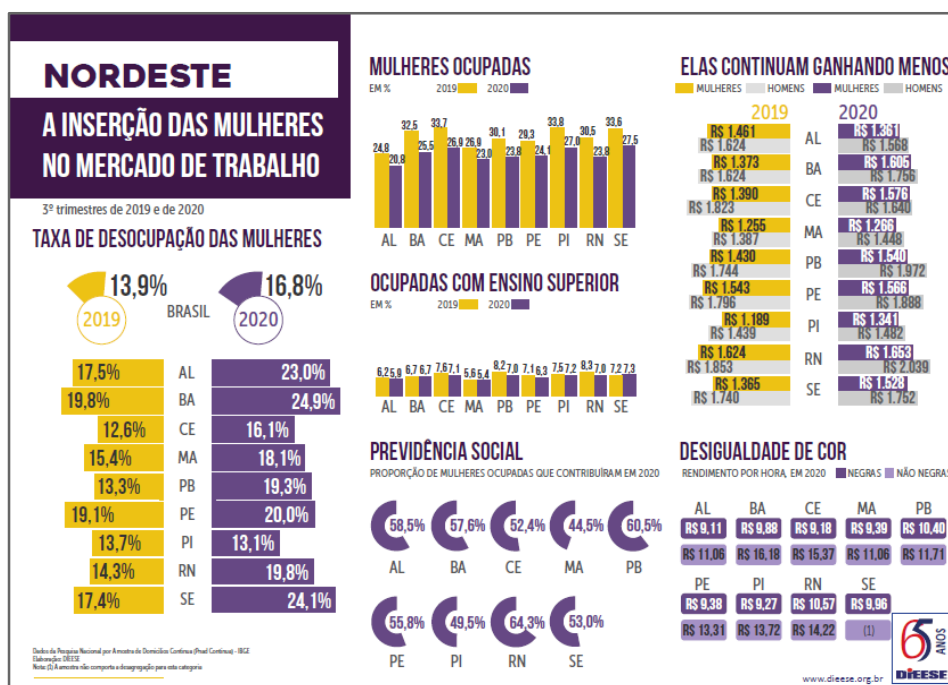
Além disso, o contingente de trabalhadoras informais caiu de 13,5 milhões para 10,8 milhões, o que representa outro grupo expressivo que perdeu seu trabalho e renda. Isso teve um impacto direto na situação de pobreza e exclusão social dessas mulheres, muitas das quais foram forçadas a escolher entre o trabalho e a renda ou a proteção de sua vida e de sua família.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres, revelada pela figura 3, persistiu, especialmente para as mulheres negras, que em média receberam R\$ 10,95 por hora em 2020, enquanto os homens negros receberam R\$ 11,95. Entre os não negros, a diferença era de R\$ 18,15 para mulheres e R\$ 20,79 para homens.

Embora tenha havido um aumento no rendimento para homens e mulheres em geral, foi devido à saída de mulheres com rendas menores do mercado de trabalho em vez de um avanço concreto na igualdade salarial. Além disso, as mulheres foram forçadas a conciliar seus trabalhos remunerados com uma série de outras responsabilidades, como cuidados com a família e afazeres domésticos, o que pode ter contribuído para problemas de saúde física e mental (DIEESE, 2020).

Para as jovens mulheres, a crise da pandemia gerou desânimo em relação ao futuro, fazendo com que muitas abandonem seus estudos e qualificação. Esse cenário somente se agrava quando desagregam os dados e analisamos a realidade da região Nordeste, destacada na figura 4.

**Figura 4** - Inserção das mulheres no mercado de Trabalho no Nordeste durante os 3º trimestres de 2019 e de 2020



Fonte: DIEESE (2020), dados da PNAD Contínua - IBGE

A figura 4 demonstra o quanto as desigualdades regionais continuam estratificando as condições de vida no Brasil. Assim como no contexto nacional, as

mulheres nordestinas continuam ganhando menos que os homens, no entanto, os estados da região apresentam, com exceção de dois, maiores taxas de desocupação das mulheres que a média do Brasil em 2020. Quanto ao contexto racial, as negras têm rendimento por hora menor em 8 estados captados pela pesquisa.

Segundo Abramo (2006), o mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e raça e esse é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza. Afirma que as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social.

Para Crenshaw (2002), a abordagem interseccional desvela a imbricação entre diversos sistemas discriminatórios que estruturam as hierarquizações sociais existentes, sejam elas ancoradas nas desigualdades de gênero, etnias, classes, raças e outros. O mundo do trabalho expressa claramente as desigualdades que têm sido demonstradas em vários estudos e pesquisas recentes que poderiam também ser discutidas nessa perspectiva, entre as quais pode-se incluir,

(...) A taxa de participação das mulheres mais pobres e com menos escolaridade ainda é muito inferior à taxa de participação das mulheres mais escolarizadas, o que indica a existência de diferenças importantes entre as mulheres relacionadas aos diferentes estratos de renda aos quais elas pertencem, e a dificuldade adicional de inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho. Durante os anos 90 e começo da presente década, observa-se uma importante elevação nos níveis de escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA), com uma significativa diminuição da porcentagem de pessoas com menos escolaridade e um aumento nos níveis superiores de escolaridade. (ABRAMO, 2006, p.40).

Para Abramo (2006), a segmentação ocupacional exerce uma forte influência sobre os rendimentos e demais indicadores de qualidade de emprego de homens e mulheres, negros e não negros. Ela mostra que uma grande proporção da ocupação feminina se agrupa nos setores mais precários (trabalhadores por conta própria, com exceção dos profissionais e técnicos; serviços domésticos; e ocupados sem remuneração), e que essas ocupações são significativas no total do emprego no Brasil.

Essas análises mostram que é preciso um sistema mais justo e igualitário, que respeite os direitos humanos e promova a solidariedade em vez da individualização.

É necessário construir políticas públicas que atuem de forma integrada nas dimensões da saúde, trabalho e alimentação, garantindo assim uma vida digna para todos os cidadãos e cidadãs. Além disso, políticas focalizadas que considerem os marcadores que estruturam as desigualdades, como o gênero e a raça.

A compreensão da segmentação ocupacional e sua influência sobre os rendimentos e a qualidade de emprego de diversos grupos, conforme destacado por Abramo (2006), revela um cenário complexo e desafiador no Brasil. Especificamente, a análise das ocupações precárias e informais, onde uma grande parcela da força de trabalho feminina se concentra, lança luz sobre facetas da informalidade e o desemprego no país que merecem uma investigação mais aprofundada. Nesse contexto, é fundamental explorar as implicações e os desafios decorrentes dessa realidade para traçar estratégias eficazes de assistência social e políticas de emprego no Brasil.

### **2.3 Facetas da informalidade e o desemprego no Brasil**

Hoje, a informalidade é vista como um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve diversas formas de inserção precária no mercado de trabalho, como trabalho sem registro, trabalho autônomo, trabalho doméstico sem proteção social, entre outros. A precarização e o trabalho precário são características históricas das ocupações no Brasil e levantam discussões sobre a qualidade do trabalho e a proteção social dos trabalhadores.

Na década de 1960 e 1970, a concepção de informalidade estava ligada ao contexto histórico das sociais-democracias na Europa, que serviam como referência para a compreensão do processo histórico de formação do capitalismo em países latino-americanos e africanos. O debate girava em torno das formas de inserção dos trabalhadores informais na estrutura produtiva e do grau de integração das atividades informais a esta estrutura. Embora as perspectivas da dualidade estrutural e a crítica marxista polarizaram o debate, havia um consenso sobre os usos sociais do trabalho (ANJOS, 2012).

Para Cacciamali (2000), quatro elementos condicionam a configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e da informalidade: os processos de segurança produtiva, a internacionalização e expansão dos mercados financeiros, a

maior abertura comercial das economias e a desregulamentação dos mercados de trabalho.

Essa heterogeneidade nas relações de trabalho é analisada por Rivero (2009), citada por Anjos (2012) como um processo de informalização em curso na sociedade e economia, que redefine as relações de produção, as formas de inserção dos trabalhadores e as instituições. Esse processo gera dois fenômenos principais, sendo o primeiro relacionado à reconfiguração das relações de trabalho nas formas de organização de produção e do mercado de trabalho informal.

Essas formas de trabalho não são registradas junto à segurança social e podem ser expressas por diversas categorias analíticas, tais como cooperativas de trabalho, empresas terceirizadas, agências de trabalho temporárias, locadoras de mão de obra e trabalho autônomo disfarçado sob outras formas de contratação. Esses contratos são encontrados em toda a cadeia produtiva e, em comum, apresentam vulnerabilidade, insegurança na relação de trabalho, passagem dos rendimentos, ausência de regulamentação laboral e de proteção social, uso flexível do trabalho e baixa remuneração, principalmente para os trabalhadores com menor nível de qualificação.

O segundo fenômeno está relacionado ao empreendedorismo e outras estratégias adotadas pelos trabalhadores para sobreviver diante das dificuldades de inserção ou reintegração no mercado de trabalho. Muitos optam por trabalhar por conta própria e criar microempresas em ocupações de baixa produtividade, que não são ocupadas por empresas de capitais e que prescindem de mão de obra assalariada.

O processo de informalidade abrange tanto as inserções relacionadas a determinadas formas de organização da produção, como também diferentes formas de assalariamento ilegal. As categorias de análise são construídas a partir da combinação de características observadas no fenômeno em si, mas uma análise de sua evolução, comportamento e níveis de renda só pode ser adequada por meio de suas relações com a dinâmica do processo de desenvolvimento em curso.

Rivero (2009) propôs uma abordagem metodológica para ampliar o debate sobre a informalidade e afastar-se da noção binária de setores formais e informais.



Em vez disso, ela desenvolveu uma análise processual desse fenômeno, usando o termo "processos de informalização do trabalho" para relacioná-lo não apenas à esfera da produção, mas também à esfera privada ou reprodutiva. Ela identificou três aspectos fundamentais da informalização: O primeiro aspecto diz respeito às situações de desregulamentação do trabalho assalariado, que evidenciam principalmente a deterioração das condições de trabalho e a ruptura dos compromissos entre o capital, o Estado e os direitos adquiridos pelos trabalhadores.

O segundo aspecto aponta para a persistência e crescimento de um trabalho estruturado dentro da unidade familiar, redes de vizinhança, amizades, etc., em que a relação entre capital e trabalho aparece difusa (trabalho não assalariado) e cuja lógica pode não ser a de "maximizar lucros", mas sim a sobrevivência ou melhoria da qualidade de vida do grupo social (proporcionar trabalho e aumentar a renda da unidade). Essas unidades operam em espaços não regulamentados e podem significar a permanência de relações recíprocas.

Rivero (2009) conclui que as atividades informais não estão necessariamente a níveis baixos de renda e podem estar relacionadas a estratégias de sobrevivência ou sobrevivência social. No entanto, ela destaca os processos contraditórios, como a precarização do trabalho e a desregulamentação do Estado sobre o trabalho.

Com as grandes mudanças ocorridas na década de 1980, o conceito e a análise da informalidade no trabalho foram profundamente alteradas no contexto do capitalismo flexível. A categoria da informalidade, anteriormente relacionada apenas aos problemas de urbanização e industrialização nos países subdesenvolvidos, passou a ser utilizada para examinar as mudanças no mundo do trabalho dos países mais industrializados após a crise do fordismo e do Estado de Bem-Estar Social. Sendo assim, o capitalismo mundial vem sofrendo com uma crise em escala global incapaz de proporcionar um desenvolvimento econômico saudável sem restringir os direitos sociais dos trabalhadores no mundo do trabalho.

Esse cenário condiciona os sujeitos às situações de trabalhos precários, mal remunerados e tendo que prestar os serviços, através da sua mão de obra, por questão de sobrevivência, tendo, inclusive, que fazer rendas extras nos períodos de descanso, para complementar a renda familiar, através de trabalhos e prestação de serviços informais.

Essa informalidade no mundo do trabalho, diferente do modelo taylorista-fordista vigente ao longo do século XX (onde o trabalho regulado se destacava frente ao desregulado), tem como característica a superação das relações de contratação formal e regulação da força de trabalho e prestação de serviços (ANTUNES, 2001), além da associação ao processo de reestruturação produtiva e à incorporação de novas tecnologias na economia e na gestão da força de trabalho (FARIA e KREMER, 2004).

Segundo Jordão e Stampa (2015, p. 322), a informalidade no Brasil está caracterizada pela “[...] ampliação de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias [...]”. Esse processo, portanto, desenvolveu transformações não apenas no processo de produção do sistema capitalista, mas também condicionou o arranjo social à precarização social e da vida cotidiana.

Dessa forma, diferentes formas de trabalho são abrangidas pela informalidade, incluindo trabalhadores sem carteira assinada, autônomos, trabalhadores domésticos e atividades que são consideradas crimes de acordo com o código penal, como prostituição, venda de produtos contrabandeados, jogos ilegais e tráfico de drogas, que compõem o chamado "economia submersa" (CACCIAMALI, 1994; 2000).

Na maioria dos casos, os sujeitos submetidos à informalidade no mundo do trabalho possuem um mínimo de conhecimento profissional (ANTUNES, 2001) e não dispõem de meios de trabalho para o incentivo ao empreendedorismo e à melhoria na economia familiar. Essa parte dos sujeitos submetidos ao trabalho precário são condicionados às situações de baixa remuneração e sem garantias de direitos condicionados aos trabalhadores em regime formal de trabalho, como aposentadoria, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-maternidade, auxílio-acidente, dentre outros. Nesse sentido, a perda ou necessidade de interromper o trabalho agrava a sua situação e corta, integralmente, a sua fonte de renda.

Além disso, Kraychete (2021) diz que o conceito de setor não formal é frequentemente utilizado como uma descrição de atividades ou situações que não seguem uma lógica específica, incluindo trabalhadores individuais, empregos

associativos, trabalhadores sem vínculo empregatício formal e empresas que não aderem às leis trabalhistas ou tributárias. No entanto, essa definição obscurece a realidade e dificulta a compreensão e transformação social necessária. Mais recentemente, o termo não oficial tem sido associado à reestruturação das relações de produção e trabalho, conhecida como reorganização produtiva. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu o setor não formal como trabalhadores resultantes dos processos de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Cacciamalli (2000) utiliza a expressão "processo de informalização" para se referir às diferentes formas de trabalho que surgem da dinâmica da mudança e reestruturação da economia. Essas mudanças envolvem dois principais fenômenos associados ao mercado de trabalho: a reorganização do trabalho remunerado e o trabalho autônomo. O primeiro inclui formas de trabalho remunerado não registrado e outras formas de contratação, como cooperativas de trabalho, empreiteiras, agências de trabalho temporário, entre outras. O segundo fenômeno é o trabalho independente ou em microempresas, escolhido por pessoas com dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou como forma de sustento.

De acordo com Malagutti (2000), a não formalidade é uma noção mais ampla do que o conceito de trabalho não formal. Ela abrange situações em que o trabalho é realizado sem condições de segurança e horas extras não remuneradas, mesmo em contratos de trabalho regulares. Para Alves e Tavares (2006), os trabalhadores independentes não são autônomos nem capitalistas, pois seu trabalho é subordinado à lógica do capital no mercado.

Nessa perspectiva, o trabalho não formal seria uma forma inerente à produção capitalista. No entanto, é necessário adotar uma postura crítica em relação a essas definições, pois cerca de 50% dos trabalhadores brasileiros estão fora dos limites legais do contrato de trabalho, incluindo trabalhadores autônomos. Essa categoria de trabalho não formal é frequentemente utilizada de maneira ambígua, juntamente com termos como setor não formal, economia não formal e mercado não formal, o que dificulta sua compreensão precisa.

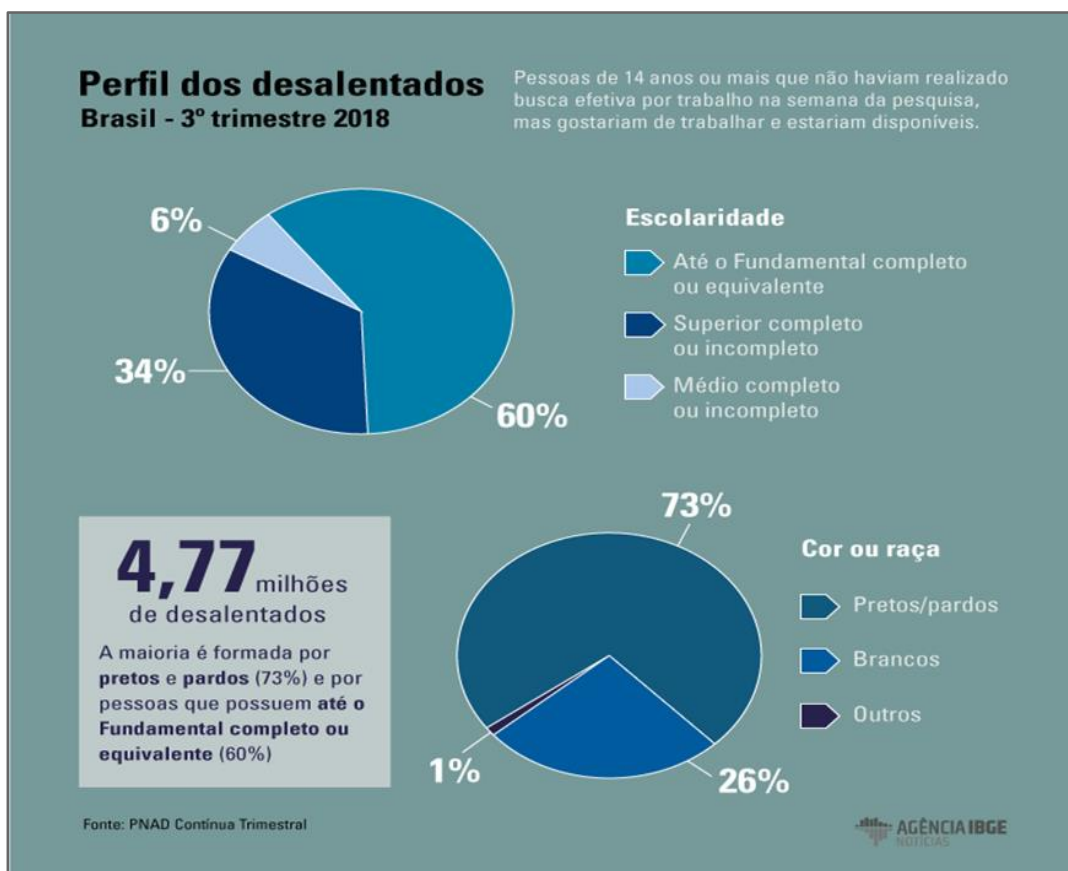
Diante do dinamismo e desenvolvimento da economia capitalista, com a flexibilidade nos processos de produção e gestão do trabalho, a informalidade na economia vem encontrando mais espaços, durante o século XXI, diante da erosão do trabalho formal, da exaustão do modelo fordista e da crise no Estado de Bem-Estar Social.

Juntamente com a “[...] utilização de novas tecnologias físicas de base microeletrônica e pela implementação de novas formas de organização e gestão do trabalho” (FARIA e KREMER, 2004, p. 6), há uma modificação e enfraquecimento no poder de resistência da classe trabalhadora, com a flexibilização do processo laboral, ocorrida no Brasil durante a década de 1990 e 2000 (PARADELLA, 2018), diante da crise econômica de 2015 e da desarticulação com os movimentos sindicais, entre outros motivos.

Além da precarização do trabalho e a informalidade existente, outra variável acompanhada pelo PNAD Contínua é a respeito da subutilização de uma parcela da população brasileira e, mais especificamente, da população desalentada, ou seja, aqueles que gostariam de trabalhar, porém não procuram mais oportunidades por acharem que não estão aptos ao mercado.

Por subutilização da força de trabalho, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2021b), é um conceito que foi construído para melhor monitorar o mercado de trabalho, para além da taxa de desocupação, integrando também os indicativos de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (ou seja, aqueles que trabalham menos de 40 horas semanais) e a força de trabalho potencial (definida pelo conjunto de pessoas maiores de 14 anos).

Figura 5 - Perfil dos desalentados no Brasil durante o 3º trimestre de 2018.

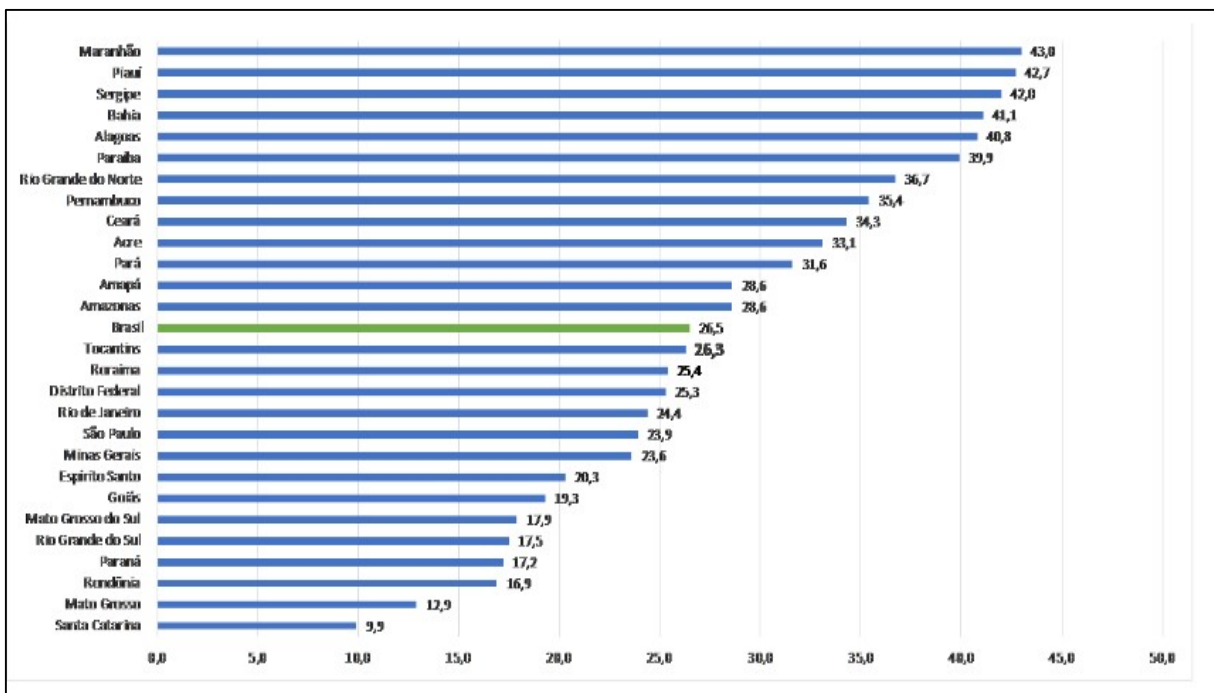


Fonte: PNAD Contínua (PARADELLA, 2018)

Conforme demonstrado na figura 5, em 2018 a quantidade de desalentados no Brasil correspondia a aproximadamente 4,8 milhões, sendo a maioria formada por pessoas que se autodeclararam pretos e pardos (73%) e por pessoas com até o ensino fundamental completo ou equivalente (60%). Já em comparação ao 2º trimestre de 2021, o número de desalentados aumentou para 5,6 milhões de pessoas (IBGE, 2021a).

Em relação à taxa de desocupação, segundo dados do IBGE, em relação ao 3º trimestre de 2021, a quantidade de brasileiros na linha do desemprego correspondia a 13,5 milhões de pessoas, correspondente a um percentual médio de 12,6%, com um recuo de 1,4% pontos percentuais em comparação ao 3º trimestre de 2021 (IBGE, 2021b).

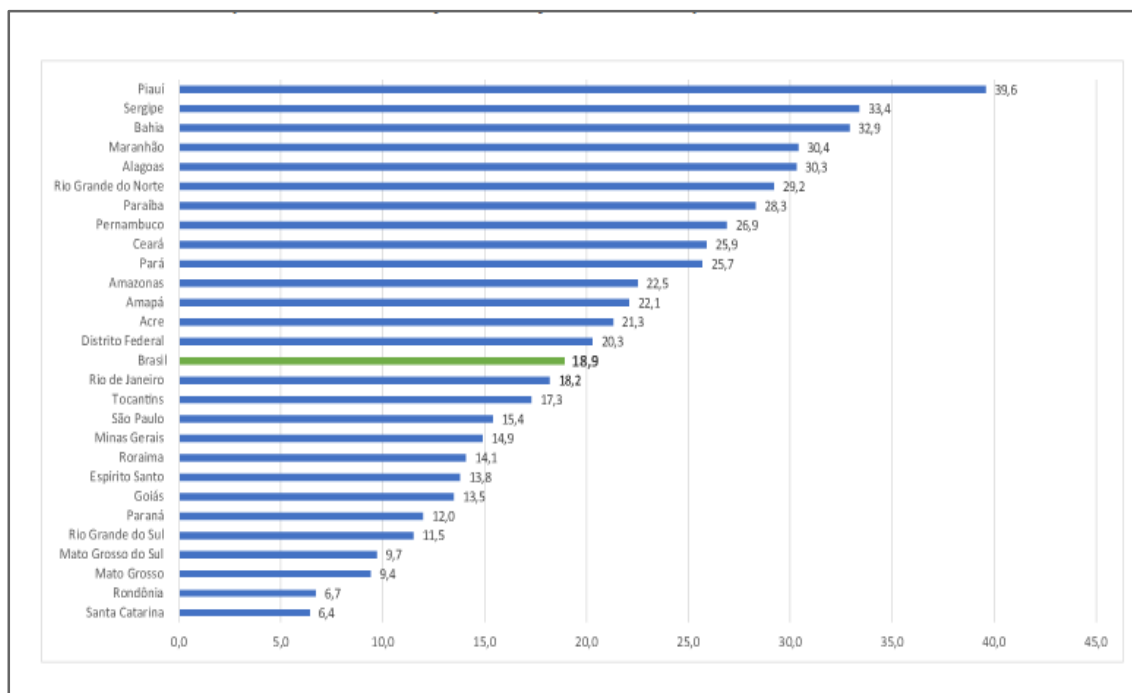
**Figura 6 – Taxa de desocupação (%) por Estados no 3º trimestre de 2021**



**Fonte:** PNAD Contínua (IBGE, 2021b).

Na Bahia concentra-se uma taxa de desocupação de 41,1% de pessoas, maior do que a média nacional, além de ser o segundo estado com a maior taxa de desemprego no país, no mesmo trimestre analisado. Conforme a figura 6, o estado baiano apenas perde para Pernambuco, que concentra uma taxa de desemprego de 35,4% das pessoas de 14 anos ou mais de idade.

**Figura 7** – Taxa de desocupação (%) por Estados no 1º trimestre de 2023.



**Fonte:** PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

No 1º trimestre de 2023, a taxa composta de subutilização da força de trabalho foi de 18,9%. O Piauí (39,6%) teve a maior taxa, seguido por Sergipe (33,4%) e Bahia (32,9%). Já as menores taxas ficaram com Santa Catarina (6,4%), Rondônia (6,7%) e Mato Grosso (9,4%) (IBGE, 2023).

Atualizado pelo IBGE em 18/05/2023, a taxa de desocupação do país no primeiro trimestre de 2023 foi de 8,8%, aumentando 0,9 ponto percentual (p.p.) ante o quarto trimestre de 2022 (7,9%) e caindo 2,4 p.p. frente ao mesmo trimestre de 2022 (11,1%).

**Quadro 1** - Taxa de desocupação, por UF, frente ao trimestre anterior (%) - 1º trimestre de 2023.

UF	4T 2022	1T 2023	Situação (*) <sup>12</sup>
<b>Pernambuco</b>	<b>12,3</b>	<b>14,1</b>	↑
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>9,9</b>	<b>12,1</b>	↑

<sup>12</sup> Nota: No contexto dos dados apresentados, as setas representam a variação na taxa de desocupação em cada Unidade Federativa (UF) no 1º trimestre de 2023 em comparação com o trimestre anterior (4º trimestre de 2022). A seta "↑" indica um aumento na taxa de desocupação, enquanto a seta "→" indica que a taxa de desocupação permaneceu praticamente a mesma (IBGE, 2023).

UF	4T 2022	1T 2023	Situação (*) <sup>12</sup>
Pernambuco	12,3	14,1	↑
Distrito Federal	10,3	12,0	↑
Piauí	9,5	11,1	↑
Alagoas	9,3	10,6	↑
Maranhão	8,3	9,9	↑
Pará	8,2	9,8	↑
Ceará	7,8	9,6	↑
<b>Brasil</b>	<b>7,9</b>	<b>8,8</b>	<b>↑</b>
São Paulo	7,7	8,5	↑
Tocantins	5,2	6,9	↑
Roraima	4,6	6,8	↑
Minas Gerais	5,8	6,8	↑
Rio Grande do Sul	4,6	5,4	↑
Mato Grosso do Sul	3,3	4,8	↑
Mato Grosso	3,5	4,5	↑
Santa Catarina	3,2	3,8	↑
Bahia	13,5	14,4	→
Amapá	13,3	12,2	→
Sergipe	11,9	11,9	→
Rio de Janeiro	11,4	11,6	→
Paraíba	10,3	11,1	→
Amazonas	10,0	10,5	→
Acre	10,0	9,8	→
Espírito Santo	7,2	7,0	→
Goiás	6,6	6,7	→
Paraná	5,1	5,4	→
Rondônia	3,1	3,2	→

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2023).

A taxa de desocupação aumenta em 16 UFs e fica estável nas outras 11, em relação ao trimestre anterior, a taxa de desocupação aumentou em 16 das 27 Unidades da Federação, mantendo-se estável nas outras 11. As maiores taxas de desocupação foram da Bahia (14,4%), Pernambuco (14,1%) e Amapá (12,2%), e as



menores, de Rondônia (3,2%), Santa Catarina (3,8%) e Mato Grosso (4,5%) (IBGE,2023).

No primeiro trimestre de 2023, havia 2,2 milhões de pessoas que procuraram trabalho durante dois anos ou mais. Esse contingente se reduziu em 35,3% frente ao primeiro trimestre de 2022, quando 3,5 milhões de pessoas buscaram trabalho por dois anos ou mais (IBGE,2023).

**Figura 8** - Desemprego no Brasil no 1º trimestre de 2023 no Brasil



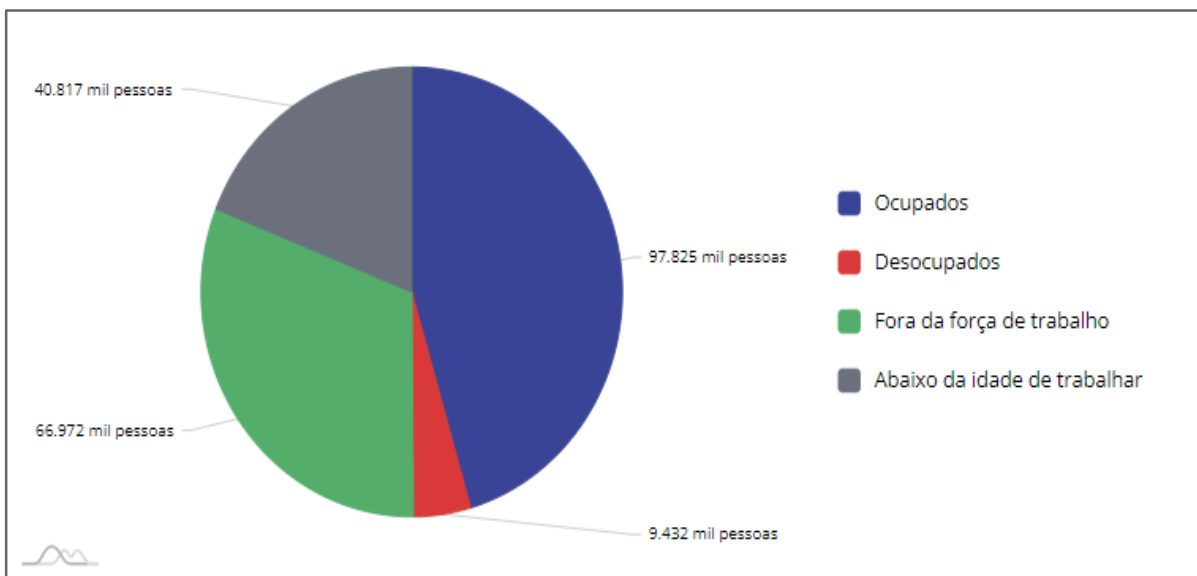
**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2023).

O IBGE define o desemprego como a situação das pessoas em idade de trabalhar (acima de 14 anos) que não possuem emprego, mas estão disponíveis e procurando trabalho. Portanto, não ter um emprego não é suficiente para ser considerado desempregado. Por exemplo, estudantes que se dedicam exclusivamente aos estudos, donas de casa que não trabalham fora ou empreendedoras que possuem seu próprio negócio não são considerados desempregados.

Segundo a metodologia da PNAD Contínua, utilizada pelo IBGE, estudantes e donas de casa são classificados como fora da força de trabalho, enquanto empreendedoras são consideradas ocupadas. A PNAD Contínua é a pesquisa que fornece dados sobre o desemprego no Brasil, utilizando o conceito de "desocupação" para se referir ao que popularmente é chamado de "desemprego". Os últimos resultados da PNAD Contínua apresentam informações sobre ocupação, desocupação e outras categorias do mercado de trabalho no Brasil, conforme mostrado no gráfico a seguir.

**Figura 9** - População brasileira de acordo com as divisões do mercado de trabalho no Brasil durante

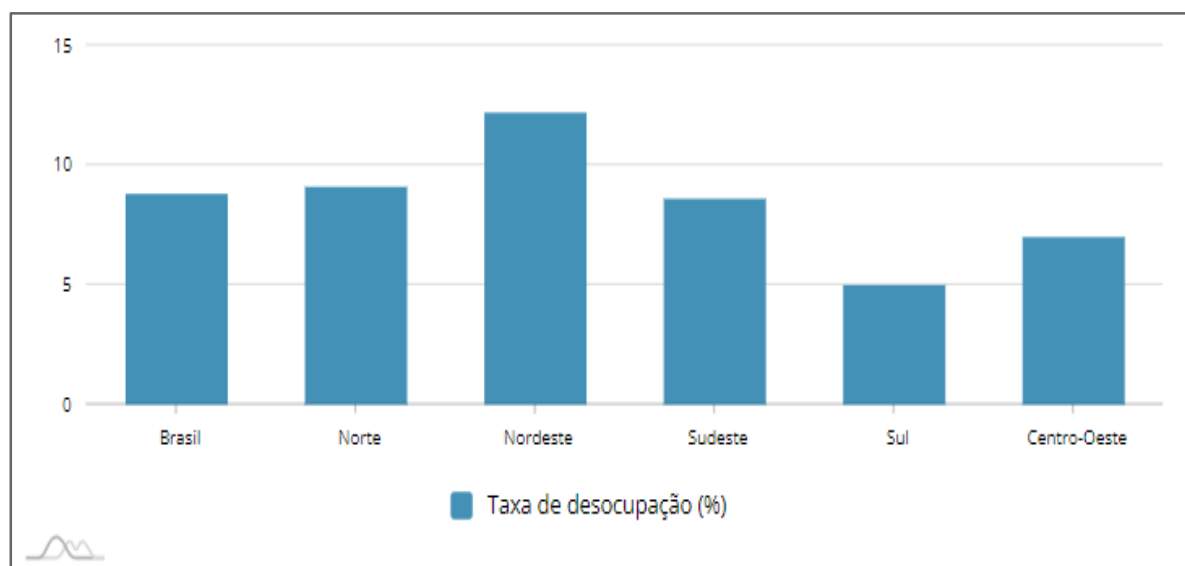
o 1º trimestre de 2023



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2023).

A taxa de desemprego no Brasil, é divulgada com base na PNAD Contínua como taxa de desocupação, representa a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas.

**Figura 10** - Taxa de desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões no 1º trimestre de 2023



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2023).

Conforme demonstrado na figura acima, no 1º trimestre do ano de 2023, o IBGE demonstrou que a quantidade de desocupados no Brasil correspondia a aproximadamente 9,4 milhões, sendo a taxa de desocupação de 8,8%, ficando o Nordeste com o maior percentual de desocupados de 12,2%, logo em seguida a região do norte com 9,1%, depois o sudeste com 8,6%, e o centro-oeste com 7,0% e por último o sul com 5%.

Segundo os dados da PNAD Contínua, a taxa de desocupação encerrou o primeiro trimestre de 2023 em 8,8%, um aumento de 0,9 ponto percentual (p.p.) na comparação com o trimestre anterior. Esse é o menor resultado para o período desde 2015 (8,0%). O número de desocupados cresceu 10,0%, o que representa um acréscimo de 860 mil pessoas à procura por trabalho, e chegou a 9,4 milhões. Já o total de ocupados reduziu-se em 1,6%, menos 1,5 milhão de pessoas, ficando em 97,8 milhões (IBGE,2023).

Dessa maneira, a superação da informalidade requer políticas públicas integradas e efetivas, que contemplem não apenas a formalização do trabalho, mas também a valorização do trabalho associado e a garantia de proteção social para todos os trabalhadores. É preciso compreender que a informalidade não é apenas uma questão econômica, mas também social e política, que envolve a luta pela garantia de direitos e condições dignas de trabalho para todos os trabalhadores. A análise da precariedade no mundo do trabalho é abordada na seção a seguir.

### 2.3.1 A precariedade por toda parte

Precarização refere-se ao processo de degradação das condições de trabalho. Leite (2009) argumenta que esse conceito deve ser usado de forma relacional, comparando uma situação a outra. O mercado de trabalho vem se precarizando em relação às condições predominantes na década de 1970, mas isso não explica por si só o que seria a precariedade ou o trabalho precário.

A precarização é uma constante nos processos de informalidade e é relevante elucidar seus conteúdos, características e significados. Gery Rodgers (1989,) citado por Leite (2009a), analisa a precariedade com base em diferentes dimensões, incluindo o grau de instabilidade, o grau de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho e o rendimento associado ao trabalho. A combinação desses

fatores possibilita a identificação do trabalho precário, caracterizado pela instabilidade, falta de proteção, segurança em relação à proteção social e vulnerabilidade econômica e social.

A precariedade não é uma prática nova, mas adquiriu outro significado e se generalizou no processo de acumulação flexível do capital. Para Druck e Franco (2007), a precariedade se institucionalizou em todas as regiões do mundo, deixando de ser algo residual e periférico. Há uma difusão das formas associadas ao trabalho precário em países centrais e periféricos.

A institucionalização da precariedade fica evidente quando analisamos o aumento do desemprego e suas consequências na qualidade do emprego, tornando-o mais inseguro, instável e temporário. Portanto, a tendência do mercado de trabalho contemporâneo é de precarização dos empregos. Nesse sentido, Leite (2009a) afirma que a reestruturação produtiva, ancorada na flexibilização e terceirização do trabalho, dissemina a desregulamentação do mercado de trabalho, além de desempenhar um papel decisivo na redução dos direitos trabalhistas e na disseminação de formas precárias de trabalho.

A precarização relacionada à reestruturação produtiva atinge não só os trabalhadores sem vínculo como também os que se encontram no núcleo estável, com implantação da terceirização e flexibilização do trabalho. Esse processo leva, segundo Castel (1998), à desestabilização dos estáveis, que são formados por trabalhadores que possuem emprego assalariado, em tempo integral, por prazo indeterminado, protegidos por legislação ou por acordos coletivos de trabalho.

Flexibilidade é uma forma de nomear a necessidade de os trabalhadores modernos se ajustarem às suas tarefas. Esse novo processo criado no mundo do trabalho com a crise do emprego fordista não só inaugura um novo padrão de gestão do trabalho baseado na precarização como também leva a um processo de desfiliação de uma parcela considerável da classe trabalhadora.

Essa perspectiva de análise é reforçada por Bourdieu (1998) quando afirma que a precariedade é uma condição histórica. Nas palavras desse autor:

A precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundada na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração.

Apesar de seus efeitos se assemelharem muito pouco ao capitalismo selvagem das origens, esse modo de dominação é absolutamente sem precedentes, motivando alguém a propor aqui o conceito ao mesmo tempo muito pertinente e muito expressivo de 'flexploração'. Essa palavra evoca bem esta gestão irracional da insegurança, que, instaurando, sobretudo através da manipulação orquestrada do espaço da produção, a concorrência entre trabalhadores dos países com conquistas sociais mais importantes, com resistências sindicais mais bem organizadas – características ligadas a um território e a uma história nacionais - e os trabalhadores dos países menos avançados socialmente, acaba por quebrar as resistências e obtém a obediência e a submissão, por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação. (BOURDIEU, 1998, p.124-125).

Mais especificamente voltado à precarização no mundo do trabalho, percebe-se que atualmente é uma crescente tendência frente à evolução e o dinamismo voraz do capitalismo, sendo determinante na deterioração das condições de trabalho e de vida digna, além da construção de uma "sociedade apartada, caracterizada por uma grande massa de excluídos condenados ao trabalho árduo e desqualificado, marcado pela insegurança e baixa recompensa financeira" (LEITE, 2000, p. 67-68).

Entre outros aspectos, Jordão e Stampa (2015, p. 321) destacam que o processo de precarização é "[...] uma condição histórico-estrutural do desenvolvimento do próprio capitalismo global", com a redução ou perdas significativas dos direitos trabalhistas, do renascimento das ideias liberais do Estado mínimo e a não intervenção nas relações contratuais entre empregado e empregador, além das crescentes exigências de qualificação dos trabalhadores.

Dessa maneira, a precariedade das relações trabalhistas se tornou característica desse processo de mercantilização do trabalho e de reestruturação produtiva (FARIA e KREMER, 2004), bem como a informalidade continua sendo uma das alternativas ao contínuo pertencimento ao mundo do trabalho e meio lícito para provimento e subsistência familiar (JORDÃO e STAMPA, 2015).

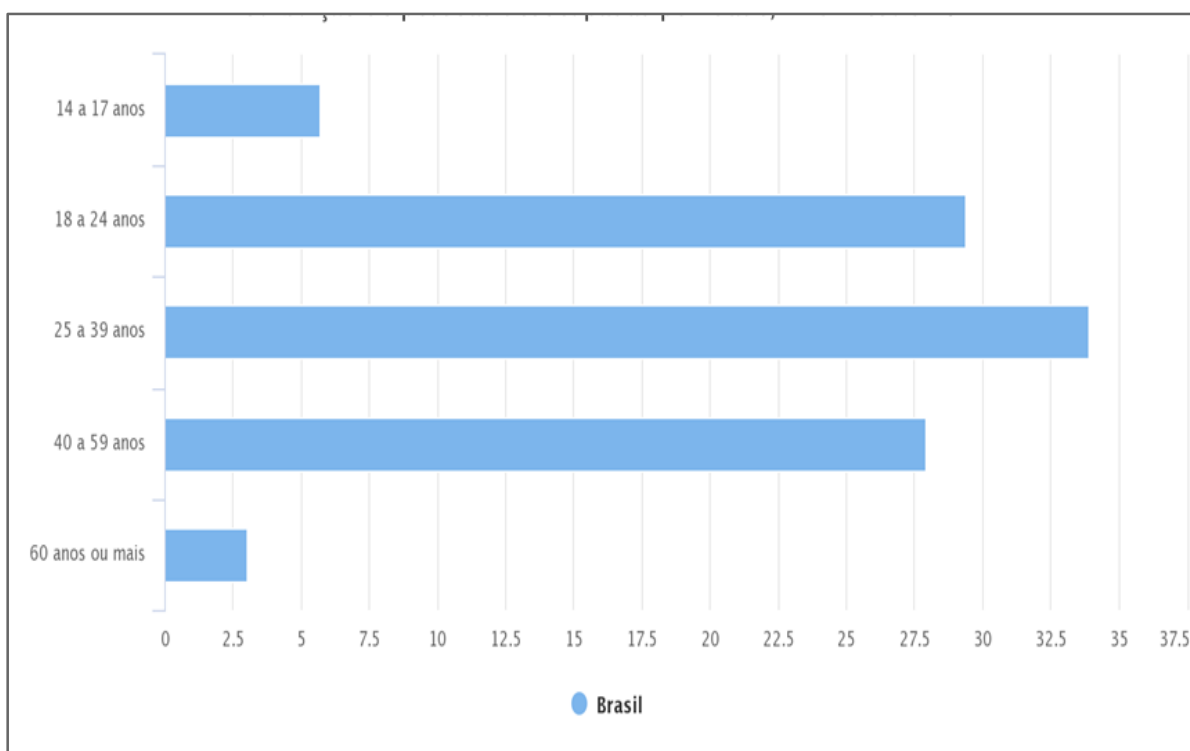
Alicerçado no modelo toyotista de baixo custo e aumento de produtividade, a lógica do capitalismo permanece estruturada na acumulação de capital e riqueza. Todavia, a acumulação de capital está se resumindo à concentração de riqueza nas mãos de poucos, enquanto aqueles sujeitos pertencentes à base da pirâmide social ficam subordinados às situações degradantes, de reduzidos direitos frente à necessidade de sobrevivência.

Com o desenvolvimento da tecnologia, o mercado de trabalho tem-se afunilado, havendo poucas reservas de oportunidades para os trabalhadores (levando

em consideração a demanda da massa ociosa às vagas em aberto) e, àquelas vagas que existem, há uma exigência pela especialização em setores de desenvolvimento tecnológico, frente ao desenvolvimento de países de capitalismo periférico, que acaba excluindo muitos brasileiros pela falta de escolarização ou especialização profissional.

Assim, segundo o IBGE, através da PNAD Contínua, realizada no 2º trimestre de 2021, demonstrou que aproximadamente 14,4 milhões de brasileiros estavam em situação de desemprego (ou desocupação), sendo a taxa de desemprego no país próximo a 14% da população (IBGE, 2021a).

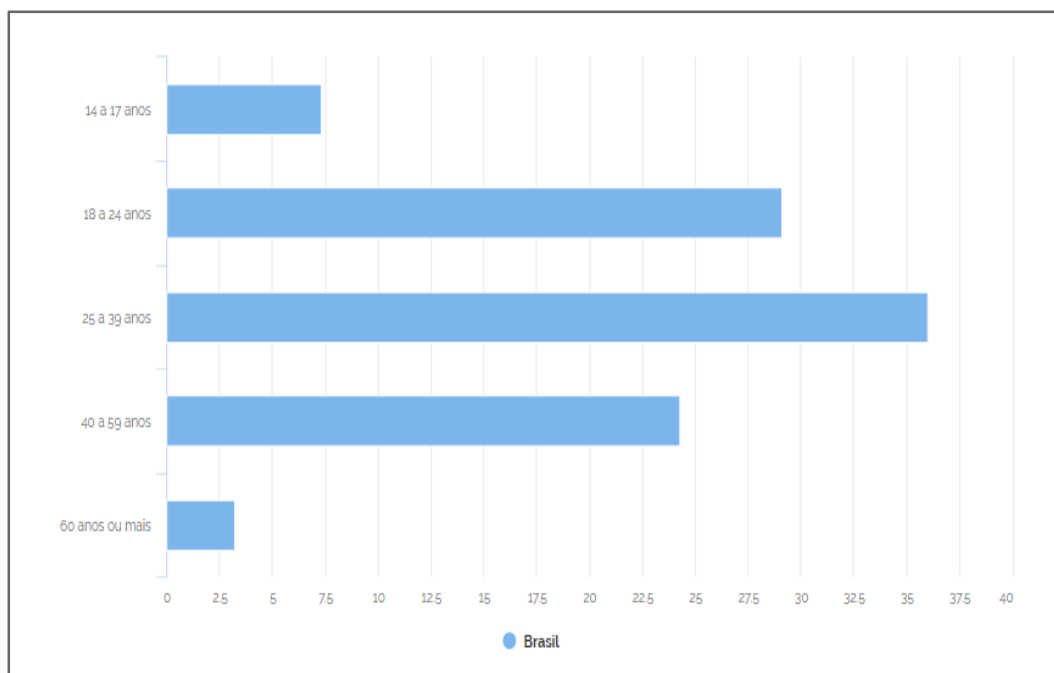
**Figura 11** - Distribuição de pessoas desocupadas por idade no Brasil durante o 2º trimestre de 2021



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2021a).

Conforme demonstrado na figura 11 acima, a maior porcentagem de pessoas em situação de desocupação laborativa (ou desemprego) concentra-se na faixa etária entre 25 a 29 anos, constituindo, ainda, numa fase bastante produtiva e de possibilidade de capacitação profissional.

**Figura 12-** Distribuição de pessoas desocupadas por idade no Brasil durante o 1º trimestre de 2023.



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023a).

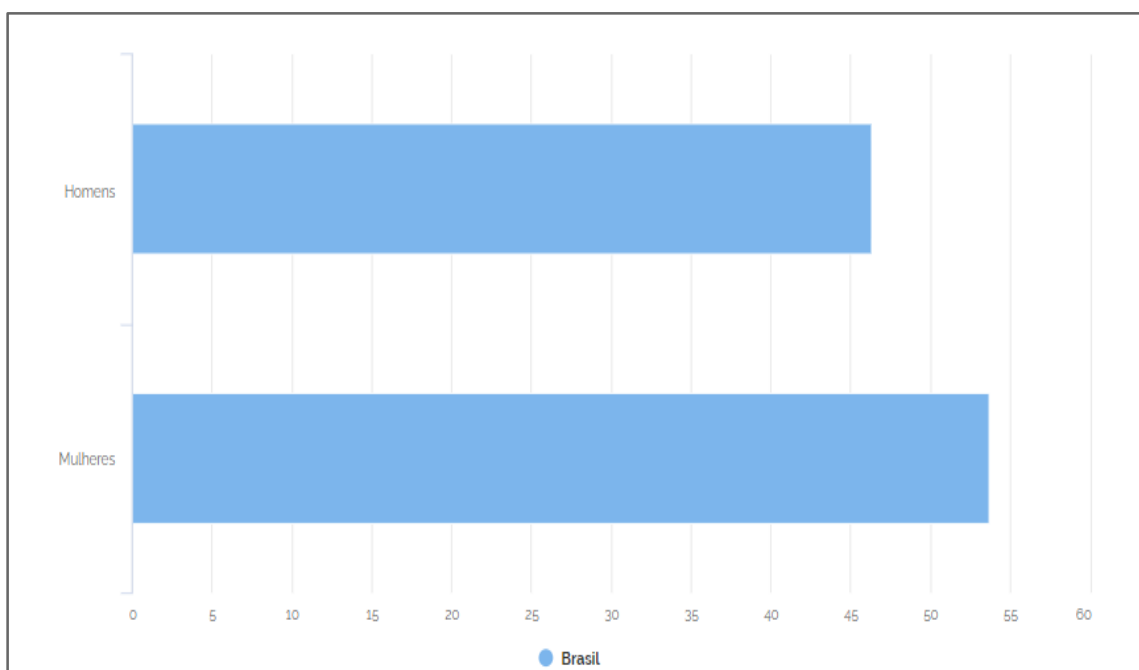
Conforme demonstrado na figura 12 acima, a maior porcentagem de pessoas em situação de desocupação laborativa (ou desemprego) concentra-se na faixa etária entre 25 a 39 anos (36%), constituindo, ainda, numa fase bastante produtiva e de possibilidade de capacitação profissional e a cada trimestre aumentando essa faixa de idade.

Diante da abundante mão de obra, a grande parte da classe trabalhadora, a qual depende do trabalho, acaba se sujeitando às péssimas condições de trabalho e de baixa remuneração, contribuindo aos problemas no âmbito doméstico e familiar, como endividamento financeiro (JORDÃO e STAMPA, 2015) e à precarização social.

Sob um olhar mais específico da estrutura da classe trabalhadora, pode-se destacar, também, que “[...] o enfraquecimento dos sindicatos dos trabalhadores não têm conseguido impedir o processo de precarização do trabalho” (NAVARRO e PADILHA, 2007, p. 18). As transformações no mercado de trabalho têm produzido uma violação de direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, deixando o trabalhador à margem das relações trabalhistas e vítima de um sindicalismo que age em negociação e aos interesses da ordem do capital e da agenda dentro do ideário do neoliberalismo.

Segundo menciona Jordão e Stampa (2015), o problema do processo de precarização no mundo do trabalho acaba por ampliar, ainda mais, as questões de desigualdade social e inconstâncias nos rendimentos auferidos pelos trabalhadores, proporcionando um olhar quanto ao fracasso do Estado Social e, mais especificamente, do prestacionismo à seguridade social, o que contribui para uma situação de permanente precariedade na vida de milhões de brasileiros.

**Figura 13** - Distribuição de pessoas desocupadas por sexo no Brasil no 1º trimestre de 2023



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2023a).

Conforme demonstrado na figura 13 acima, a maior taxa de pessoas por desocupação por sexo no 1º trimestre de 2023 concentra-se nos sexo feminino do que entre os de sexo masculino, os principais indicadores demográficos e de mercado de trabalho sobre as mulheres no Brasil no 1º trimestre de 2023, com base na PNAD Contínua do IBGE, as mulheres representavam a maioria (53,7%) em relação aos homens (46,3%).

A taxa de desocupação por sexo foi de 7,2% para os homens e 10,8% para as mulheres no primeiro trimestre de 2023. Já a taxa de desocupação por cor ou raça ficou abaixo da média nacional (8,8%) para os brancos (6,8%) e acima para os pretos (11,3%) e pardos (10,1%). (IBGE,2023)



A taxa de desocupação para as pessoas com ensino médio incompleto (15,2%) foi maior que a dos demais níveis de instrução analisados. Para as pessoas com nível superior incompleto, a taxa foi de 9,2%, mais que o dobro da verificada para o nível superior completo (4,5%).

**Figura 14 - Tempo de procura de trabalho no Brasil (3º Trimestre de 2012 a 2023)**

Tempo de procura de trabalho	1º Trimestre											
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Menos de 1 mês	1 137	1 163	1 026	1 037	1 299	1 773	2 046	2 164	2 371	1 866	2 060	1 970
De 1 mês a menos de 1 ano	3 767	4 242	3 762	4 369	5 906	7 076	6 488	6 206	6 018	7 206	4 879	4 242
De 1 ano a menos de 2 anos	990	1 056	1 035	1 259	2 037	2 569	2 288	1 920	1 647	2 600	1 546	979
2 anos ou mais	1 759	1 405	1 318	1 380	2 039	2 887	3 051	3 361	3 112	3 585	3 463	2 241
Tempo de procura de trabalho	Variação percentual											
	2013/ 2012	2014/ 2013	2015/ 2014	2016/ 2015	2017/ 2016	2018/ 2017	2019/ 2018	2020/ 2019	2021/ 2020	2022/ 2021	2023/ 2022	2023/ 2012
Menos de 1 mês	2,3	-11,8	1,1	25,3	36,5	15,4	5,8	9,6	-21,3	10,4	-4,4	73,3
De 1 mês a menos de 1 ano	12,6	-11,3	16,1	35,2	19,8	-8,3	-4,3	-3,0	19,7	-32,3	-13,1	12,6
De 1 ano a menos de 2 anos	6,7	-2,0	21,6	61,8	26,1	-10,9	-16,1	-14,2	57,9	-40,5	-36,7	-1,1
2 anos ou mais	-20,1	-6,2	4,7	47,8	41,6	5,7	10,2	-7,4	15,2	-3,4	-35,3	27,4

**Fonte:** PNAD Contínua (IBGE, 2023).

As estatísticas demonstram que há um segmento significativo da PEA que persistem como desocupados, mas, independente disso, buscam formas de trabalho que garantam sua reprodução, ainda que não sejam captadas pelas pesquisas que diagnosticam o mercado de trabalho. Como os sujeitos deste estudo, além de serem beneficiários dos programas de assistência social, exercem ocupações que normalmente não são mensuradas nos estudos do trabalho, na próxima seção nos debruçaremos no estudo realizado por Kraychete (2021), principalmente, com enfoque na “economia dos setores populares” que estar para além da norma do assalariamento.

## 2.4 O trabalho para além da norma do assalariamento

Kraychete (2021) apresenta uma reflexão crítica e madura sobre a persistência de um grande contingente de trabalhadores brasileiros que exercem suas ocupações fora das relações contratuais e protegidas do emprego. Além disso, discute a inadequação de programas de inserção social pelo trabalho que são concebidos de acordo com parâmetros de capital humano para o emprego fordista, destaca que o diálogo entre programas de intervenção social e o universo acadêmico pode conter dilemas e ciladas na construção do conhecimento científico. Há o risco de permanecer na superfície descrita da realidade ou de adesão às primeiras impressões dos agentes sem um depuramento sistemático. Também é possível assimilar a normatividade dos programas de intervenção social como uma virtude antecipada, ajustando a realidade aos resultados planejados ou projetando-o como utopia.

Ultrapassa as análises fáceis das “impressões primeiras” e confronta as categorias utilizadas nos projetos de inserção social pelo trabalho à realidade empírica desses trabalhadores. Questiona-se como as perspectivas teóricas assumidas permitem explicar a experiência daqueles sujeitos que trabalham e se organizam nos limites da sua reprodução, o trabalho para além da polarização entre o mercado formal e informal de trabalho, entre o mundo do trabalho e o processo de reprodução das famílias, e entre o trabalho e a cidadania.

Além disso, Kraychete (2021) parte da constatação de que os projetos de inserção social pelo trabalho, com base no capital humano para o emprego assalariado e nos critérios contratuais que sustentam essa relação, não dão visibilidade ao trabalho e à vida cotidiana de milhões de pessoas no Brasil. Sugere-se a necessidade de uma nova abordagem teórica e prática para uma afirmação cidadã do trabalho, reconhece a persistência de formas de trabalho peculiares que escapam ao padrão contratualista do emprego assalariado e que precisam ser entendidas. Para isso, é necessário realizar uma dupla vivência, envolvendo uma incursão na crítica teórica e um retorno à realidade empírica.

Nessa perspectiva, Kraychete (2021) propõe compreender os significados do emprego assalariado em termos de sua dimensão contratual, e também de distinguir conceitualmente esta forma particular do emprego da noção de trabalho. Ele argumenta que o conceito de emprego se refere à mercantilização da força de trabalho

pelo processo de compra e venda entre empregadores e empregados, envolvendo uma relação contratual que inclui remuneração do trabalho via salário, mas também processos de dominação. Por outro lado, a noção de trabalho refere-se à atividade humana fundamental, antropológica, que sempre existiu e sempre existirá, e que envolve formas de sociabilidade de coletivos sociais, étnicos e culturais.

Para dar visibilidade à dinâmica peculiar dos setores populares, Kraychete (2021) propõe uma noção de economia dos setores populares, que abrange o trabalho realizado de forma individual ou familiar e as diferentes modalidades de trabalho associativo, denominados como empreendimentos econômicos solidários. Essa economia possui uma dinâmica particular, marcada pela necessidade de prover e relatar meios de vida, ancorada na utilização de recursos humanos próprios, englobando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. A economia dos setores populares (o autor usa esse termo para se referir às parcelas mais pobres da população trabalhadora) supera a noção formal de setor ou ramo de atividade, mas aborda a dinâmica específica das classes populares nas condições de reprodução social da vida.

Na sua análise, Kraychete (2021) descreve três situações que estão fora dos padrões do emprego assalariado, que combinam critérios econômicos, geográficos e de relacionamentos. Isso desafia as ideias convencionais sobre o trabalho assalariado e questiona as políticas de inserção social pelo trabalho, destacando a necessidade de abordagens diferentes para lidar com essa realidade econômica e social.

O autor explora as atividades "intersticiais" de inúmeros trabalhadores brasileiros, que permanecem escondidas e negligenciadas pela visão predominante. Essas atividades são notáveis nas operações do pequeno comércio de rua e na vulnerabilidade de suas estruturas, embora variem consideravelmente. Kraychete (2021) critica a visão convencional, destacando a necessidade de uma conexão mais profunda entre as categorias analíticas subjacentes aos projetos de inserção social pelo trabalho e a realidade vivida por esses trabalhadores populares.

As categorias que tentam definir ou compreender esses trabalhadores (informalidade, empreendedorismo, etc.) atuam sobre as estruturas e realidades sociais, influenciando as políticas de inserção social pelo trabalho. No entanto, essas categorias podem não estar conectadas com a realidade vivida por esses

trabalhadores e trabalhadoras, consagrando a disjunção entre cidadania e trabalho e ratificando processos excludentes (KRAYCHETE, 2021).

Kraychete (2021) abordou o setor popular da economia, indo além da análise de sistemas formais. Em vez disso, ele o interpretou como um fluxo em constante mudança de experiências e interações sociais. Ele explorou o significado do "circuito inferior da economia," como chamado por Milton Santos (2004) – que é vital para famílias em países de capitalismo periférico, com base em sua experiência contínua com trabalhadores autônomos, pequenos empreendedores e associações produtivas. Isso permitiu a ele formular abordagens sensíveis sobre o trabalho nas margens do mercado capitalista mais amplo, embora de maneira frágil integrado a ele.

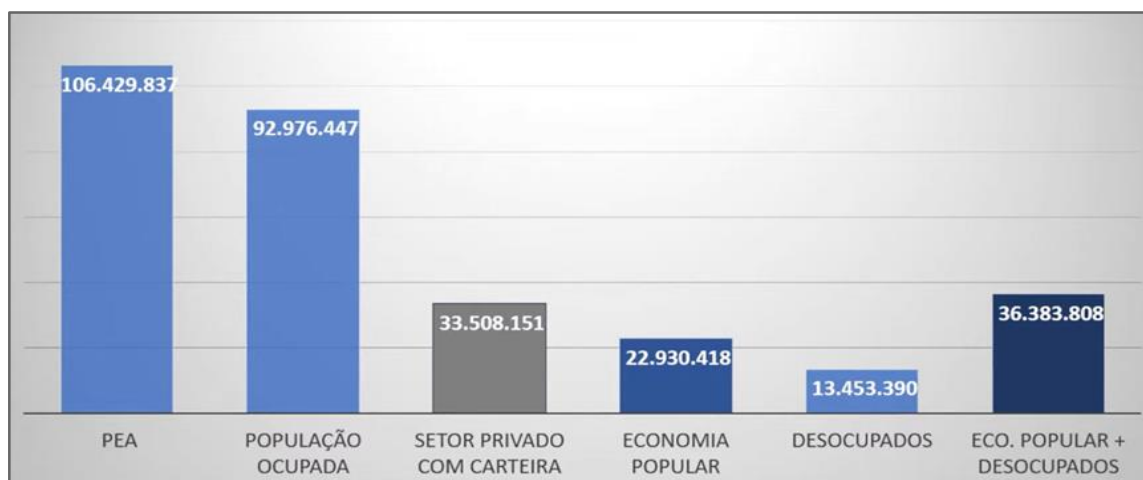
Kraychete (2021) buscou uma compreensão ampla da economia dos setores populares, identificando suas características únicas. Ele usou tratamento estatístico adaptado dos critérios convencionais de mercado de trabalho, com base em dados da PNAD do IBGE, e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Salvador, realizada pela SEI<sup>13</sup>, bem como pesquisas diretas previamente realizadas em bairros populares da Região Metropolitana de Salvador (RMS). No entanto, como Milton Santos (1978) observou, os dados estatísticos existentes são moldados pela perspectiva do mercado de trabalho assalariado capitalista e não abrangem o amplo espectro das atividades da economia popular nas cidades.

Isso não representa uma falha intrínseca nas estatísticas, mas sim uma insuficiência conceitual que é simultaneamente causa e consequência da insuficiência estatística. As estatísticas pressupõem um campo conceitual prévio no qual os indicadores selecionados procuram decompor o fenômeno em questão.

---

<sup>13</sup> A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) é uma pesquisa domiciliar mensal que, desde 1996, produz informações sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho desta região. A PED-RMS é uma iniciativa do Governo do estado da Bahia, realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

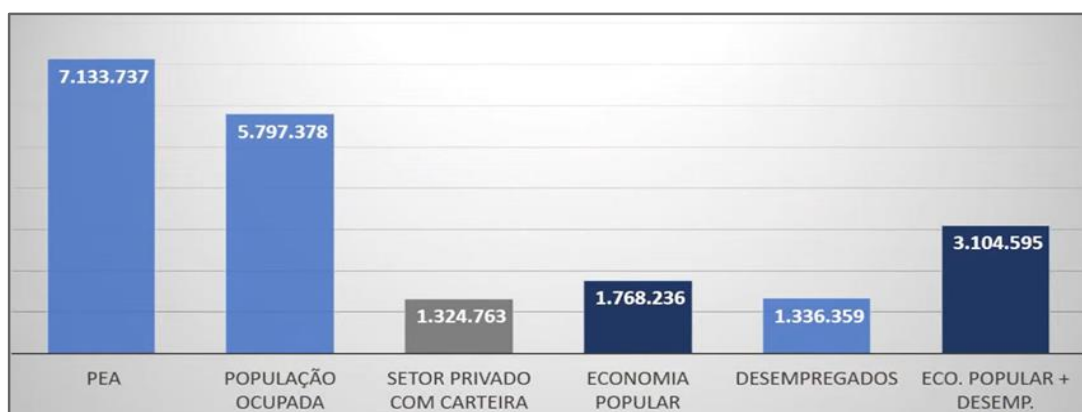
**Figura 15** - População ocupada e economia popular no Brasil em 2021



Fonte: KRAYCHETE (2021)

No Brasil, os trabalhadores da economia populares totalizam mais de 23 milhões que somados aos desempregados (desocupados) são mais de 13 milhões de trabalhadores que supera o total de assalariados com carteira que são mais de 33 milhões, ou seja, mais de 36 milhões de pessoas que não serão assalariadas.

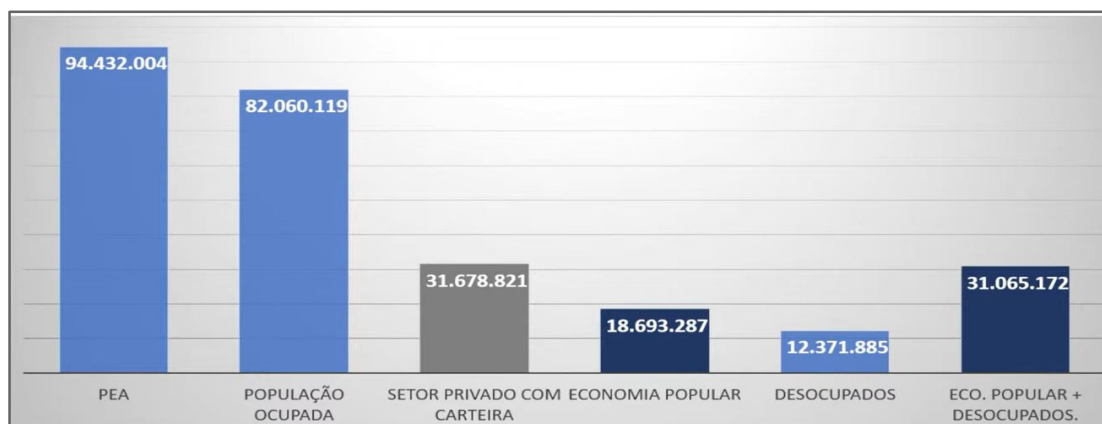
**Figura 16** - População ocupada e economia popular na Bahia em 2021.



Fonte: KRAYCHETE (2021)

Na Bahia, os trabalhadores da economia popular ultrapassam 1,7 milhão de pessoas, superando em mais de 1,3 milhão aqueles com empregos assalariados no setor privado. Quando somados aos desempregados, esse grupo é mais que o dobro do número de assalariados com carteira assinada no Estado. É impossível falar em desenvolvimento sem deixar de se interpelar por essa realidade social.

**Figura 17** - População ocupada e economia popular na zona urbana no Brasil em 2021



**Fonte:** KRAYCHETE, 2021.

Nas cidades, são mais de 18 milhões de trabalhadores da economia dos setores populares com mais de 12 milhões de pessoas desocupadas, são mais de 31 milhões de trabalhadores que não serão absorvidos como trabalhadores assalariados ao mercado de trabalho. Enfim, não se trata de fazer qualificação para o mercado de trabalho assalariado, por mais que qualifique não criará 36 milhões de portes de trabalhos assalariados, não será suficiente e acaba virando um certo chavão: requalificar para gerar emprego e renda.

O foco da pesquisa de Kraychete (2021) foi a relação intersticial entre trabalho e reprodução, abordada de maneira descritiva e analítica. Isso envolveu a análise de formas de trabalho não mercantis em uma economia globalizada, os laços sociais e culturais formados nessas atividades, bem como as limitações das políticas de inclusão social por meio do trabalho. As atividades em questão englobam uma variedade de arranjos de reciprocidade regulados pelas normas culturais e sociais das famílias envolvidas. As famílias desempenham papéis fundamentais na reprodução social e no trabalho, resultando na desmercantilização da economia. Para garantir a continuidade desse processo e a proteção dessas atividades, é necessário um papel ativo do Estado na formulação de políticas produtivas e sociais, incluindo a segurança das atividades produtivas.

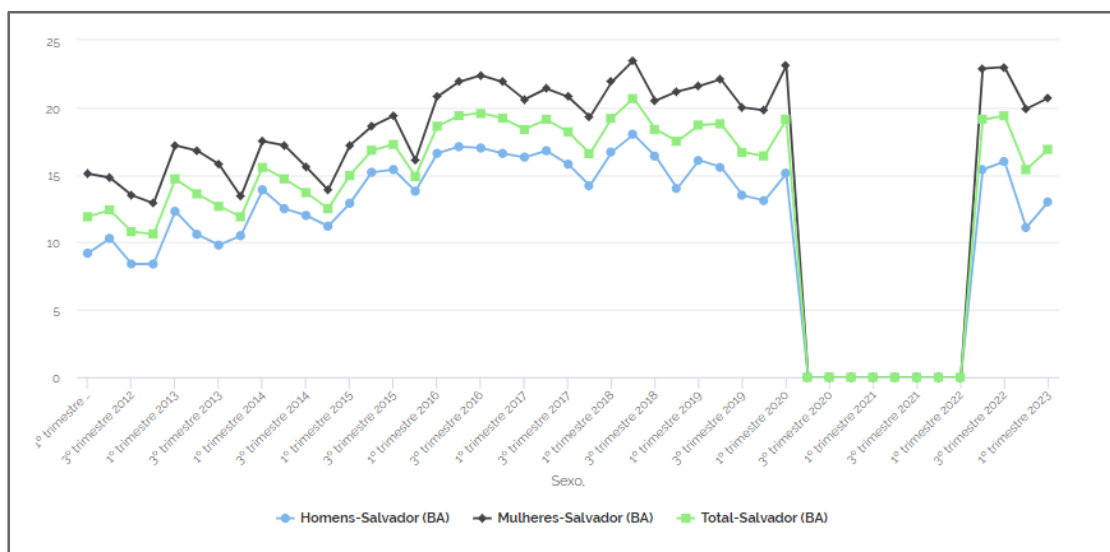
A análise em questão revela três assertivas que conduzem a uma conclusão substanciada. Inicialmente, emerge de maneira incontestável a constatação do

significativo impacto, tanto no que tange às dimensões quantitativas quanto às qualitativas, decorrente das atividades laborais sobre a economia dos segmentos populares. Em segundo plano, é imperativo reconhecer que a ausência de inserção no mercado de trabalho formal no Brasil constitui um fenômeno profundamente arraigado na estrutura histórica do país, cujas raízes remontam às relações de trabalho escravo estabelecidas no período colonial. Tal condição afeta um contingente de famílias que subsistem por meio da combinação de múltiplas ocupações de escassa valorização ou marcada precariedade, como meio de assegurar a sua renda.

É relevante destacar que o atual processo de reconfiguração econômica e o avanço tecnológico acentuam a crise do modelo de sociedade baseado no trabalho assalariado, contribuindo para a crônica problemática do desemprego de longa duração, o que, por sua vez, agrava a vulnerabilidade da inserção laboral precária no contexto brasileiro. Por último, contudo não menos relevante, é essencial enfatizar que o trabalho perdura como um veículo fundamental para a integração social na estrutura da sociedade contemporânea (KRAYCHETE, 2021).

De acordo com as últimas pesquisas, constata-se que, no ano de 2022, a taxa de desemprego apresentou uma redução mais significativa entre as mulheres em comparação aos homens na Bahia. Esses dados são provenientes dos principais indicadores demográficos e do mercado de trabalho referentes às mulheres no estado, com base na PNAD Contínua conduzida pelo IBGE. Dos quase 15 milhões de habitantes no estado em 2022, as mulheres representavam a maioria (51,9%). Como principais resultados, uma composição majoritária de autodeclaradas pardas (57,5%) e com idade entre 14 e 29 anos (23,5%) delinea o perfil predominante das baianas. Em Salvador, onde se concentra 19,4% da população do estado, as mulheres também compunham um contingente mais expressivo (54,3%). Analisando as especificidades das residentes na capital baiana, em maior número elas se autodeclararam pardas (47,6%) e, assim como no estado, a faixa etária preponderante foi aquela entre 14 e 29 anos (21,7%) (BAHIA, 2023).

**Figura 18** - Taxa de desocupação por sexo no Estado da Bahia no período do 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2023



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2023).

O contingente dos desocupados no estado de Salvador, no 1º trimestre de 2012 foi estimado em 9,2 % homens, seguido de 15,1% mulheres. No 1º trimestre de 2023, esse contingente subiu para 13% para os homens e 20,7% para mulheres. As estimativas da PNAD Contínua do IBGE revelaram que 2,463 milhões de mulheres estavam ocupadas no mercado de trabalho baiano no ano passado. Elas exerceram atividades laborais com características formais ou informais, principalmente, nos segmentos da Administração pública (27,2%), do Comércio (19,4%) e de Serviços Domésticos (14,3%). Em contrapartida, entre os homens a maior participação nos postos de trabalho foi nos setores da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (24,4%), do Comércio (18,2%) e da Construção (12,7%). (BAHIA, 2023)

Vale ressaltar que, no comparativo entre os anos 2021 e 2022, a maior ampliação relativa de mulheres empregadas se deu no grupamento Transporte, armazenagem e correio (69,2%), já que o quantitativo correspondente no referido segmento passou de 13 para 22 mil mulheres. Em termos absolutos, a maior variação, com 51 mil mulheres a mais, ocorreu no setor de serviços domésticos, visto que o montante correlato passou de 301 mil para 352 mil mulheres de um ano para o outro (BAHIA, 2023).



As dessemelhanças no mercado de trabalho entre homens e mulheres ainda eram latentes em 2022, mas diluíram quando se observa apenas a taxa de desocupação. O desemprego permaneceu maior entre elas do que entre eles, mas reduziu essa diferença – o recuo da taxa foi maior entre elas do que entre eles. Ou seja, em 2022, apesar de a taxa de desocupação feminina (19,3%) continuar acima do percentual do grupo masculino (12,5%), houve queda na diferença entre as taxas anuais correspondentes. No ano de 2021, essa distância era de 9,2 pontos percentuais em favor dos homens. Em 2022, por sua vez, essa disparidade caiu para 6,8 pontos percentuais. Para o estado como um todo, no último ano, a taxa média anual de desocupação correspondeu a 15,4% da população na força de trabalho (BAHIA, 2023).

Todavia, a análise do mercado de trabalho, para além da taxa de desocupação, revela assimetrias adicionais em desfavor das mulheres. Por exemplo, segundo a PNAD Contínua, as mulheres permanecem sendo maioria da população na condição de subutilização – classificação dada ao grupo de pessoas de 14 anos ou mais que gostaria de trabalhar, mas não procurou ou não estava disponível para trabalhar quando pesquisado (força de trabalho potencial), os desocupados e os que gostariam e estavam disponíveis para trabalhar mais horas (subocupados por insuficiência de horas trabalhadas). Em 2022, 1,534 milhão de mulheres baianas integravam a população subutilizada, enquanto o total dos baianos nessa situação correspondia a 1,239 milhão de indivíduos (BAHIA, 2023).

As mulheres também se revelaram maioria entre os desalentados, aquelas fora da força de trabalho que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram providência para conseguir trabalho por, pelo menos, uma das razões associadas ao mercado (não ter conseguido trabalho adequado; não ter experiência profissional ou qualificação; não haver trabalho na localidade; ou por ser considerado muito jovem ou idoso). Do total de 611 mil indivíduos em desalento na Bahia em 2022, 355 mil eram mulheres, o que correspondia a 58,1% dos desalentados no estado no referido ano (BAHIA, 2023).

Na Bahia, como já é de conhecimento amplo, o grupo dos trabalhadores domésticos sempre foi composto, em sua maioria, por mulheres, especialmente as negras. Em 2022, 351 mil mulheres se encontravam nessa ocupação, equivalente a

94,4% do conjunto de trabalhadores domésticos. De 2021 a 2022, observou-se uma inserção de mulheres no contingente de trabalhadoras domésticas. O montante adicional registrado na amostra foi de aproximadamente 52 mil mulheres. Além disso, na Bahia, o trabalho doméstico tem a marca da precarização, pois essa ocupação é predominantemente informal. Aproximadamente 84,1% das trabalhadoras domésticas exerceram atividade sem garantias trabalhistas naquele ano no estado (SEI, 2023).

As afirmações feitas por Kraychete (2021) corroboram o reconhecimento da existência de inúmeras atividades socialmente úteis e capazes de gerar trabalho, renda, utilidade e vínculos sociais. Para garantir a proteção a essas atividades, é necessário reconhecer tanto sua dimensão social quanto a econômica e estabelecer mediações extra econômicas equivalentes às regulações protetivas do emprego fordista clássico. Isso requer programas de inserção que considerem a redistribuição, fortalecendo o Estado social, os direitos sociais e as condições de trabalho dignas.

A condição de desemprego ou desocupação é influenciada pelo diferencial de capital acumulado pelas pessoas em termos de patrimônio, renda e capital social e relacional a experiência brasileira exige cautela para evitar que se aprofundem ou ratifiquem processos de empobrecimento, vulnerabilidade e exclusão desses trabalhadores e trabalhadoras (KRAYCHETE, 2021).

É importante reconhecer e proteger atividades socialmente benéficas, complementando a economia de mercado com uma abordagem plural que leve em consideração o interesse coletivo e o desenvolvimento sustentável. A condição de desemprego está relacionada ao capital acumulado pelas pessoas. Para criar laços sociais e direitos compartilhados, é necessário um projeto coletivo que envolva oferta e demanda na produção de bens e serviços locais, com garantias de segurança. A integração via economia popular envolve a ligação entre trabalho e cidadania, possibilitando a produção de mercadorias por meio de não-mercantilização da força de trabalho.

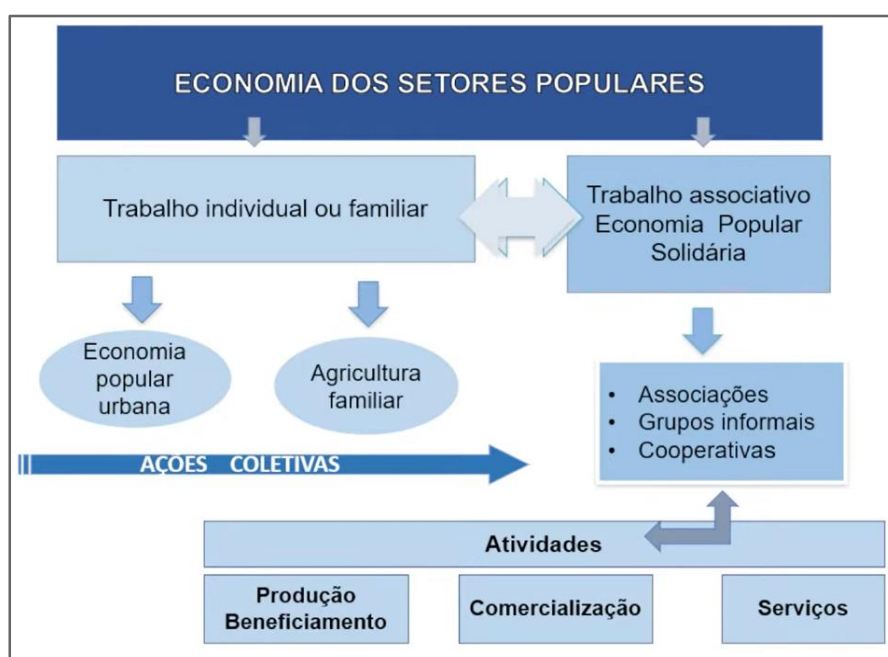
Kraychete (2021) propôs o reconhecimento de um mercado popular em que homens e mulheres desenvolvem atividades cognitivas conjuntamente, confiantes para a geração de renda e reforçando os vínculos sociais de cidadania, reconciliando a atividade de trabalho como direito à produção, à reprodução social e à proteção em níveis dignos. Essa conclusão ultrapassa os programas de inserção social pelo

trabalho como assistência e deve ser entendida como formas de resiliência e revigoradas no âmbito do direito à proteção, à segurança econômica e à renda que enlaça as relações entre trabalho e cidadania.

Cabe ressaltar a importância do trabalho como elemento essencial do vínculo social e o centro do contrato social, necessário construir urgentemente mediações capazes de garantir condições dignas de reprodução da vida e do trabalho desses trabalhadores. O lugar e os significados ocupados pelo trabalho em nossas sociedades não são uma característica "natural" das sociedades humanas, mas o resultado de lutas e resistências dessas trabalhadoras e trabalhadores na disputa por uma renda para a sobrevivência, garantindo a sua reprodução social (MEDÁ, 1998 *apud* KRAYCHETE, 2021).

Kraychete (2021) defende a ideia de uma "economia dos setores populares", são atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. Abrange o trabalho realizado de forma individual ou familiar, bem como diferentes formas de trabalho associativo, denominados como empreendimentos econômicos solidários.

**Figura 19-** Economia dos setores populares



**Fonte:** Kraychete (2021)

A economia dos setores populares não se origina apenas de fatores econômicos, mas também de condições sociais específicas de reprodução coletiva. A crítica às categorias tradicionais que tratam a força de trabalho como mercadoria leva a uma abordagem analítica que busca entender como a produção de mercadorias ocorre sem que a força de trabalho seja mercantilizada. Isso implica repensar a integração social pelo trabalho para além das normas salariais.

Quando se fala em economia dos setores populares, refere-se a trabalhadores que não se encaixam nos padrões de emprego convencionais, mas ainda estão conectados ao mercado. Essa economia abrange as atividades econômicas de uma grande parcela da população que busca renda para sustentar sua vida. O termo "setores populares" carrega uma dimensão cultural e distinta em relação às classes subalternas, representando a cultura, as relações sociais e culturais das classes oprimidas e excluídas.

O surgimento da categoria popular se deve tanto às desigualdades entre capital e trabalho quanto à apropriação desigual do capital cultural de cada sociedade no consumo. Além disso, os setores subalternos reproduzem, transformam e representam suas condições de vida e trabalho de maneira própria. Nas últimas décadas, desenvolveu-se um enfoque mais amplo e compreensivo, abarcando o "mundo do trabalho" e os "setores populares", que têm limites menos precisos do que os operários, o que pode ser vantajoso em termos de delimitar um campo de estudo. Romero (1997) enfatiza que o conceito de setores populares é ambíguo e impreciso, mas não mais do que o conceito de classes médias, que é muito utilizado em análises tradicionais.

Kraychete (2021) considera que a categoria de setores populares é um ponto de partida para estudar a sociedade desde a perspectiva de um de seus atores, em um campo de conflito que define os diferentes sujeitos dos processos históricos. Em suma, a identidade dos setores populares é uma das manifestações do conflito sobre o qual se constitui a sociedade latino-americana.

De acordo com Cláudio Perani (1986, p.5), no contexto da realidade brasileira, a educação popular é definida como uma prática social é um processo coletivo de produção de conhecimentos, atitudes e aptidões através do qual os setores populares

se constituem como sujeito histórico para a realização de um projeto popular que expressa interesses, necessidades e aspirações das classes populares.

As pesquisas, especialmente as de cunho antropológico, sobre o modo de vida das classes trabalhadoras e da população pobre que habita as grandes cidades, lidam com uma população heterogênea, composta por operários, trabalhadores por conta própria, empregadas domésticas, pequenos funcionários públicos, entre outros (DURHAM, 1986, p. 1). No entanto, é possível identificar valores, hábitos, gostos e aspirações que parecem caracterizar o conjunto dessa população, e a análise dessas semelhanças remete ao universo da cultura, no qual a heterogeneidade inicial se dissolve.

Durham (1986) argumenta que, embora a diversidade de inserção na estrutura produtiva seja fundamental para analisar o processo de transformação da sociedade capitalista, ela assume significado muito diverso quando apreendida da perspectiva dos sujeitos que vivem esse processo. Para a população sem escolaridade e sem qualificação profissional, a imensa gama de ocupações de baixo prestígio e parca remuneração constitui um mesmo conjunto de opções de trabalho que integram seu horizonte de possibilidades de emprego. A história de vida de cada um se constrói a partir de experiências de trabalho diversificadas que ocorrem dentro desse mesmo universo de oportunidades ocupacionais.

Para entender a economia dos setores populares, é crucial analisar como os trabalhadores foram incorporados na ordem capitalista no Brasil, resultando em um grande contingente fora do emprego assalariado. Isso requer uma análise das particularidades históricas das relações de trabalho na Bahia, que ajuda a compreender a natureza estrutural dessa economia dos setores populares e sua relação com desafios contemporâneos no mercado de trabalho. A abordagem histórica não implica uma volta ao passado, mas é um princípio metodológico para entender o presente (KRAYCHETE, 2021).

Para entender essa economia, é essencial examinar minuciosamente as características dos trabalhadores e as relações laborais envolvidas. Agora, vamos adentrar o contexto da economia dos setores populares.

#### 2.4.1 A economia dos setores populares

No contexto brasileiro, muitas pessoas não encontram sustento por meio do mercado de trabalho capitalista ou do Estado de Bem-Estar. Em vez disso, elas se envolvem em atividades econômicas nas margens amplas e inferiores da economia, principalmente em áreas urbanas periféricas. Essas atividades são importantes, especialmente devido à falta de empregos formais regulares proporcionados pela economia capitalista. No Brasil, as relações de trabalho assalariado nunca foram amplamente disseminadas e a economia não se tornou predominantemente baseada em empregos assalariados regulamentados pelo Estado.

Conforme enfatizado por Kraychete (2021), a economia dos setores populares abrange várias formas de trabalho, como trabalho individual, familiar e empreendimentos econômicos solidários. Ela se concentra na provisão de meios de subsistência, utilizando recursos humanos próprios, sem priorizar a acumulação de capital. Os trabalhadores produzem mercadorias, mas sua força de trabalho não é tratada como uma mercadoria. Em vez disso, vendem o que produzem, sem comercializar sua própria força de trabalho. O foco está nos trabalhadores e no trabalho em si, não na relação tradicional entre emprego assalariado e capital. O termo não busca adjetivar a economia, mas reconhecer que seus atores são essencialmente populares e envolve uma variedade de atividades, sem idealizar os diferentes valores e práticas relacionados a elas.

A economia dos setores populares não categoriza atividades em termos de formalidade ou modernidade, mas abrange trabalho em seu sentido amplo, onde a maioria busca renda para manter a vida em uma economia capitalista, como a do Brasil. Esses empreendimentos priorizam a subsistência da família, não a acumulação, demonstrando solidariedade familiar, mesmo que isso reduza a suposta lucratividade. Essa economia não segue a lógica de eficiência empresarial, e seus trabalhadores, embora participem do mercado, não desfrutam dos direitos associados ao emprego assalariado nem dos serviços públicos tradicionais. Em vez disso, ela se baseia em relações familiares e no compartilhamento de recursos para a reprodução da família.

Para compreender essa economia, é fundamental analisar o domicílio como a unidade básica, considerando as relações entre os residentes que contribuem para

o orçamento doméstico. Isso abrange as interações entre trabalhos individuais que visam à reprodução familiar, com informações obtidas por mapeamentos realizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o IBGE e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Salvador (RMS), além de pesquisas diretas em bairros populares da RMS.

A economia dos setores populares, destacada por Kraychete (2021), envolve diversas formas de trabalho e empreendimentos com uma lógica distinta da economia capitalista, focando na sustentação das famílias. É composta principalmente por trabalhadores informais, autônomos e precarizados, enfrentando desafios como baixa renda, falta de proteção social e insegurança no emprego. A análise estatística revisita essa compreensão conceitual, contribuindo para seu aprimoramento e questionando suposições teóricas. Isso leva à exploração do tema dos empreendimentos econômicos solidários na próxima seção.

#### 2.4.2 Empreendimentos econômicos solidários

O conceito de economia solidária é intrinsecamente ligado a uma perspectiva política e normativa, que está em constante evolução à medida que se consolida como uma realidade social em desenvolvimento. No entanto, ao desconsiderar temporariamente essas dimensões, pode-se descrever o termo como se referindo às práticas econômicas promovidas por pessoas que se associam voluntariamente, apresentando algumas características essenciais: a partilha de recursos de produção em certa medida; a presença de mecanismos de cooperação no ambiente de trabalho; a implementação de elementos de gestão democrática; e o engajamento em atividades mais amplas, originadas a partir do entorno dos empreendimentos (Gaiger; Laville, 2009).

As iniciativas da economia solidária são apontadas pelo ACESSUAS Trabalho com potencialidade de inserção aos beneficiários do programa, por isso, empreendemos uma rápida reflexão sobre esse campo de oportunidades. No final da década de 1990, a economia solidária adquiriu visibilidade e, a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho, tornou-se um segmento reconhecido por programas e ações públicas. Em 2011, a economia solidária foi incorporada ao Plano Brasil Sem

Miséria<sup>14</sup>, do governo federal, como um dos instrumentos de inclusão por meio do trabalho, juntamente com a transferência de renda e o acesso a serviços públicos.

No entanto, o assunto da economia solidária suscita diversas polêmicas e questionamentos, iniciando-se pela própria designação. Existem múltiplas denominações empregadas para se referir ao mesmo fenômeno, tais como economia popular, economia do trabalho, economia social e solidária, dentre outras. Esses termos revelam tanto uma tentativa de sistematização e desenvolvimento teórico quanto expressam ideais utópicos. Conforme Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega consigo uma dose de projeção e aspiração, ou seja, idealiza-se como seria uma economia solidária e busca-se analisar a realidade à luz desses atributos que lhe conferem significado.

A fragilidade enfrentada pelos pequenos empreendedores não se limita apenas à falta de habilidades cognitivas, e sua superação não ocorre exclusivamente por meio do desenvolvimento de competências. Ela requer, também, o fortalecimento gradual e a transformação das atividades econômicas rotineiras, baseadas no conhecimento prático acumulado e nas relações estabelecidas (GAIGER, 2009). O autor também relata informações obtidas no Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, examina-se a proposição de que os recursos dos pequenos empreendedores podem ser otimizados por meio da união das pessoas em cooperativas e outras estruturas coletivas de produção e administração, resultando em efeitos mais rápidos e sustentáveis. Ao mesmo tempo, mostra-se necessário reconhecer as dificuldades de construção da via solidária.

Ademais, as políticas de apoio ao pequeno empreendedorismo apresentariam impacto muito mais rápido e sustentável quando articuladas a formas de organização autônomas e cooperativas, vincadas na experiência e no espírito associativo (ABRAMOVAY,2004).

---

<sup>14</sup> Além da economia solidária, também foram incluídas no eixo “inclusão produtiva”, do Programa Brasil Sem Miséria, ações voltadas à agricultura familiar (crédito e assistência), à formalização dos empreendedores individuais (criação da figura do microempreendedor individual – MEI), ao microcrédito produtivo orientado e à qualificação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).



Em geral, a economia solidária abrange as diferentes modalidades de trabalho associativo para a produção, comercialização, prestação de serviços, trocas, crédito e consumo, tendo como traços característicos a gestão autônoma, participativa e democrática. Os empreendimentos da economia solidária englobam organizações coletivas, como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, entre outras, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais que exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização, e podem ou não ter registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização. Os empreendimentos da economia solidária englobam tanto as atividades mercantis quanto a produção de bens e serviços que não se destinam ao mercado.

Existem diversas formas de trabalho associativo, que envolvem diferentes modalidades. Alguns exemplos incluem: i) produção coletiva de bens ou serviços utilizando meios de produção coletivos; ii) produção individual com comercialização coletiva; iii) produção individual com o uso de equipamentos coletivos; iv) produção individual com comercialização individual em espaços organizados coletivamente (como feiras e exposições); v) fornecimento de produtos ou serviços para os associados; vi) prestação de serviços para terceiros com equipamentos individuais ou coletivos; e vii) serviços de poupança e crédito (KRAYCHETE, 2021).

Para Kraychete (2021) é importante considerar que, nos espaços urbanos, as pessoas que fazem parte dos empreendimentos associativos geralmente obtêm seu sustento de atividades realizadas de forma individual ou familiar, ao invés de serem assalariados do setor público ou privado. No entanto, de acordo com as categorias de análise convencionais, não há relação entre os empreendimentos associativos e o trabalho realizado de forma individual ou familiar. Sua reflexão valoriza ainda mais as iniciativas da economia solidária. A razão de ser dos empreendimentos econômicos solidários consiste no atendimento das necessidades materiais dos seus associados e das suas associadas, assim como as suas aspirações não-monetárias, como a autonomia, o reconhecimento, a inserção social e política.

Esses empreendimentos representam uma alternativa de produção, nos espaços rurais e urbanos, assim como uma experiência mais democrática propiciada

pela participação dos seus membros quando optam por uma modalidade coletiva para assegurar a sua reprodução e a da família. Ao atuarem dessa forma, introduzem, na dimensão econômica, questões éticas que passam a incidir sobre aquele universo, mediante princípios irreduzíveis à lógica utilitarista.

### **CAPÍTULO 3 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Esse capítulo visa delinear o percurso metodológico utilizado para a produção da presente pesquisa. Dessa forma, será abordado o conceito de metodologia, a tipologia da abordagem empregada, a classificação da pesquisa com base em seus objetivos, a classificação com base nos procedimentos técnicos utilizados, a opção pelo estudo de caso, a caracterização do lócus da pesquisa e a caracterização dos sujeitos entrevistados.

Conforme Richardson (1999), o método científico é a forma encontrada pela sociedade para legitimar um conhecimento adquirido empiricamente, isto é, quando um conhecimento é obtido pelo método científico, qualquer pesquisador que repita a investigação, nas mesmas circunstâncias, poderá obter um resultado semelhante. Segundo Gil (1999), para que seja considerado conhecimento científico é necessária a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento.

A abordagem qualitativa impera neste estudo, ainda que também tenhamos adotado técnicas quantitativas no tratamento de dados primários e secundários.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1998, p.79).

Portanto, na pesquisa qualitativa, o social é observado através de seus significados, sendo estes passíveis de investigação, onde a linguagem dos atores sociais e suas práticas são as matérias-primas para a interpretação da realidade.

O processo de coleta de dados geralmente é feito com vários procedimentos quantitativos e qualitativos. Segundo Prodanov e Freitas (2013) em uma pesquisa quantitativa considera-se que tudo pode ser quantificável, ou seja, traduzida em números opiniões e informações para classificação e análise, isto requer o uso de recursos estatísticos. Já a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo

objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A abordagem quantitativa, sob o ponto de vista de Rodrigues *et al.* (2014, p. 56) “[...] está relacionada à quantificação de dados obtidos mediante pesquisa. Utiliza-se na pesquisa de recursos e técnicas estatísticas como: percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc [...]”. Nesse mesmo sentido, Prodanov e Freitas (2013, p. 70) asseveram que a abordagem quantitativa:

[...] é empregada em vários tipos de pesquisas, inclusive nas descritivas, principalmente quando buscam a relação causa-efeito entre os fenômenos e também pela facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos.

No tocante a natureza do objetivo geral, a presente pesquisa foi de caráter exploratório que auxilia ao pesquisador a compreender e aprofundar o conhecimento relacionado a um tema determinado, permitindo que os resultados alcançados possibilitem a produção de novas pesquisas com outras abordagens (MENEZES *et al.*, 2019). Para Aaker, Kumar e Day (2004), a pesquisa exploratória costuma envolver uma abordagem qualitativa, geralmente, caracteriza-se pela ausência de hipóteses, ou hipóteses pouco definidas.

### **3.1 Opção pelo estudo de caso**

Quanto a estratégia de pesquisa, é um estudo de caso. O objeto da pesquisa é a análise da execução do Programa ACESSUAS Trabalho no município de Jequié, na Bahia. Retoma a lógica de Yin (2010), quando argumenta que este recurso contribui para a compreensão dos fenômenos sociais complexos. Ou seja, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos fenômenos contemporâneos inseridos em alguma particularidade da vida social.

Contribuindo com o tema, Rodrigues *et al.* (2014) afirmam que o estudo de caso possibilita o exercício aprofundado, detalhista de um ou de um quantitativo restrito de objetos que possibilite o amplo conhecimento da temática proposta. Trata-

se de uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real. A escolha desse método se justifica, segundo Pozzebom e Freitas (1998), por três razões principais: (I) realizar um estudo em seu ambiente natural; (II) compreender a natureza e a complexidade do processo em jogo; (III) pesquisar uma área na qual poucos estudos prévios tenham sido realizados.

Optou-se pelo estudo de caso dada a complexidade e a natureza do objetivo da pesquisa, o de analisar em que medida o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) no Município de Jequié/BA promoveu a efetiva inserção ocupacional de segmentos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre as justificativas elencadas, aquela que mais se aproxima dos objetivos desta pesquisa é a relacionada à busca da compreensão da natureza e a complexidade do processo em análise e poucos estudos prévios realizados.

### **3.2 Pesquisa documental**

O entendimento de Gil (2002, p. 45) é que “a principal vantagem da pesquisa documental reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Os documentos são oriundos das Leis, Portarias, Resoluções, Registros em relatórios periódicos dos beneficiários do Programa, Relatórios de ações do Programa ACESSUAS Trabalho/Jequié, utilizados como fontes secundárias. A análise de documentos permitiu acesso a dados relativamente estáveis, isto é, dados que ainda não receberam um tratamento analítico para auxiliar a análise e interpretação mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teoria.

Quanto à entrevista, a técnica utilizada na coleta de dados primários, é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta. Triviños (1987, p. 146) apresenta o seguinte posicionamento:

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo

espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

O processo de elaboração começou com a pesquisa teórica que conceitua e descreve o fenômeno da inserção ocupacional dos participantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos diversos segmentos da economia. Buscou-se construir o perfil do público-alvo do programa, mediante a consulta das fichas cadastrais e da coleta de dados primários com a realização de entrevistas com os participantes do Programa ACESSUAS Trabalho de Jequié/BA. Os critérios iniciais para a seleção dos entrevistados foram: a) o pertencimento racial; b) o gênero; c) a geração e, por fim, d) a escolarização, cujas características esperadas da população são sujeitos de baixa renda, com predomínio da cor/raça, parda e/ou negra, de faixa etária dos 18 aos 59 anos, consistindo no grupo social vulnerabilizado e excluído do mercado de trabalho formal. Os critérios de exclusão dos participantes da pesquisa foram os beneficiários do Programa ACESSUAS que são menores de 18 anos. Também participaram da pesquisa os 3 (três) profissionais localizados da rede socioassistencial que fizeram parte no período da execução do Programa no município.

Neste estudo, os dados são de caráter qualitativo, para coleta de informações foram elaborados roteiros semiestruturado (Anexos I e II) direcionados aos beneficiários do Programa ACESSUAS, no período de junho a outubro de 2022, com duração de 3 horas e 42 minutos e 30 segundos (03:42'30"), e com profissionais da rede socioassistencial do Programa ACESSUAS, de julho a outubro de 2022, com duração de cinquenta e seis minutos e oito segundos (56:08), totalizando quatro horas, trinta e oito minutos e 38 segundos (4:38' 38").

Todas as entrevistas foram transcritas para, em seguida, empregar-se a análise de conteúdo e discussão dos dados levantados que, segundo Bardin (2016), consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens. Assim, após a leitura dos documentos e realização das entrevistas, os dados foram analisados, buscando levantar categorias analíticas para posterior discussão com base nos estudos

realizados.

A pesquisa foi realizada, oportunamente, a partir de reunião formal da pesquisadora com a Gestora de Políticas Públicas do município, coordenadora da rede de assistência básica da assistência social e as coordenadoras dos CRAS (bairros Cansanção, Jequezinho, Joaquim Romão, Mandacaru e Alto da Bela Vista) do município de Jequié-BA, em junho de 2022. Foi feito um termo de anuência pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social como co-participante da pesquisa e, a partir da autorização para realizar a coleta de dados e a possibilidade de realização de pesquisa. É importante salientar que houve dificuldade no agendamento das entrevistas, no que se refere ao acesso aos profissionais envolvidos, em função de disponibilidade de agenda; além de todas as coordenadoras dos CRAS, do período delimitado para este estudo, não estarem mais lotadas nas unidades.

Mediante o contexto da pandemia do Coronavírus, as entrevistas foram realizadas presencialmente, a seleção dos beneficiários para participarem da pesquisa foi feita por amostra intencional e seguindo todos os protocolos de segurança e saúde para a não propagação do Covid-19 com o uso de máscara, distanciamento social, higienização de mãos e ambiente, utilizando-se de um gravador como recurso eletrônico. Visando a proteção, segurança e os direitos dos participantes da pesquisa foram observadas as orientações constantes na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016 sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, os quais possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

Além disso, foi contemplado a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em relação às diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos, a pesquisa garante a liberdade de participação dos possíveis entrevistados, informando-os, anteriormente, sobre os objetivos da pesquisa e entregando, antes das entrevistas, as perguntas que poderão ser realizadas, para que os mesmos indiquem se gostariam ou não de participar e, também, quais perguntas irão ou não responder. A pesquisa apresentou risco à saúde física, pois ocorreu presencialmente em suas residências em tempos de pandemia. Os riscos possíveis foram o cansaço, o desconforto, embaraço ou constrangimento ao responder as perguntas da entrevista,

razões pelas quais o participante pode exercer o direito de ler anteriormente as perguntas que poderiam ser realizadas antes da entrevista.

Utilizou-se para todos os possíveis participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informando que estavam sendo convidados a participar como voluntários, detalhando o que se pretendia pesquisar e com qual objetivo, além de deixar claro que a recusa em participar não ocasionaria em penalidade ou prejuízo de qualquer natureza. Ressalte-se que a referida pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética da UFRB por meio do Parecer nº 5.315.267.

A delimitação do foco deste estudo foi analisar o processo de execução do programa ACESSUAS Trabalho na inserção dos beneficiários da assistência social no Município de Jequié ao mundo do trabalho, observando se os eixos propostos no Programa foram desenvolvidos no período de 2019-2020.

### **3.3. Caracterização do *lócus* da pesquisa**

A cidade de Jequié foi fundada em 1910 e já se transformou em um dos maiores e mais ricos municípios baianos. O nome "Jequié" é uma palavra indígena para designar "onça", em alusão a grande quantidade desses animais na região. Outros historiadores já afirmam que o topônimo tem origem no "jequi", um objeto afunilado, muito utilizado pelos índios mongóis para pescar no Rio de Contas (JEQUIÉ NOTÍCIAS,2023). Atualmente, segundo dados do IBGE de 2022, a cidade conta com 158.812 habitantes representando aproximadamente 1,12% da população total do Estado da Bahia, a área de unidade territorial é igual a 2.969,039 km<sup>2</sup>, a densidade populacional é de cerca de 53,47 habitantes por quilômetro quadrado, os trabalhadores formais são estimados em 26.452 pessoas, recebendo em média 1,7 salários mínimos (IBGE,2023).

O trabalho e rendimento em 2020, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.5%. Em 2021, na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 264<sup>o</sup> de um ranking contendo 417<sup>o</sup> cidades e 38<sup>o</sup> de 417<sup>o</sup>, respectivamente (IBGE, 2020).

O Município possui 12.255 (doze mil, duzentos e cinquenta e cinco) empresas, dentre elas quantidade o Microempreendedor Individual (MEI) está embutida no critério de Micro Empresa, com distribuição por porte de empresa, totalizando 10.509



(dez mil, quinhentos e nove) com porte de Microempresas, 1.277 (um mil e duzentos e setenta e sete) com médio/grande porte e o pequeno porte com 469 (quatrocentos e sessenta e nove) empresas (EMPRESAQUI, 2023).

O município, visando executar as atribuições relativas ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, em conformidade com a Resolução CNAS Nº 33, de 28 de novembro de 2011, o Programa prevê o cofinanciamento para a execução de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade ao mundo do trabalho, por meio do acesso à qualificação profissional, intermediação de mão de obra, economia popular e solidária, microempreendimentos individuais e microcrédito produtivo orientado, dentre outros possíveis (Cartilha ACESSUAS Trabalho, 2012).

O ACESSUAS Trabalho surge como estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil Sem Miséria no âmbito da política de assistência social. Assim, conforme preceitua a Constituição Federal, o programa é a concretização de um dos objetivos da política de Assistência Social, que é a promoção da integração ao mundo do trabalho.

Instituído pelo CNAS por meio da Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012, o Programa Acessuas Trabalho é implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do DF, e esteve pautado, nos primeiros anos de vigência, nos seguintes eixos de ação: a sensibilização, mobilização, encaminhamento e monitoramento da trajetória dos usuários em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, para iniciativas de inclusão no mundo do trabalho. O Programa Acessuas tornou-se referência na política de assistência social para inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade e ou risco social nos cursos ofertados pelo Pronatec, e se consolidou como peça fundamental para disseminação da inclusão produtiva nos municípios brasileiros nos últimos anos.

De acordo com o Censo SUAS 2014 (respondido por 5.520 municípios): municípios que realizaram adesão ao Acessuas Trabalho ofertaram ações relativas ao mundo do trabalho e à inclusão produtiva em quantidade consideravelmente superior àqueles que não aderiram ao Programa, demonstrando que há um efetivo fortalecimento da oferta de ações relativas à promoção do acesso ao mundo do

trabalho em municípios com adesão ao Programa. Em 2019, a Resolução de nº 16, do Conselho Municipal de Assistência Social de Jequié (CMAS), dispõe sobre aprovação do planejamento das ações do Programa Acessuas Trabalho do município de Jequié-BA e resolve aprovar o planejamento das ações do Planejamento do Programa Acessuas Trabalho do município entrou em vigor em 25 de julho de 2019.

O programa foi iniciado no município de Jequié em 2019, a primeira fase foi o planejamento da equipe do ACESSUAS Trabalho/Jequié, trouxe orientações sobre a organização do Programa; do Manual de Orientações Técnicas do Acessuas; da Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS, em seu art. 2º, que estabelecem a “promoção da integração ao mercado de trabalho” como objetivo da política de assistência social, do art. 6º da Constituição Federal de 1988, no qual o trabalho está expresso como um direito social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

No segundo momento, foram feitas reuniões com gestores, coordenadores e técnicos de referência vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social do município e de seus serviços e programas da assistência social para discutir estratégias de efetivação do programa ACESSUAS no município de Jequié. Também como forma de capacitação da equipe foi feito um mapeamento dos perfis de demandantes da assistência para planejamento das oficinas.

O serviço que foi desempenhado a partir das atividades do ACESSUAS Trabalho/Jequié visou o desenvolvimento de habilidades pessoais, orientação e qualificação sobre o mundo do trabalho, tendo como estratégia de execução a oferta de espaços de orientação, reflexão e produção de conhecimento, que servem como possibilidade de busca para novas competências em torno do mundo do trabalho.

Buscou-se ainda a promoção de ações que possibilitasse a sensibilização, a inserção e a qualificação para o mundo do trabalho, o que é fundamental para o processo de autonomia pessoal e social dos usuários da Política de Assistência Social. Para isso, o Programa usou o auditório de eventos da Central de Cursos, órgão da Secretaria do Desenvolvimento Social, assim como espaços dos CRAS para a realização das oficinas do ACESSUAS.

Inicialmente foi realizado o contato com os principais gestores da Secretaria de Desenvolvimento Social, Proteção Social Básica – PSB, Proteção Social Especial

– PSE, SUAS e a titular da Secretaria de Desenvolvimento Social; os Coordenadores, CRAS dos bairros Jequezinho, Mandacaru e Joaquim Romão, informando a finalidade da pesquisa, utilizando os endereços dos beneficiários bem como a realização das entrevistas de forma presencial.

Após o contato inicial foi realizada a filtragem tendo como público-alvo para suas ações a população urbana e/ou rural, em situação de vulnerabilidade e risco social, com idade de 18 a 59 anos. Desta feita, do total de aproximadamente 94 beneficiários do programa, foram realizadas 27 entrevistas, no período de 30 de junho de 2022 a 06 de outubro de 2022 com os beneficiários e profissionais da rede socioassistencial. Das 27 (vinte e sete) entrevistas realizadas, 24 (vinte e quatro) delas foram realizadas com os beneficiários, e 3 (três) com os profissionais, sendo ressaltado em suas falas, a importância do programa para o seu crescimento pessoal e profissional. Finalizada a realização das entrevistas, foi possível traçar o perfil dos participantes.

Foram conduzidas um total de 20 oficinas de qualificação profissional, distribuídas ao longo de quatro meses consecutivos: agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019. Cada mês compreendeu quatro módulos, totalizando 16 oficinas. Devido à falta de inscritos, as quatro oficinas restantes foram remar cadas para janeiro de 2020.

As oficinas ocorreram em módulos, o I módulo no CRAS Jequezinho, nos dias 21, 23, 27 e 30 agosto do ano de 2019, com carga horária mínima de 90 minutos e máximo 180 minutos. Os temas trabalhados foram: iniciação ao mundo do trabalho, entrevista de emprego, noções de etiqueta social e profissional, comportamento adequado no ambiente de trabalho.

As oficinas ocorreram no módulo II CRAS Alto da Bela Vista, nos dias: 20,23 27 e 28 setembro 2019, com carga horária mínima de 90 minutos, máximo de 180 minutos. Os temas trabalhados foram: internet e mídias sociais, como permanecer no mercado de trabalho, noções de atendimento ao cliente, negociação e vendas.

As oficinas ocorreram no módulo III CRAS Mandacaru, nos dias: 18, 21, 23 e 28 de outubro de 2019, com carga horária mínima de 90 minutos, máximo de 180 minutos. Os temas trabalhados foram: a educação como fio condutor de mudança, o ser social e o trabalho, emprego e qualificação profissional e emprego.

As oficinas ocorreram no módulo IV CRAS Cansanção, nos dias: 19, 21, 22 e 25 de novembro de 2019, com carga horária mínima de 90 minutos, máximo de 180 minutos. Os temas trabalhados foram: comportamento e trabalho, gestão de conflitos, administração e entrevista e seleção para emprego.

Os usuários foram encaminhados via prontuário eletrônico do SUAS para o Sistema SIS ACESSUAS (Sistema de Acompanhamento do Programa Acessuas Trabalho) oriundos dos CRAS situados em bairros da cidade, foram concluídos 4 (quatro) grupos de oficinas, totalizando 20 oficinas.

Essa pesquisa objetivou, por meio da percepção dos beneficiários e dos profissionais socioassistenciais do programa, buscar responder em que medida o Programa ACESSUAS Trabalho no Município de Jequié/BA promoveu a efetiva inserção ocupacional de segmentos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

## **CAPÍTULO 4 - INSERÇÃO OCUPACIONAL DE SEGMENTOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICA**

Este capítulo é o resultado do estudo quantitativo e qualitativo realizado em Jequié-BA. As análises fundamentaram-se em informações adquiridas: (I) perfil dos beneficiários do Programa em Jequié-BA; (II) perfil dos beneficiários da entrevista; (III) inserção social nos cursos de capacitação pelo trabalho; (IV) processo de monitoramento dos beneficiários.

### **4.1 Caracterização geral**

Do universo pesquisado, 97 (noventa e sete) inscritos no programa, desses, 3 (três) estavam fora do perfil do público do Programa por serem menores de 14 anos. A elaboração desse perfil reporta às 94 (noventa e quatro) pessoas inscritas. A partir da análise dos quadros dos participantes do ACESSUAS, referente ao cadastro feito em 2019, podemos identificar algumas características dos beneficiários. Observamos que 74 (setenta e quatro) dos beneficiários são mulheres, restando 20 (vinte) homens.

Em relação à faixa etária dos beneficiários, varia entre 14 e 59 anos. A faixa etária mais representativa é entre 30 e 40 anos, com algumas variações. No total de 94 beneficiários: 29 (vinte e nove) estão entre 14 e 17 anos, 28 (vinte e oito) estão entre 18 e 29 anos, 34 (trinta e quatro) entre 30 e 45 anos, 3 (três) entre 46 e 59 anos. Apenas 2 (dois) beneficiários apresentam alguma forma de deficiência, sendo um com deficiência visual no olho esquerdo e outro com deficiência motora na perna esquerda.

Quanto à escolaridade, os beneficiários têm diferentes níveis de instrução: 14 (quatorze) têm ensino médio completo, enquanto 19 (dezenove) têm ensino médio incompleto, a maioria 48 (quarenta e oito) possui nível fundamental incompleto, 5 (cinco) têm fundamental completo, 7 (sete) médio técnico incompleto e 1 (um) não informado. Ainda que a questão racial seja um marcador de desigualdade, o cadastro não capta a autodeclaração do pertencimento étnico racial. Esta ausência demonstra que, apesar das inúmeras pesquisas realizadas na perspectiva interseccional que demonstram as desigualdades cruzadas no que tange ao gênero e a raça, os

formuladores das políticas públicas não incorporam a classificação etnicorracial como um aspecto da questão social na realidade brasileira.

Quanto à ocupação há uma diversidade de situações, em 2019. De todos os cadastrados, 3 (três) dos beneficiários estão trabalhando por conta própria, enquanto outros 54 (cinquenta e quatro) estão desempregados, 31 (trinta e um) buscando o primeiro emprego, mais 4 (quatro) realizando trabalhos eventuais, outros 2 (dois) não deram informação sobre esse quesito.

Os beneficiários inscritos estão distribuídos da seguinte forma: 21 (vinte e um) pertencentes ao CRAS III do Cansanção, 22 (vinte e dois) pertencentes ao CRAS V do Alto da Bela Vista, 9 (nove) pertencentes ao CRAS IV do Joaquim Romão, 22 (vinte e dois) pertencentes ao CRAS I do Jequezinho, e 20 (vinte) pertencentes ao CRAS III do Mandacaru.

O quadro 2 sistematiza as principais características dos beneficiários cadastrados no município em 2019.

**Quadro 2** - Caracterização dos beneficiários do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié-BA em 2019

Participantes do ACESSUAS - cadastro feito em 2019	Gênero	Faixa Etária	Deficiência	Bairro	CRAS de Referência	Escolaridade	Ocupação 2019
Beneficiário 01	F	36	Não	Joaquim Romão	CRAS III - Cansanção	Médio completo	Trabalha por conta própria
Beneficiário 02	F	20	Não	Joaquim Romão	CRAS III - Cansanção	Médio incompleto	Desempregada
Beneficiário 03	F	14	Não	Cidade Nova	CRAS III - Cansanção	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 04	F	16	Não	Curral Novo	CRAS III - Cansanção	Fundamental incompleto	Está no primeiro emprego
Beneficiário 05	F	16	Não	Curral Novo	CRAS III - Cansanção	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 06	F	18	Não	Cidade Nova	CRAS III - Cansanção	Médio completo	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 07	F	32	Sim. Def. visual- olho esquerdo	Curral Novo	CRAS III - Cansanção	Médio completo	Desempregada
Beneficiário 08	F	32	Não	Curral Novo	CRAS III - Cansanção	Fundamental incompleto	Desempregada

Participantes do ACESSUAS - cadastro feito em 2019	Gênero	Faixa Etária	Deficiência	Bairro	CRAS de Referência	Escolaridade	Ocupação 2019
Beneficiário 09	F	39	Não	Cidade Nova	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 10	F	35	Não	Cidade Nova	CRAS III - Cansação	Médio completo	Desempregada
Beneficiário 11	F	34	Não	Cansação	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 12	F	42	Não	Joaquim Romão	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Trabalha por conta própria
Beneficiário 13	F	26	Não	Cansação	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 14	F	20	Não	Cansação	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 15	F	36	Não	Cidade Nova	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 16	F	32	Não	Cansação	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 17	F	31	Sim. Def motora - perna esquerda	Cansação	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 18	F	32	Não	Cansação	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 19	F	39	Não	Joaquim Romão	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 20	M	17	Não	Cidade nova	CRAS III - Cansação	Médio completo	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 21	F	43	Não	Cidade Nova	CRAS III - Cansação	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 22	M	59	Não	Joaquim Romão	CRAS IV - Joaquim Romão	Fundamental incompleto	Trabalhos eventuais
Beneficiário 23	M	28	Não	Joaquim Romão	CRAS IV - Joaquim Romão	Médio incompleto	Desempregado
Beneficiário 24	F	35	Não	Joaquim Romão	CRAS IV - Joaquim Romão	Médio incompleto	Desempregada
Beneficiário 25	F	36	Não	Barro Preto	CRAS IV - Joaquim Romão	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 26	M	18	Não	Joaquim Romão	CRAS IV - Joaquim Romão	Fundamental incompleto	Desempregado
Beneficiário 27	M	18	Não	Joaquim Romão	CRAS IV - Joaquim Romão	Médio incompleto	Desempregado

Participantes do ACESSUAS - cadastro feito em 2019	Gênero	Faixa Etária	Deficiência	Bairro	CRAS de Referência	Escolaridade	Ocupação 2019
Beneficiário 28	F	44	Não	Joaquim Romão	CRAS IV - Joaquim Romão	Fundamental completo	Não informado
Beneficiário 29	F	39	Não	Joaquim Romão	CRAS IV - Joaquim Romão	Médio técnico incompleto	Desempregada
Beneficiário 30	F	27	Não	Joaquim Romão	CRAS IV - Joaquim Romão	Fundamental incompleto	Trabalhos eventuais
Beneficiário 31	F	33	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Médio incompleto	Desempregado
Beneficiário 32	F	39	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Médio completo	Desempregada
Beneficiário 33	F	28	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Desempregado
Beneficiário 34	F	46	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Desempregado
Beneficiário 35	F	31	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Desempregado
Beneficiário 36	F	14	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Desempregado
Beneficiário 37	M	44	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 38	M	14	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Médio completo	Eventos eventuais
Beneficiário 39	M	30	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 40	F	14	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Trabalha por conta própria
Beneficiário 41	M	38	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 42	F	21	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Médio completo	Desempregada
Beneficiário 43	F	25	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Médio incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 44	M	14	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Desempregado
Beneficiário 45	M	17	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 46	M	20	Não	Jequiezinho	CRAS I- Jequiezinho	Fundamental completo	Busca o primeiro emprego



Participantes do ACESSUAS - cadastro feito em 2019	Gênero	Faixa Etária	Deficiência	Bairro	CRAS de Referência	Escolaridade	Ocupação 2019
Beneficiário 47	F	16	Não	Jequeizinho	CRAS I- Jequeizinho	Fundamental incompleto	Desempregado
Beneficiário 48	F	16	Não	Jequeizinho	CRAS I- Jequeizinho	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 49	F	36	Não	Jequeizinho	CRAS I- Jequeizinho	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 50	F	50	Não	Jequeizinho	CRAS I- Jequeizinho	Médio completo	Desempregado
Beneficiário 51	F	36	Não	Jequeizinho	CRAS I- Jequeizinho	Médio incompleto	Desempregado
Beneficiário 52	F	15	Não	Jequeizinho	CRAS I- Jequeizinho	Médio incompleto	Desempregada
Beneficiário 53	F	17	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio técnico incompleto	Desempregada
Beneficiário 54	F	39	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental completo	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 55	F	42	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 56	F	23	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio técnico incompleto	Desempregada
Beneficiário 57	F	22	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 58	M	15	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio técnico incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 59	F	21	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 60	F	26	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio completo	Desempregada
Beneficiário 61	F	28	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 62	M	30	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 63	F	24	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio técnico incompleto	Desempregada
Beneficiário 64	F	35	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio incompleto	Desempregada
Beneficiário 65	F	15	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio técnico incompleto	Desempregada
Beneficiário 66	F	38	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental incompleto	Desempregada

Participantes do ACESSUAS - cadastro feito em 2019	Gênero	Faixa Etária	Deficiência	Bairro	CRAS de Referência	Escolaridade	Ocupação 2019
Beneficiário 67	F	18	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio completo	Desempregada
Beneficiário 68	F	14	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio incompleto	Desempregada
Beneficiário 69	F	16	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental incompleto	Não assinalou
Beneficiário 70	F	13	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Não informado	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 71	M	21	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Médio incompleto	Desempregado
Beneficiário 72	F	31	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 73	F	24	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 74	F	15	Não	Joaquim Romão	CRAS V- Alto da Bela Vista	Fundamental completo	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 75	M	15	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 76	F	44	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Fundamental incompleto	Desempregado
Beneficiário 77	M	14	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 78	F	14	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 79	F	21	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Médio incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 80	F	16	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 81	F	34	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Médio técnico incompleto	Trabalhos eventuais
Beneficiário 82	F	16	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 83	F	19	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 84	M	17	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 85	F	25	Não	Mandacaru	CRAS II- Mandacaru	Médio incompleto	Desempregado

Participantes do ACESSUAS - cadastro feito em 2019	Gênero	Faixa Etária	Deficiência	Bairro	CRAS de Referência	Escolaridade	Ocupação 2019
Beneficiário 86	F	33	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Médio incompleto	Desempregada
Beneficiário 87	F	16	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Fundamental completo	Desempregada
Beneficiário 88	F	15	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Médio incompleto	Desempregada
Beneficiário 89	F	28	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Médio completo	Desempregado
Beneficiário 90	F	24	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 91	F	25	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Fundamental incompleto	Desempregada
Beneficiário 92	M	15	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 93	M	14	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Fundamental incompleto	Busca o primeiro emprego
Beneficiário 94	F	29	Não	Mandacaru	CRAS II-Mandacaru	Médio completo	Desempregada

**Fonte:** Coleta direta do cadastro dos beneficiários ACESSUAS trabalho de Jequié-BA.

#### 4.1.1 Perfil dos(as) beneficiários(as) entrevistados(as) em Jequié-BA

A elaboração desse perfil reporta às vinte e quatro pessoas beneficiárias entrevistadas, das quais, 23 (vinte e três) mulheres e 1 (um) homem. Dessa totalidade, 2 (duas) mulheres pertencentes ao CRAS III do Cansanção, 3 (três) mulheres pertencentes ao CRAS V do Alto da Bela Vista, 4 (quatro) mulheres e 1 (um) homem pertencentes ao CRAS IV do Joaquim Romão, 7 (sete) mulheres pertencentes ao CRAS I do Jequezinho, e 7 (sete) mulheres pertencentes ao CRAS II do Mandacaru.

O quadro 3 caracteriza as pessoas entrevistadas. Optou-se por atribuir nomes fictícios, baseados em nomes de flores, aos entrevistados. Essa decisão foi tomada como uma medida de proteção da privacidade e confidencialidade dos participantes, garantindo que suas identidades reais fossem preservadas durante o processo de pesquisa. A utilização de nomes de flores não apenas assegurou o anonimato dos entrevistados, mas também adicionou um toque simbólico e poético ao estudo, que refletiu o compromisso em tratar as informações coletadas com sensibilidade e

respeito.

**Quadro 3** - Caracterização dos entrevistados do ACESSUAS Trabalho em Jequié- BA em 2022

PARTICIPANTES ACESSUAS	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	CLASSIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	OCUPAÇÃO ATUAL	PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
ROSA	F	30-45	Médio Completo	Solteiro(a)	Pardo	Estoquista/ Caixa	Sim. Auxílio Emergencial
ORQUÍDEA	F	30-45	Médio Completo	Casado(a)	Indígena	Dona do Lar	Sim. Auxilio Brasil
GIRASSOL	F	46-59	Fundamental Incompleto	Solteiro(a)	Pardo	Babá	Sim. Auxilio Brasil
TULIPA	F	18-29	Médio Incompleto	Solteiro(a)	Negro	Estudante	Não
MARGARIDA	F	30-45	Fundamental Incompleto	Solteiro(a)	Pardo	Dona do Lar	Sim. Auxílio Emergencial
LÍRIO	F	46-59	Médio Completo	Solteiro(a)	Negro	Dona do Lar	Não
HORTÊNSIA	F	30-45	Fundamental Incompleto	Casado(a)	Negro	Dona do Lar	Não
VIOLETA	F	18-29	Médio Completo	Solteiro(a)	Negro	Dona do Lar	Sim. Auxilio Brasil
GÉRBERA	F	18-29	Médio Incompleto	União Estável	Negro	Administrativo	Não
JASMIM	F	30-45	Fundamental Incompleto	Solteiro(a)	Pardo	Dona do Lar	Sim. Auxilio Brasil
PEÔNIA	F	18-29	Médio Completo	Solteiro(a)	Amarelo	Estudante	Não
AMARÍLIS	F	30-45	Fundamental Incompleto	Solteiro(a)	Negro	Cozinheira	Sim. Auxilio Brasil
CAMÉLIA	F	30-45	Médio Completo	Solteiro(a)	Negro	Autônoma	Não
AMOR-PERFEITO	F	18-29	Fundamental Incompleto	Solteiro(a)	Pardo	Dona do Lar	Não
AZALEIA	F	46-59	Fundamental Incompleto	Solteiro(a)	Pardo	Faxina	Sim. Auxílio Emergencial
BOCA DE LEÃO	F	18-29	Médio Incompleto	Casado(a)	Negro	Autônoma	Sim. Auxilio Brasil
LAVANDA	F	18-29	Médio Incompleto	Casado(a)	Pardo	Cabeleireira	Não
GERÂNIO	F	30-45	Médio Completo	Solteiro(a)	Negro	Dona do Lar	Sim. Auxílio Emergencial
BEGÔNIA	F	30-45	Médio Incompleto	Solteiro(a)	Pardo	Dona do Lar	Sim. Auxilio Brasil
CRAVO	M	18-29	Médio Completo	Casado(a)	Negro	Feirante	Não

FLOR DE CEREJEIRA	F	18-29	Médio Completo	Solteiro(a)	Pardo	Cuidadora de Idosos	Sim. Auxilio Brasil
FLOR DE LÓTUS	F	30-45	Fundamental Incompleto	Outro	Pardo	Dona do Lar	Sim. Auxilio Brasil
NARCISO	F	18-29	Fundamental Incompleto	Casado(a)	Negro	Dona do Lar	Sim. Auxilio Brasil
CRISÂNTEMO	F	18-29	Fundamental Incompleto	Solteiro(a)	Branco	Dona do Lar	Sim. Auxilio Brasil

**Fonte:** Coleta direta de dados

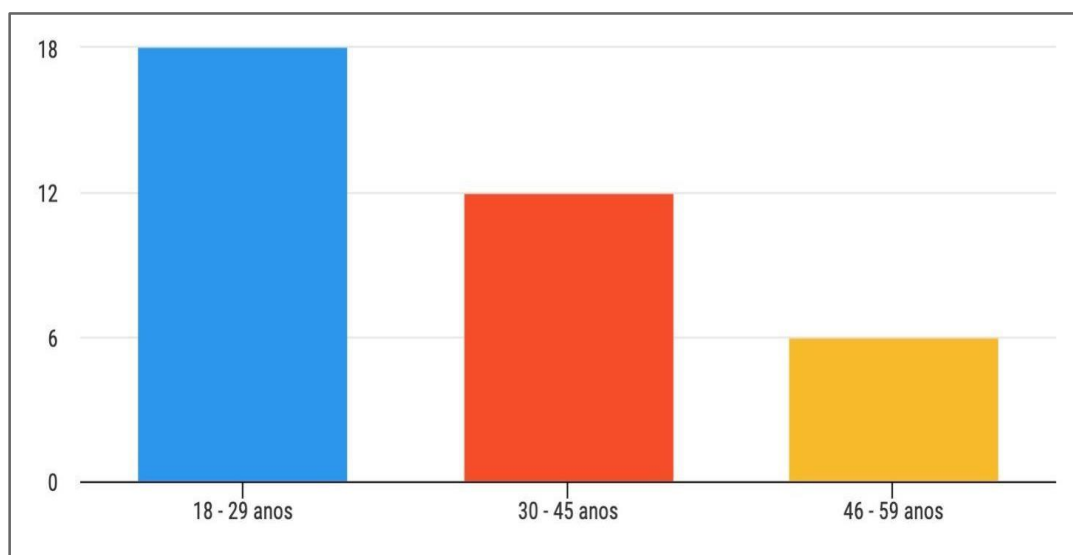
O perfil desse agrupamento demonstra o predomínio da população adulta, feminina e negra. Das autodeclarações obtidas, foi identificado 1(um) branco, 1(um) de ascendência amarela e mais 1 (um) de origem indígena, com os demais entrevistados autoidentificando-se como pertencentes às categorias racialmente pretas e pardas. Quanto à faixa etária, situa-se entre 18 e 59 anos, a amplitude da faixa etária, indica a presença de uma variedade de experiências e perspectivas de vida dentro do grupo. Essa diversidade pode influenciar a forma como os indivíduos enfrentam desafios econômicos, educacionais e de empregabilidade. Bem como, possíveis barreiras geracionais, dentro deste grupo etário, pode haver diferenças significativas entre os mais jovens (18 anos) e os mais velhos (59 anos) em termos de habilidades, experiência de trabalho e adaptação às mudanças tecnológicas. Essas diferenças podem representar desafios e oportunidades distintos para a inserção no mercado de trabalho.

No que se refere à escolarização, é bastante variada, dos 24 (vinte e quatro) entrevistados, 2 (duas) mulheres têm o ensino fundamental I (1ª a 5ª) incompleto; 7 (sete) mulheres têm o fundamental II incompleto; 7 (sete) têm o ensino médio incompleto, outras 7 (sete) mulheres e um homem concluiu o ensino médio. As pessoas que têm alguma escolarização cursaram em escolas públicas. As que ainda não concluíram o ensino médio afirmam ter a pretensão de fazê-lo, porém não estavam estudando no período de realização das entrevistas.

A escolarização dos entrevistados sugere os desafios para obter colocação no mercado de trabalho formal, aliado ao perfil racial, predominante da população negra, e de gênero, mulheres, dimensionam a segmentação ocupacional vivenciada, como apontado por Abramo (2006). Quanto ao estado civil, 16 (dezesesseis) mulheres se

declaram solteiras, as demais pessoas entrevistadas mantêm algum tipo de relação estável. A figura 20 a seguir apresenta a distribuição etária por faixa dos entrevistados.

**Figura 20** - Distribuição dos beneficiários entrevistados por faixa etária



**Fonte:** Coleta direta de dados

A faixa etária mais representada entre os entrevistados é a de 18-29 anos, seguida pela faixa de 30-45 anos e, por fim, a faixa de 46-59 anos. A figura 20 revela que entre os entrevistados, mais da metade são constituídos por jovens, o que demonstra a situação de vulnerabilidade das jovens urbanas com baixa escolarização para assegurar sua reprodução. A maioria dos entrevistados encontra-se na faixa etária em que se espera que estejam em uma fase produtiva da vida. Isso sugere que eles estão em idade economicamente ativa e que, em teoria, seriam capazes de participar do mercado de trabalho e contribuir para a economia.

A predominância dos participantes da pesquisa são jovens adultos. Isso sugere que a amostra é composta principalmente por pessoas em uma fase inicial de suas vidas profissionais e pessoais. A concentração significativa de entrevistados nessa faixa etária pode indicar que os desafios econômicos e de empregabilidade afetam particularmente os jovens urbanos. Isso pode estar relacionado à dificuldade de encontrar oportunidades que correspondam às suas aspirações e necessidades.

Esse público já inserido na assistência social, tem no programa uma estratégia para colocá-lo no mundo do trabalho. A necessidade de trabalho apontada pelos entrevistados não dissimula as dificuldades que serão enfrentadas, como pontuada

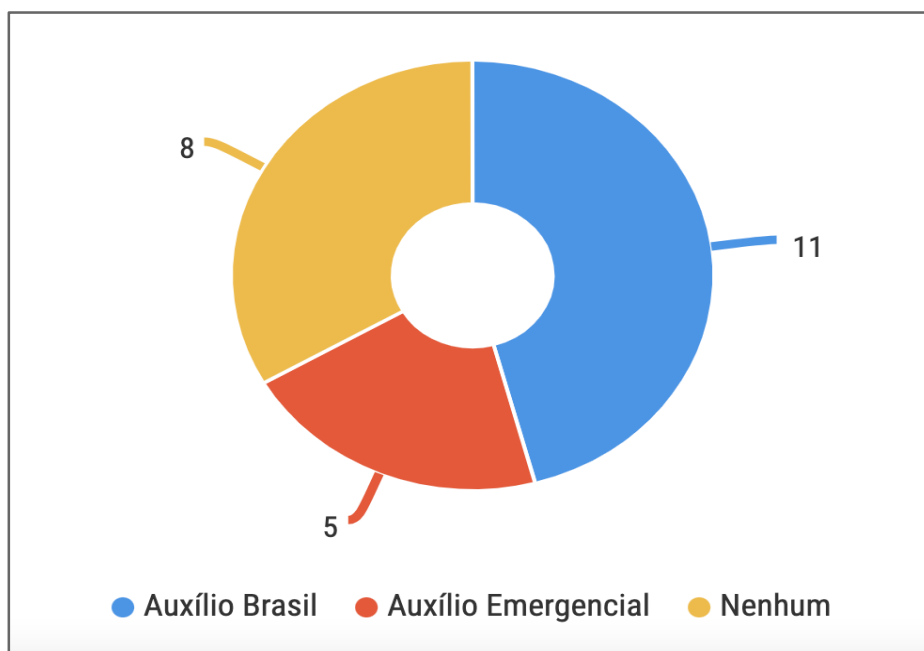
por Kraychete (2021). A incipiente escolarização e a escassa qualificação profissional reduzem a chance de serem absorvidos pelo emprego regular assalariado.

Cabe destacar que uma das atividades de mobilização do ACESSUAS Trabalho foi a articulação com a rede de educação de jovens e adultos (EJA). Esse público apontado como prioritário do Programa para matrícula nas unidades ofertantes teria um reforço nas possibilidades de inserção ocupacional. Os percalços apontados com a escolarização, somam-se à segmentação racial que caracteriza as ocupações no mundo do trabalho.

As transformações ocorridas no mercado do trabalho afetam a maior parte da classe trabalhadora, no entanto, certos segmentos estão mais vulneráveis à condição de desemprego e trabalho precário ou sujeitos a formas de trabalho que não asseguram a proteção social. Os grupos mais desfavorecidos, jovens, mulheres, especialmente as negras, com menor nível de escolaridade são os mais expostos à desocupação como já demonstrado anteriormente.

Um indicador que não pode ser desconsiderado na construção do perfil dos entrevistados é a participação nos programas de transferência de renda, demonstrado na figura 21.

**Figura 21** - Distribuição dos beneficiários atendidos pelos programas de transferência de renda



**Fonte:** Coleta direta de dados

Das 24 (vinte e quatro) pessoas entrevistadas, 8 (oito) delas não estavam em nenhum programa de transferência de renda. Cabe destacar que entre as pessoas que estão inseridas em programas, 11 (onze) mulheres receberam o Auxílio Brasil (AB), 5 (cinco) disseram receber o Auxílio Emergencial (AE) do Governo Federal. Esse último foi lançado de maneira emergencial para auxiliar os trabalhadores que ficaram sem renda por conta da pandemia da Covid-19. Vale ressaltar que o Auxílio Brasil foi composto por dois pagamentos: um fixo, referente ao valor do Bolsa Família e outro transitório, como o auxílio emergencial. O AE teve início em abril de 2020 e acabou no mês de outubro de 2021, foram 16 parcelas somando os benefícios de 2020 e 2021. Quanto ao AB, inicialmente o programa estava estipulado para começar em novembro de 2021 e seguir até o final de 2022, ainda que tenha se estendido até fevereiro de 2023, somando 16 parcelas. Cabe a ressalva que no período de realização da pesquisa existia uma fila de espera para aprovação do benefício.

Durante a realização das entrevistas, percebeu-se a relutância por parte de alguns beneficiários em declarar que eram atendidos por um programa de transferência de renda, fruto, provavelmente, do estigma dos que são assistidos por essas modalidades de ação pública. A relutância deve-se ao fato dos programas de assistência social serem percebidos mais no campo da caridade do que um direito dos cidadãos em ter uma renda que possa suprir minimamente suas necessidades, como apontado por Sposati (2007).

Quanto à ocupação dos entrevistados, observamos uma diversidade de ocupações e atividades, as mais mencionadas foram: Estoquista/Caixa, Dona do Lar, Babá, Estudante, Administrativo, Cozinheira, Autônoma, Faxina, Cabeleireira, Feirante e Cuidadora de Idosos. É importante notar que várias entrevistadas mencionaram ser "dona do lar", o que indica que elas se dedicam principalmente às atividades domésticas e cuidados familiares. Cabe ressaltar que a ocupação "dona do lar" não é uma profissão formal, mas sim uma descrição das responsabilidades assumidas dentro do ambiente familiar. Essas ocupações expressam a inserção marginal da população negra no mercado de trabalho, principalmente as sem qualificação profissional, continuam em ocupações pouco valorizadas como foi detectado em diversos estudos e refletem as tendências do mercado de trabalho local.

A precariedade do grupo entrevistado é atestada quando identificamos que



somente uma pessoa entrevistada já trabalhou com carteira de trabalho assinada, um claro indicativo das reais dificuldades encontradas pelas jovens negras/pardas sem qualificação profissional para se inserirem no mercado de trabalho formal.

No que diz respeito à ocupação atual, a pesquisa revelou que as formas de trabalho com maior probabilidade de não assegurar proteção social possuem maior relevância na estrutura ocupacional desse agrupamento. A maior representatividade da população negra no serviço doméstico, no trabalho assalariado do setor privado sem registro formal e no trabalho autônomo (informal), em comparação com os não negros, confirma a maneira desigual de acesso ao mundo do trabalho considerando a raça, o gênero e a escolarização.

Cabe reportar as conclusões apontadas por Abramo (2006) sobre a segmentação ocupacional no mercado de trabalho a partir dos marcadores de gênero e raça. Essa prática resulta nas diversas formas de discriminação enfrentadas pela população mais vulnerável, estabelecendo relação direta com os fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. Elas são responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e barreiras adicionais para que as pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso ao trabalho decente, como constatado nos resultados desta pesquisa.

#### **4.2 Uma reflexão sobre as formações de inserção profissional**

Tradicionalmente, as estratégias de inserção social pelo trabalho têm como base o mercado de trabalho que pressupõe a venda da força de trabalho, em outros termos, o assalariamento que exige a (re)qualificação profissional e a intermediação de mão de obra (KRAYCHETE, 2021). Os cursos de capacitação profissional integram as políticas educacionais e de emprego implementadas no país. Segundo as orientações técnicas do programa executado no município (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2019), deve-se estabelecer diálogo com essas políticas, a fim de assegurar a participação e continuidade dos beneficiários da Assistência Social nos cursos. Portanto, seria importante que os provedores de cursos estivessem cientes dessas particularidades, com o intuito de maximizar as chances de sucesso da inserção profissional por meio do Programa e da Assistência.

**Quadro 4** - Cursos ofertados pelo Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié- BA em 2019

CURSO	CRAS	MÊS/ANO
OFICINA DE INICIAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO	CRAS JEQUIEZINHO	Agosto/2019
OFICINA DE ENTREVISTA DE EMPREGO	CRAS JEQUIEZINHO	Agosto/2019
NOÇÕES DE ETIQUETA SOCIAL E PROFISSIONAL	CRAS JEQUIEZINHO	Agosto/2019
COMPORTAMENTO ADEQUADO NO AMBIENTE DE TRABALHO	CRAS JEQUIEZINHO	Agosto/2019
INTERNET E MÍDIAS SOCIAIS	CRAS ALTO DA BELA VISTA	Setembro/2019
COMO PERMANECER NO MERCADO DE TRABALHO	CRAS ALTO DA BELA VISTA	Setembro/2019
NOÇÕES DE ATENDIMENTO AO CLIENTE	CRAS ALTO DA BELA VISTA	Setembro/2019
NEGOCIAÇÃO E VENDAS	CRAS ALTO DA BELA VISTA	Setembro/2019
A EDUCAÇÃO COMO FIO CONDUTOR DE MUDANÇA	CRAS MANDACARU	Outubro/2019
O SER SOCIAL E O TRABALHO	CRAS MANDACARU	Outubro/2019
EMPREGO	CRAS MANDACARU	Outubro/2019
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	CRAS MANDACARU	Outubro/2019
COMPORTAMENTO E TRABALHO	CRAS CANSANÇÃO	Novembro/2019
GESTÃO DE CONFLITOS	CRAS CANSANÇÃO	Novembro/2019
ADMINISTRAÇÃO	CRAS CANSANÇÃO	Novembro/2019
ENTREVISTA E SELEÇÃO PARA EMPREGO	CRAS CANSANÇÃO	Novembro/2019

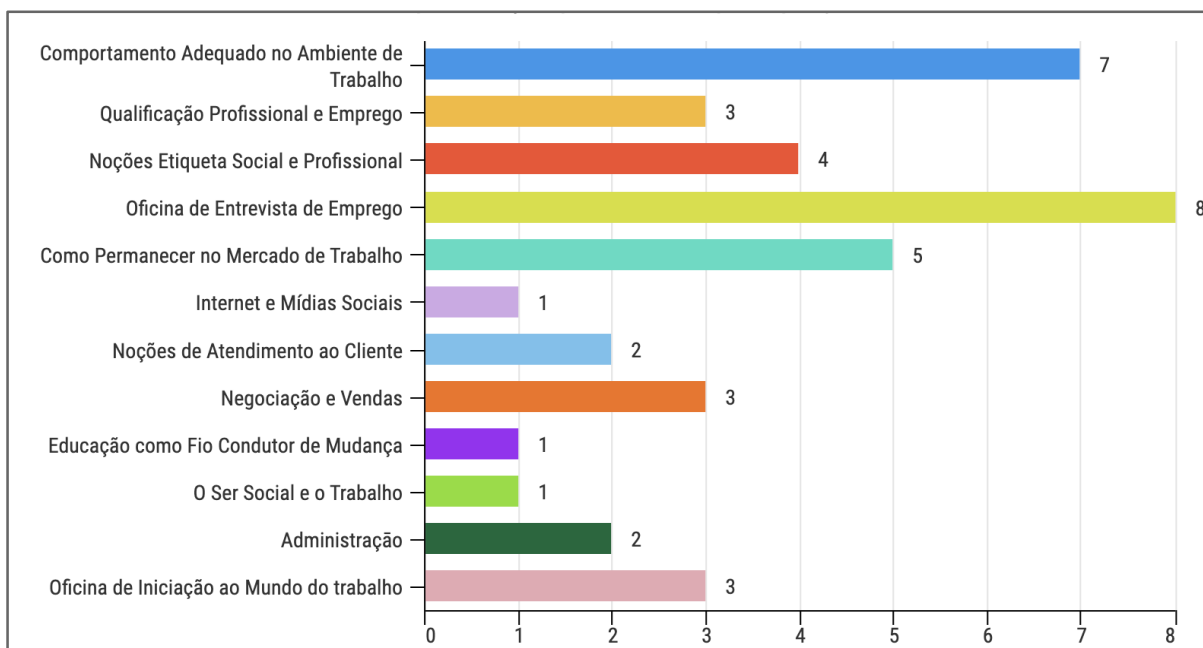
**Fonte:** Pesquisa de campo (2022)

O quadro 4 revela que os cursos ofertados dialogam mais com as ocupações que compreendem a venda da força de trabalho, ou seja, o trabalho assalariado formal. No entanto, corroborando com Kraychete (2021), percebemos que as possibilidades reais dos programas de inclusão produtiva e inserção pelo trabalho, interpelando-os, a partir da estrutura ocupacional que se apresenta nas entrevistas e das formações ofertadas, demonstram reduzido potencial. Percebe-se a desconexão desses programas com a realidade social apreendida, ademais, pode-se questionar a

qualidade, relevância dos conteúdos ministrados nas oficinas e o treinamento genérico e superficial ofertado aos participantes. Não são desenvolvidas habilidades e competências necessárias para o enfrentamento da competição que há no mercado de trabalho. Diante deste contexto, cabe questionar em que medida o Programa Acessuas Trabalho impactou na vida daqueles que participaram, no campo profissional e pessoal?

As entrevistas revelaram a falta de acompanhamento e suporte contínuo aos beneficiários após a conclusão das oficinas e capacitações. É necessário oferecer oportunidades de prática, estágio ou mentoria para que os participantes possam aprimorar suas habilidades e facilitar sua transição para o mundo do trabalho. As críticas não se aplicam necessariamente a todas as oficinas e capacitações oferecidas pelo programa, pois a qualidade e o impacto podem variar dependendo da região e da instituição responsável pela implementação. No entanto, é fundamental estar atento a essas questões e buscar constantemente aprimorar a qualidade e a relevância das capacitações para garantir que os participantes estejam mais preparados para enfrentar os desafios do mundo do trabalho.

**Figura 22 – Participação dos beneficiários entrevistados nos cursos do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié, BA ( 2019 – 2020)**



Fonte: Coleta direta de dados

Dos 16 (dezesseis) cursos ofertados, os entrevistados frequentaram 12 (doze) deles, como está demonstrado na figura 22. Alguns beneficiários fizeram menção a mais de um curso devido à participação em 4 oficinas do CRAS. As opções de formação, capacitação profissional e ingresso no trabalho não são compatíveis com os desejos e realizações pessoais dos acolhidos, não permitindo que eles possam exercer atividades de seu interesse e expressar suas habilidades, aptidões, capacidades e potencialidades. Ademais, observa-se que os temas das oficinas apresentadas não dialogam com o perfil dos beneficiários, o que evidencia limitações na inserção ocupacional. As formações estão voltadas principalmente para o setor do comércio, mas é necessário avaliar até que ponto esses cursos estão alinhados com o perfil e a formação profissional dos atendidos pelo programa, a fim de potencializar a inserção qualificada no mundo do trabalho.

Embora tenham sido relatados ganhos subjetivos de ordem pessoal pelos entrevistados, é importante ressaltar que uma oficina sobre elaboração de currículo ou comportamento em entrevistas, por exemplo, não é suficiente para garantir a inserção dos beneficiários no mundo do trabalho. O Acesso ao Trabalho precisa considerar a heterogeneidade ocupacional dos beneficiários e os diferentes níveis educacionais, assim como os atributos pessoais, como a questão geracional, a raça e o gênero. Portanto, é fundamental que o programa avalie e ajuste suas estratégias de capacitação e formação, levando em consideração o perfil dos beneficiários. Além disso, é necessário promover uma abordagem mais abrangente que contemple não apenas habilidades técnicas, mas também aspectos socioemocionais, orientação profissional e um acompanhamento mais sistemático após os cursos para que a gestão do programa tenha dados que permitam uma avaliação sobre sua efetividade.

Para garantir o anonimato dos entrevistados, conforme Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atribuiu-se nomes fictícios, baseados em nomes de flores, aos participantes do estudo como já descrito anteriormente. Com o intuito de obter uma avaliação dos cursos, solicitou-se que avaliassem a experiência com o programa numa escala de 1 a 5, sendo 1 péssimo, 2 ruim, 3 regular, 4 bom e 5 ótimo. Os resultados estão demonstrados no quadro 5.

**Quadro 5-** Avaliação do ACESSUAS Trabalho pelos beneficiários entrevistados em Jequié- BA

Participantes ACESSUAS	Qualidade do Programa	Metodologia empregada nos cursos de capacitação	Aplicação do conhecimento no dia a dia	Percepção do aprendizado
Rosa	4	4	5	5
Orquídea	4	5	4	4
Girassol	5	5	5	4
Tulipa	4	5	5	5
Margarida	5	5	5	5
Lírio	5	5	5	5
Hortênsia	5	5	3	4
Violeta	4	5	5	5
Gérbera	5	5	5	4
Jasmim	5	4	4	3
Peônia	5	3	2	5
Amarílis	5	5	4	3
Camélia	3	3	4	3
Amor-perfeito	5	5	5	4
Azaleia	4	4	4	4
Boca de leão	5	5	5	4
Lavanda	5	5	4	5
Gerânio	5	5	5	5
Begônia	5	5	5	5
Cravo	5	4	5	5
Flor de cerejeira	5	5	5	5
Flor de lótus	5	5	5	5
Narciso	3	4	3	3

Crisântemo	5	4	4	5
------------	---	---	---	---

**Fonte:** Coleta direta de dados

No que diz respeito à qualidade do programa, a média obtida foi de 4,5, indicando uma percepção positiva em relação à capacitação oferecida. Em relação à metodologia empregada nos cursos, a média obtida foi de 4,3, indicando uma avaliação positiva em relação à metodologia utilizada nos cursos. Quanto à aplicação do conhecimento no dia a dia, a média obtida foi de 4,3, indicando que os entrevistados percebem que o conhecimento adquirido nos cursos de capacitação é aplicável em suas atividades diárias, ainda que esta aplicação não se relacione diretamente com a inserção ocupacional. Em relação ao aprendizado, a média obtida foi de 4,4, indicando que os entrevistados consideram ter aprendido durante as capacitações.

No geral, os resultados indicam que os entrevistados têm uma percepção positiva em relação à capacitação profissional oferecida pelo programa. Eles avaliam positivamente a qualidade do programa, a metodologia empregada nos cursos, a aplicação do conhecimento no dia a dia e percebem ter aprendido com a experiência. Não obstante, a avaliação positiva dos cursos pode ser problematizada quando analisamos a ocupação atual dos entrevistados retratada no quadro 3.

Há uma coluna no quadro 3 que apresenta a ocupação atual dos entrevistados. Ela revela que a inserção profissional de alguns beneficiários pode ser relacionada, em alguma medida, com alguns cursos ofertados, a exemplo de duas mulheres que estão ocupadas como cabeleireiras, outra atuando como caixa, uma feirante e outra que atua como trabalhadora autônoma. Mas, no geral, percebe-se que a maioria das beneficiárias, 16 delas, está inserida no trabalho doméstico, sendo que entre elas, 12 realizam trabalho sem remuneração, pois apresentam como ocupação atual ser “dona do lar”. Considerando a precariedade dos segmentos que atuam no trabalho doméstico, além do fato que o trabalho reprodutivo continua exercido de forma não remunerada na sociedade, percebe-se que a formação adquirida com os cursos e oficinas tão bem avaliados não resultaram em uma inserção profissional que possibilite uma mobilidade da situação de vulnerabilidade socioeconômica que caracteriza esse agrupamento.

Os beneficiários entrevistados também foram instados a avaliarem os cursos livremente, destacamos alguns depoimentos:

*Ajudaram, na minha opinião, eles [o governo] tinham que entrar em acordo, eu tenho dificuldade por falta de estudo, eles podiam indicar para alguma empresa, pra alguma coisa que abrisse a porta. (Girassol,entrevistada em 20/07/2022)*

*Sim. Aprendi, quando eu quiser entrar numa empresa eu posso colocar em prática tudo que eu aprendi. Nunca trabalhei. Fiz curso, mas minha mente é ruim pra aprender coisas. (Margarida,entrevistada em 05/08/2022)*

*Tudo que a gente faz no curso dá pra aplicar em casa pra não ter prejuízo nenhum pessoal em tudo. Eu trabalhei em padaria, como auxiliar de padaria, na carteira Ajudante Gerais e vendas. Unha, tenho curso de unha, doces e salgados, pães. (Lírio, entrevistada em 20/07/2022)*

*Profissional sim, na época eu até consegui arrumar um trabalho, só que não pude ficar no emprego, era cuidador de idoso. Fui direcionada pelo próprio CRAS. Só não fiquei mais no emprego por conta do falecimento dela [a idosa] durante a pandemia. Mas fiquei quase dois anos com ela. A assistente social que me arrumou. Eu já fui cuidadora de idoso, atualmente eu to com um barzinho na minha residência, já cuidei de criança, já trabalhei na Ramarim também. Não chegou a assinar a carteira, pois foi como jovem aprendiz. (Violeta, entrevistada em 05/08/2022).*

*Foi bom. Foi como se fosse uma simulação, como seria se eu tivesse um emprego. Foi bom porque nem todo mundo tem e quando vai começar no primeiro tem aquele baque do novo. Mas com o curso você sabe mais ou menos como vai ser, tipo uma preparação. Foi muito bom. Tive uma experiência de trabalho informal, eu trabalhei com venda de salgados, trabalhei com comida também. (Gérbera, entrevistada em 05/08/2022).*

*Foi válido [o curso]. Na minha vida, faxineira trabalhei em roça, entendeu? Na enxada. Agora a gente não trabalha mais, não faz parte de roça, não é ? aí é dona de casa. (Azaleia, entrevistada em 08/08/2022).*

*Sim, tudo que é aprendido você pode levar pra sua vida futura, o curso me ajudou a trabalhar. Eu trabalhei numa padaria, lá eu lembrei sobre comportamento, sobre como atender o cliente. (Cravo,entrevistado em 27/07/2022).*

*Sim. Só não tive oportunidade ainda. (Flor de Lótus,entrevistada em 13/07/2022).*

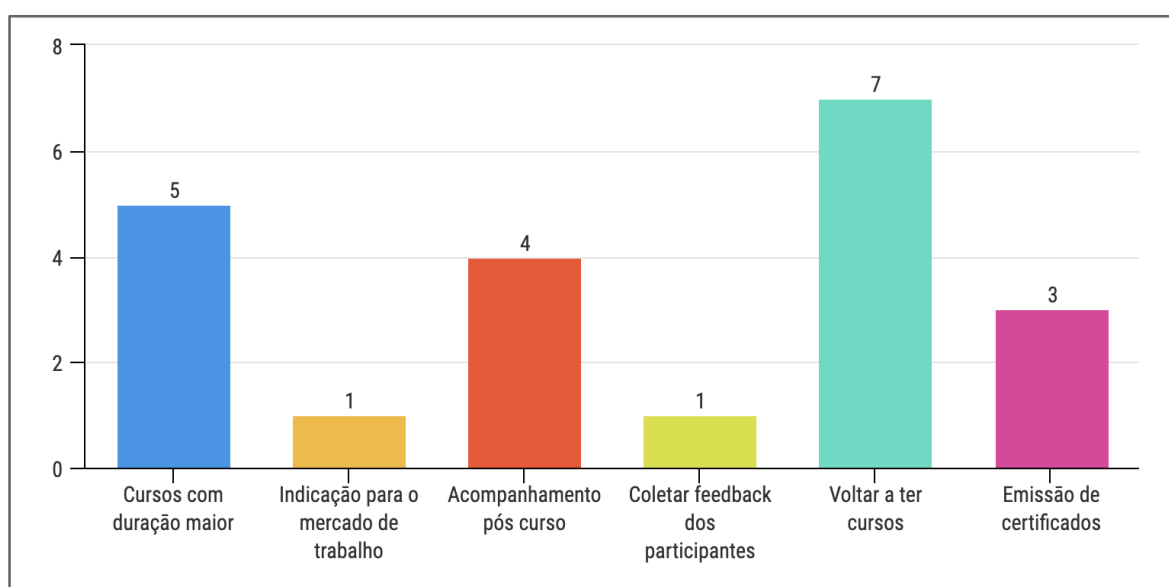
Nos oito relatos, podemos observar diferentes perspectivas e experiências dos beneficiários correlacionadas às oportunidades geradas. Em geral, as respostas mostram resultados variados com a formação adquirida nos cursos e seus reflexos no crescimento pessoal e profissional dos entrevistados. Para alguns entrevistados o curso trouxe alguma formação no momento de atuação no local de trabalho, outros

ressaltam a oportunidade de aprender novos conhecimentos que incorporam na vida, sem apontar de forma mais efetiva um vínculo com a inserção no mundo do trabalho.

A formação incipiente para a inserção no trabalho formal assim como no empreendedorismo individual, trabalho por conta própria, ou associativo, no campo da economia solidária, demonstra os limites da política pública para ofertar formação que desenvolva habilidades e competências nas áreas descritas. Coraggio (2004) observa que as ações de qualificação e intermediação de mão de obra dirigidas para pessoas isoladas, sem uma perspectiva clara do que se pretende construir, não são suficientes por si mesmas. Em geral, a maioria dos (re)qualificados não consegue trabalho. O problema não se resolve pela integração dessas políticas, oferecendo a cada pessoa um “pacote de ações”. Para o autor, a questão a ser respondida é qual sistema se pretende desenvolver com as ações de capacitação e intermediação.

Cientes dos limites para a inserção profissional a partir dos cursos ofertados, solicitou-se aos entrevistados sugestões para o aperfeiçoamento do Programa.

**Figura 23** - Sugestões dos entrevistados para melhoria do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié-BA



**Fonte:** Coleta direta de dados

Dos 24 (vinte e quatro) entrevistados, somente 3 (três) não apresentaram sugestões de melhorias do programa. Dentre as sugestões demonstradas no gráfico 4, a mais apontada não se refere à melhoria, mas ao retorno dos cursos. Destacamos



a sugestão de maior duração dos cursos, demandando mais horas na formação. A sugestão de acompanhamento pós curso é interessante porque demonstra, em alguma medida, as dificuldades de inserção ou reinserção profissional, sugerindo a necessidade de mediação para resultar em uma atuação mais efetiva. A sugestão de feedback sugere que um beneficiário pode ter uma avaliação mais crítica em relação ao resultado do curso se confrontado com o objetivo de promoção do trabalho, mas, talvez, o baixo nível de escolarização e a falta da cultura de avaliação, expliquem porque os depoimentos não demonstraram conteúdo mais crítico que apontasse alguma contradição das possibilidades profissionais dos beneficiários e os cursos ofertados.

Quanto à experiência pretérita dos entrevistados, solicitamos que a descrevesse antes de iniciar a formação no programa. Alguns depoimentos revelam que não houve uma ruptura do antes e depois da inserção no Acesso ao Trabalho.

*Eu já trabalhei em São Paulo numa empresa de limpeza. Gostei muito de trabalhar lá. Já trabalhei como babá e cuidadora de idoso. (Crisântemo, entrevistada em 08/07/2022).*

*Jovem aprendiz na Ramarim. (Flor de Cerejeira, entrevistada em 21/07/2022).*

*Ajudante de pedreiro. (Cravo, entrevistado em 27/07/2022).*

*Já trabalhei de faxina. Nunca tive carteira assinada. (Gerânio, entrevistada em 27/07/2022).*

*Já vendi roupa, com 16 anos. (Boca de Leão, entrevistada em 14/07/2022).*

*Artesanato. (Amor-Perfeito, entrevistada em 17/08/2022)*

*Já trabalhei em fábrica de polpas, mas na maioria das vezes foi pra mim mesma. Artesã e Experiência como Recenseador do Censo IBGE (Camélia, entrevistada em 18/08/2022)*

*Cozinheira e Casa de Família. (Amarilis, entrevistada em 04/08/2022)*

*Trabalhava na feira. (Peônia, entrevistada em 27/07/2022)*

*Já trabalhei em casa de família e também na venda de salgados. Quando eu tava nos salgados foi um pouquinho bom, eu gostei. Na casa da família também foi boa, ...mas tem coisas que eu não gostei tanto. Eu acho que trabalhar pra si próprio é melhor. (Gérbera, entrevistada em 06/08/2022)*

*Primeiro eu fui como jovem aprendiz. ... Aí teve o falecimento da minha mãe. Aí eu fui e fiz o curso, aí com o curso veio o trabalho de babá e cuidadora de idoso. A assistente social me chamou e disse que tinha um trabalho em vista pra mim, ... Fiquei neste trabalho por 2 anos, de 7 da manhã a 7 da noite. Foi uma experiência boa, eu gosto dessa área, acho que com idoso é mais fácil trabalhar. (Violeta, entrevistada em 05/08/2022)*

*Eu já trabalhei de babá, de assistente de cozinha, de arrumadeira de hotel. Já trabalhei de carteira assinada no Rio de Janeiro, mas nunca na Bahia. (Girassol, entrevistada em 20/08/2022)*

*Sempre vendi minhas coisinhas. (Orquídea, entrevistada em 22/08/2022)*

*Eu não consegui emprego após o curso, porém eu trabalhei como autônoma, consegui fazer minhas coisas dentro de casa por conta da pandemia. Agora em 2022 voltei ao mercado de trabalho e pra mim o curso foi bem favorável. (Rosa, entrevistada em 07/07/2022).*

A trajetória ocupacional relatada demonstra uma inserção precária das mulheres adultas, em sua maioria negras, e uma adesão dos jovens ao Programa Jovem Aprendiz. Por outro lado, coincide com as ocupações descritas por Kraychete (2021) quando descreve os setores da economia popular, advogando mais atenção dos entes públicos para que seja possível elevar a qualidade de vida dos trabalhadores que sobreviverem nas franjas do sistema.

De acordo com Souza (2009), cerca de 1/3 da população brasileira faz parte da "ralé" estrutural. O autor utiliza esse termo não para ofender as pessoas já tão sofridas, mas para chamar atenção do conflito social que se manifesta pelo abandono e não reconhecimento desse agrupamento de indivíduos pela sociedade. Eles são privados de princípios básicos de aprendizagem e essa situação se perpetua por gerações. Esse problema não é apenas econômico e, portanto, não pode ser resolvido apenas com políticas macroeconômicas que estimulem o aumento das taxas de crescimento.

Apesar dos avanços na proteção institucional dos trabalhadores, como o seguro-desemprego e a intermediação e qualificação da mão de obra, essas medidas têm como referência o emprego formal assalariado e a reintegração social por meio do mercado de trabalho. Dessa forma, exclui a maioria dos trabalhadores que estão integrados à sociedade por meio de trabalhos socialmente desprotegidos.

Conforme indicado por Francisco de Oliveira (2000), não se trata de uma exclusão irrealizável do mercado, pois ninguém escapa dele, mas sim de uma negação e exclusão dos direitos. Segundo Milton Santos (2000, p. 59), ser pobre não se resume a ganhar menos do que uma determinada quantia, mas sim a ocupar uma posição estruturalmente inferior na sociedade como um todo.

Os entrevistados continuam inseridos em trabalhos que, além de pouco valorizados socialmente, estavam longe de assegurar algum grau de proteção social, conforme os depoimentos que foram coletados. Os entrevistados continuam inseridos em trabalhos que, além de pouco valorizados socialmente, estavam longe de assegurar algum grau de proteção social, conforme alguns depoimentos destacados

*Eu trabalhei como cuidadora de idoso e em limpeza.(Crisântemo, entrevistada em 08/08/2022)*

*Cuidador de Idosos. (Flor de Cerejeira, entrevistada em 21/07/2022)*

*Trabalhei na padaria e no mercado só esses lugares mesmo. (Cravo, entrevistado em 27/07/2022)*

*Depois só trabalhei de babá, casa de família que já trabalhei. (Begônia, entrevistada em 05/08/2022)*

*Hoje estou trabalhando de cabeleireira. (Lavanda, entrevistada em 13/07/2022)*

*Nunca trabalhei de carteira assinada, catava latinha. (Azaleia, entrevistada em 08/08/2022)*

*Hoje faço serviços tipo de Lan house, né? Xerox, impressão, cópia, plastificação, pesquisa escolar se alguém vier assim, eu também faço, trabalho com isso. (Camélia, entrevistada em 18/08/2022)*

*Vai fazer cinco meses como cozinheira na creche municipal.(Amarílis, entrevistada em 04/08/2022)*

*Não tive. (Hortênsia, entrevistada em 21/07/2022)*

*Não tive.(Lírio,entrevistada em 20/07/2022)*

*Fiquei uns nove meses sem trabalho, trabalho informal uma hora chama para limpeza, outra hora babá, aí começou essa pandemia e foi tudo para os ares mesmo.(Girassol, entrevistada em 20/07/2022)*

*Eu não consegui emprego após o curso, porém eu trabalhei como autônoma, consegui fazer minhas coisas dentro de casa por conta da pandemia. Agora em 2022 voltei ao mercado de trabalho e pra mim o curso foi bem favorável.(Rosa, entrevistada em 07/07/2022)*

Os depoimentos demonstram que o trabalho informal continua sendo a alternativa para trabalhadores e trabalhadoras intercalados com períodos de desocupação. A partir dos depoimentos, percebemos que não houve acompanhamento e monitoramento dos resultados do programa. É importante avaliar constantemente a efetividade das ações implementadas e fazer ajustes necessários para melhorar a eficácia do programa. A falta de informações detalhadas sobre o

progresso dos participantes e os resultados alcançados dificultam uma análise completa da primeira edição do programa em Jequié.

Quanto à apropriação dos conteúdos aprendidos, alguns entrevistados relataram que houve uma utilidade prática em atividades que desempenharam ou que podem vir a desempenhar após as formações, além de contribuir na edificação do seu caráter.

*Utilizei para fazer e entregar currículos. (Flor de Lótus, entrevistada em 13/07/2022)*

*Sim, me ajudou a me comportar, a ser pontual. (Flor de Cerejeira, entrevistada em 21/07/2022)*

*Sim, posso precisar, no futuro. (Amor-Perfeito, entrevistada em 17/08/2022)*

*Sim. Todos os cursos que a gente faz né? Sempre tem alguma coisa que a gente pega pro nosso dia a dia. (Camélia, entrevistada em 18/08/2022)*

*Acho que sim. Comportamento, como se por, falar, como chegar, as vestes também. (Gérbera, entrevistada em 06/08/2022)*

*Me ajudou, me ajudou a como comportar no trabalho, como ir vestida, a como agir lá. (Violeta, entrevistada em 05/08/2022)*

*Serviu bastante para cuidador de idosos, ajudou a lidar com as pessoas. (Hortênsia, entrevistada em 21/07/2022)*

*Sim, eu pude aprender mais, ser mais tolerante. (Girassol, entrevistada em 20/07/2022)*

*Ah sim, eu tirei algumas conclusões da oficina sobre coisas que a gente pode tá fazendo dentro da empresa. (Rosa, entrevistada em 07/07/2022)*

Os relatos demonstram que o programa promoveu uma qualificação para aprimorar a apresentação dos beneficiários circunscritos às possíveis ocupações que já estavam inseridos nas suas experiências profissionais. Uma formação que não trouxe novas possibilidades profissionais, mas que, em alguma medida, lhes ensinou um “*modus operandi*” para fazer melhor o que já fazia ou que poderá fazer. Para além dos relatos, 6 (seis) participantes afirmaram que não encontraram nenhuma correspondência com o conhecimento adquirido com suas atividades profissionais ou não perceberam o valor desses conhecimentos em seu contexto de trabalho.

Quando os entrevistados foram questionados se conseguiram inserção profissional ao término das capacitações, dos 24 (vinte e quatro) entrevistados, apenas 7 (sete) afirmaram ter conseguido, enquanto 17 (dezessete) responderam que

não conseguiram. O estudo desse agrupamento sugere que ACESSUAS Trabalho, da forma que foi implementado em Jequié, não alcançou seus objetivos. Alguns fatores podem explicar os limites enfrentados para alcançá-los, como a falta de acompanhamento mais sistemático dos beneficiários no desafio de inserção profissional, falta de demanda por parte dos empregadores e a necessidade de habilidades adicionais que não foram desenvolvidas nos cursos. Essas informações podem ser úteis para desenvolver estratégias mais eficazes de capacitação e inserção profissional no futuro.

Apesar do contexto descrito, na pesquisa documental, nos deparamos com 8 (oito) planos individuais de inclusão ao mundo do trabalho, que envolveram encaminhamentos para a Associação das Donas de Casa do Estado da Bahia, articulações com outras políticas, como acesso à escolarização na escola técnica de enfermagem (pública) e participação em processos seletivos do Mutirão de Empregos pela Fundação Luís Eduardo Magalhães via o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) e SEBRAE/MEI.

De acordo com o Relatório de Ações do Programa ACESSUAS Trabalho/Jequié (JEQUIÉ, 2019) no eixo 3, que trata sobre o acesso a oportunidades, foram feito levantamento das oportunidades de inclusão produtiva disponíveis na região e identificou que Jequié estava entre as dez maiores economias do estado, com destaques para setores da pecuária, agricultura, comércio, minério e indústria. A cidade de Jequié possui 302 (trezentos e dois) empresas (micros, pequenas, médias e grandes), com ênfase no Poliduto<sup>15</sup>. A economia municipal contava em 2019 com 1.020 empresas no setor do comércio, 1.230 no setor de prestação de serviços e 30 no setor industrial voltadas para a produção de alimentos, calçados e confecções.

Havia o compromisso de firmar parcerias com instituições como o SINEBahia/Estadual e SINEBahia/Agência Jequié, as Secretarias Municipais, órgãos estaduais, escolas técnicas profissionalizantes estaduais e federais, SEBRAE e a iniciativa privada. Além desses parceiros, a Prefeitura possui uma Central de formação que oferta cursos de manicure, cabeleireiro, confeitiro, eletricitista, sorveteiro,

---

<sup>15</sup> Terminais terrestres que funcionam como entrepostos para os diferentes modais de transportes, recebe e armazena diesel, gasolina e GLP provenientes do Terminal de Madre de Deus, via Oleoduto Recôncavo-Sul da Bahia (Orsub), além de álcool anidro e álcool hidratado por transporte rodoviário.

assistentes administrativos, culinária, dentre outros. A parceria com essa central favorece a ampliação da oferta de cursos de capacitação para os mais variados perfis e interesses.

No eixo 4, denominado de Monitoramento do percurso do usuário, a equipe do ACESSUAS Trabalho/Jequié estava realizando o monitoramento dos usuários de modo articulado com a rede de assistência social do município, principalmente com o CRAS, bem como através da articulação com órgãos de outras políticas como a de educação, por exemplo. Essa cooperação visa, não apenas monitorar o ingresso, frequência, desempenho, conclusão dos cursos e inserção no mundo do trabalho, mas também fazer uma busca ativa caso ocorresse alguma evasão do Programa. A busca ativa almejou contribuir na superação dos desafios enfrentados pelos usuários que possam tê-lo feito desistir. Assim, o monitoramento foi realizado diretamente com o usuário do ACESSUAS Trabalho/ Jequié através de contatos (telefônicos, e-mails, redes sociais, pessoalmente e por escuta) realizados pela técnica de referência do programa, profissional de serviço social do programa.

Ao analisar os planos individuais de inclusão ao mundo do trabalho por meio da pesquisa documental, foi constatado que houve uma dificuldade no acesso às oportunidades e no acompanhamento do progresso dos usuários. Verificando-se que apenas um número reduzido de inscritos, em relação ao total de 96 participantes do programa, conseguiu avançar nessa etapa.

Quanto ao tempo, foi questionado o prazo decorrido para conseguir um trabalho após a capacitação do Programa com vínculo empregatício. Nas palavras dos participantes:

*Eu arrumei as minhas faxinas mesmo e cuidei de um idoso. (Crisântemo, entrevistada em 08/08/2022)*

*Mais de dois anos. Não tem vínculo empregatício. (Flor de Cerejeira, entrevistada em 21/07/2022)*

*A padaria foi em 2020, demorou menos de um ano. Assinou a carteira. (Cravo, entrevistado em 27/07/2022)*

*Trabalhei em casa de família, de forma informal.(Begônia,entrevistada em 05/08/2022)*

*Um ano. Não possui vínculo empregatício.(Lavanda,entrevistada em 13/07/2022)*

*Contrato para a realização do censo do IBGE. (Camélia, entrevistada em 18/08/2022)*

*Trabalhei em casa de família informal. Com vínculo empregatício, consegui um emprego 2 anos depois. (Amarilis, entrevistada em 04/08/2022)*

*Primeiro emprego, função administrativa na Santa Casa. Um ano e pouquinho. (Gérbera, entrevistada em 06/08/2022)*

*Dois anos e meio. Não possui vínculo empregatício. (Tulipa, entrevistada em 30/06/2022)*

*Demorou 9 meses. Atividade informal, limpeza. (Girassol, entrevistada em 20/07/2022)*

*Dois anos, por enquanto não tenho carteira assinada. (Rosa, entrevistada em 07/07/2022)*

Diante dessa realidade, os relatos dos participantes do programa ACESSUAS Trabalho refletem as diferentes situações enfrentadas pelos trabalhadores após a capacitação. Podemos observar que a duração para conseguir um emprego após a capacitação varia de alguns meses a mais de dois anos. Além disso, 2(duas) entrevistadas conseguiram vínculos formais, enquanto 4(quatro) permaneceram em trabalhos informais ou sem vínculo empregatício, e os demais não apontaram inserção profissional.

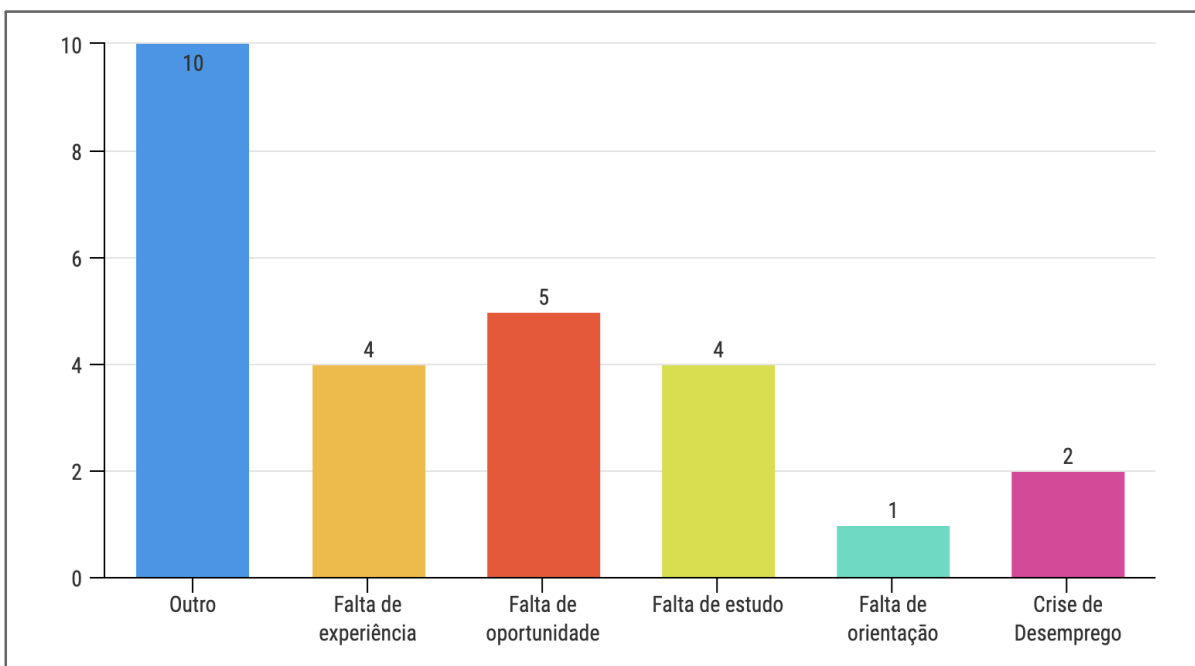
A qualificação pretendia habilitar os trabalhadores não apenas para exercerem ocupações específicas, mas também para melhorar sua empregabilidade. A ideia era estimular a concepção de que, ao possuir novas habilidades, o trabalhador teria mais chances de conquistar ou manter um emprego. No entanto, a responsabilidade pela obtenção e manutenção do emprego recai sobre o próprio trabalhador.

Embora tenham ocorrido avanços na proteção institucional do trabalhador individual com o MEI, é importante ressaltar que esses avanços estão centrados principalmente no emprego regular assalariado e na (re)inserção social por meio do mercado de trabalho. Isso acaba excluindo a maioria dos trabalhadores que estão integrados à sociedade por meio de trabalhos socialmente desprotegidos.

Essa diversidade de situações ressalta a importância de considerar as particularidades de cada pessoa e contexto ao analisar os resultados de programas de qualificação e empregabilidade. Os desafios enfrentados pelos trabalhadores

integrados a trabalhos socialmente desprotegidos devem ser abordados de forma adequada, a fim de promover uma inclusão mais ampla e equitativa no mercado de trabalho. Escrutinando a situação dos beneficiários que estavam desocupados no momento da entrevista em 2022, a figura 24 sumariza os principais motivos apontados.

**Figura 24** - Motivo principal para a desocupação no período de realização das entrevistas.



**Fonte:** Coleta direta de dados

Os motivos mais citados para a desocupação de alguns entrevistados: a falta de experiência foi apontada por 4 (quatro); a falta de oportunidade por 5 (cinco); a falta de estudo por mais 4 (quatro); enquanto 1(um) apontou a falta de orientação; mais 2 (dois) indicaram a crise de desemprego.

Dentre os relatos que foram agrupados na categoria "outro", foram mencionadas algumas razões específicas, como gravidez, falta de trabalho e cuidado com uma filha de um ano e dois meses. Também foi mencionado o fato de não ter procurado de forma mais aprofundada, estar há um ano e meio em casa e a percepção de que há preconceito dos empregadores devido à condição de pobreza e ser negra, o que leva a uma suposição de que não teriam experiência na área.

Com base nessas informações, podemos observar que a falta de experiência, a falta de oportunidades e a falta de estudo foram mencionadas como obstáculos para



a inserção no mercado de trabalho. Além disso, a falta de orientação e a crise de desemprego também foram apontadas, embora em menor número. É importante ressaltar que uma parcela significativa de respostas se enquadrou na categoria "outro", o que evidencia a existência de variados fatores sociais, econômicos e estruturais que podem dificultar a inserção no mercado de trabalho.

Essas informações revelam desafios enfrentados pelos beneficiários do programa ACESSUAS Trabalho na busca por trabalho. A falta de experiência e oportunidades, juntamente com barreiras sociais, como racismo, dificulta o acesso ao trabalho com os direitos trabalhistas assegurados. É fundamental considerar essas questões ao planejar ações e estratégias para promover a inclusão de segmentos caracterizados pelas diversas formas de desigualdade que persistem socialmente.

Com o objetivo de obter as percepções dos entrevistados em relação à avaliação de suas ocupações atuais, suas expectativas e aspirações futuras, foram estimulados a avaliar a ocupação atual e descrever o sonho profissional e os requisitos necessários para alcançá-lo, bem como as expectativas em relação ao futuro profissional. Os relatos estão destacados a seguir:

*Completar os meus estudos e entrar numa área de emprego numa empresa boa e crescer junto com a empresa...Depois da gestação voltar ao mercado de trabalho. (Crisântemo, entrevistada em 08/08/2022)*

*Gostar acho que toda mulher não gosta, não gosto de ser dependente do meu marido...O que eu espero é me dedicar mais e estudar para alcançar o que eu sonhei desde pequena...Nossa, o meu sonho mesmo é ser cantora, mas pra chegar lá tem que estudar muito e se esforçar. (Narciso, entrevistada em 27/07/2022)*

*A gente quando tem uma escolaridade maior e mais oportunidades conseguimos alcançar mais...Ser enfermeira. É preciso mais oportunidade, estudo e muita força de vontade...Continuar me dedicando aos estudos, e ainda que uns anos atrasada eu vou conseguir chegar lá. (Flor de Lótus, entrevistada em 13/07/2022)*

*Eu me identifico com a área, mas também penso em outras áreas como vendas e autonomia... Tenho vontade de ser técnica de enfermagem...Tenho vontade de trabalhar pra mim mesma, ser autônoma, vender minhas coisinhas...Eu corro atrás dos meus objetivos, o que tiver na frente pra fazer eu faço. (Flor de Cerejeira, entrevistada em 21/07/2022)*

*Trabalhei em casa de família, de forma informal...Eu estou bem, só não estou trabalhando. Meu trabalho é bem feito, minha faxina é ótima...Ter um bom trabalho...Eu queria poder fazer vários (cursos), cursos de salgados. (Gerânio,entrevistada em 27/07/2022)*

*Meu sonho é trabalhar com um salário certo mesmo, com carteira assinada. Expectativas de melhorar a situação, de dar o melhor pros meus filhos. (Begônia, entrevistada em 05/08/2022)*

*Queria alcançar mais coisas...Tenho vontade de ter uma lojinha de doces...Preciso terminar meus estudos, arrumar um trabalho, juntar dinheiro pra abrir minha lojinha e fazer mais cursos. (Boca de Leão, entrevistada em 14/07/2022)*

*É correria, dar conta da casa terminar e tentar vender alguma coisa...Eu queria um trabalho de carteira assinada...Eu tenho vontade e sonhos de consertar as coisas, mas sem trabalhar a gente vai fazer o que? (Jasmim, entrevistada em 03/08/2022)*

*Quero ir pro mercado de trabalho...Nunca tive um sonho profissionalmente...Eu assim, tenho vontade de tomar curso de coisas de salão, algo que eu possa fazer em casa. (Amor-Perfeito, entrevistada em 17/08/2022)*

*Eu gosto mas gostaria de um emprego que me desse mais direitos que o trabalhador tem...Meu sonho é montar meu próprio negócio....As melhores né? Que eu consiga meus objetivos e consiga ajudar outras pessoas. (Camélia, entrevistada em 18/08/2022)*

*Hoje se eu achar uma coisa pra fazer eu faço. Hoje eu tô em casa não por opção mas por necessidade, porque eu não tenho um trabalho fora pra ir...Minha expectativa é me profissionalizar como cuidadora de idoso...Meu sonho eu espero um trabalho de carteira assinada. (Violeta, entrevistada em 05/08/2022)*

*Tem que gostar, né?Minha expectativa é um trabalho melhor para dar mais condições pra comprar o que a gente quer, trabalho e a melhor coisa, ser independente...Meu sonho é trabalhar de carteira assinada.(Hortênsia, entrevistada em 21/07/2022)*

*Eu sou uma guerreira, nota 10. Eu gostaria de ter oportunidade para entrar em outras empresas...De acordo com o que anda acontecendo no mundo as minhas expectativas são poucas...Meu sonho é trabalhar numa empresa que possa me respeitar .(Girassol, entrevistada em 20/07/2022)*

*Eu quero mudar, eu quero arrumar um emprego. Eu preciso ajudar ele (o esposo), são três filhos... Eu tenho, sempre tenho a expectativa de fazer algo...Eu tenho um sonho de trabalhar de enfermeira, fazer um curso de enfermagem.Preciso fazer o curso. (Orquídea,entrevistada em 22/08/2022)*

*Eu gosto porém eu queria me profissionalizar, ter uma formação, queria fazer gestão em relações públicas...Eu tenho, todas né? A gente tem sempre que ter as melhores expectativas ...Meu sonho é fazer minha faculdade de gestão, porém eu não tenho condições financeiras. (Rosa,entrevistada em 07/07/2022)*

*Minhas expectativas é terminar de construir a casa... Meu sonho é terminar os estudos, aprender mais. Queria entrar num curso para aprender a fazer um bocado de coisas...bolo, salgado. (Azaleia,entrevistada em 08/08/2022)*

*Eu tenho expectativas, fazer o curso de gastronomia do CEEP, continuar na área culinária, trabalhar para grandes restaurantes...Ter um sonho não me passou nada na mente. (Amarilis,entrevistada em 04/08/2022)*

*Pouca expectativa. Acho que pela minha geração, falta alguém de referência...Meu sonho, queria fazer medicina veterinária.(Peônia,entrevistada em 27/07/2022)*

*Eu realmente quero um trabalho, mas um trabalho mesmo...Trabalhar, tenho vontade de ser psicóloga....Eu quero trabalhar, construir uma casa, fazer meu sonho que é ser psicóloga. (Tulipa,entrevistada em 30/06/2022)*

*Tenho vontade de melhorar, de ter uma vida melhor, meu próprio dinheiro ...Meu sonho é aprender a fazer bolo, salgado, e botar uma coisa assim pra vender ... Sobre expectativas eu acho que sim (as coisas podem melhorar). (Margarida, entrevistada em 05/08/2022)*

*Sobre a minha ocupação, atualmente bom...Meu primeiro sonho é concluir os estudos, prestar o vestibular para enfermagem.Objetivo nos estudos, melhorar, melhorar a cada dia. Hoje o primeiro emprego é um estágio de dois anos, e pode ser contratada.Issso é uma expectativa minha.(Gérbera, entrevistada em 06/08/2022)*

*Gosto do que eu faço, me identifico demais. Meu sonho é um trabalho formal com atendimento ao público. Expectativas de melhorar muito, ter meu trabalho, minha renda. (Lavanda, entrevistada em 13/07/2022)*

*Eu tô trabalhando na feira porque não arranjei outra coisa ainda.So estou lá porque não consegui um trabalho fixo. Meu sonho profissional é ter um bom trabalho, que pelo menos eu receba um salário mínimo fechado, um lugar que seja bom, um lugar que você seja feliz, meu sonho é esse. Minha expectativa profissional eu queria trabalhar em uma obra grande, de ser ajudante de pedreiro, eu gostava muito de trabalhar como ajudante, aí eu comecei a pegar a manha da profissão, trabalhar em uma obra grande pegar uma coisa que estivesse no chão para construir, foi passando o tempo foi passando...e aí foi surgindo o que foi surgindo eu fui abraçando, especificamente hoje eu não tenho nenhum sonho pra trabalho o que pintar e o que for bom eu to aceitando.(Cravo, entrevistado em 27/07/2022)*

*Não estou satisfeita com minha ocupação atual...meu sonho, eu adoro saúde, gosto de cuidar e trabalhar com saúde, quero realizar com o que gosto com o público. Qualquer coisa na saúde...Minhas expectativas de trabalhar, parece que só é visto quem trabalha. Gosto de estar com pessoas e me senti útil. (Lírio, entrevistada em 20/07/2022)*

Conforme exposto acima, as falas dos entrevistados revelam suas avaliações sobre suas ocupações atuais, expectativas e sonhos futuros. A partir disso, é possível identificar alguns pontos importantes. Alguns entrevistados expressaram o desejo de concluir seus estudos e ingressar em uma empresa sólida, visando crescer junto com ela. Além disso, houve menção ao desejo de retornar ao mercado de trabalho após a gestação. Outro aspecto destacado foi a importância de não depender financeiramente do homem, a luta pela autonomia financeira das mulheres. Esses entrevistados manifestaram o objetivo de se dedicar mais aos estudos e alcançar as aspirações profissionais que possuem.

A percepção de que a escolaridade e as oportunidades influenciam nas possibilidades de crescimento profissional também foi mencionada por alguns entrevistados. Uma delas mencionou o desejo de se tornar enfermeira, ressaltando a importância de mais oportunidades, estudo e determinação. Outra entrevistada expressou o compromisso contínuo de se dedicar aos estudos, mesmo que com certo atraso, afirmando que alcançará seus objetivos.

Evidencia-se a diversificação de áreas de interesse, alguns manifestaram o desejo em realizar cursos relacionados a serviços de salão, que possam ser realizados em casa. Outros entrevistados enfatizaram a importância de um trabalho que ofereça direitos trabalhistas e a aspiração de montar seu próprio negócio, com o objetivo de ajudar outras pessoas. O respeito no ambiente de trabalho foi destacado como uma prioridade. Alguns entrevistados mencionaram sua identificação com uma área específica, mas também consideraram outras opções, como o empreendedorismo. Nesta perspectiva, Leite e Lindoso (2021) entende que o empreendedorismo é tratado como uma ideologia que busca glamourizar e ressignificar ocupações precárias, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Essa concepção está ligada à falta de oportunidades enfrentadas pela população mais pobre para obter trabalho assalariado e seus respectivos direitos.

Por sua vez, a meritocracia baseia-se na noção de que o sucesso individual depende exclusivamente do esforço pessoal, através da educação e da competição no mercado econômico. Essas reflexões sobre empreendedorismo, meritocracia e desigualdade social fornecem um contexto relevante para compreender os desejos e aspirações dos entrevistados mencionados, considerar os desafios estruturais enfrentados por indivíduos em busca de oportunidades e sucesso no mundo do trabalho.

A busca por estabilidade e segurança foi um tema recorrente. Alguns entrevistados expressaram o desejo de ter um emprego com carteira assinada, buscando um salário fixo para melhorar sua situação financeira e proporcionar melhores condições para seus filhos. No entanto, a seletividade do mercado de trabalho torna-se um obstáculo para que realizem esse sonho como foi demonstrado no capítulo 2. Os segmentos que atuam no trabalho informal, em sua maioria, não apresentaram mudanças significativas nas formas de trabalho pretéritas porque

realizaram formação profissional em programas públicos. Pelo contrário, Anjos (2012) pondera que os trabalhadores sem qualificação profissional e com baixa escolarização tendem a alimentar no imaginário direitos trabalhistas, como a carteira assinada, que estão muito distantes da sua realidade. A autora identificou esse sonho, inclusive, nos trabalhadores associados da economia solidária. Por sua vez, Kraychete (2021) reitera que o emprego regular assalariado não é uma opção realista para a maioria dos trabalhadores. Para ele, as ações do programa não buscam apenas a integração no mercado de trabalho assalariado ou a transformação de ex-assalariados em micro ou pequenos empresários. É necessário adotar uma abordagem prática que amplie a percepção das políticas de inclusão socioproductiva para além do emprego assalariado regular (KRAYCHETE, 2021).

Os relatos revelam uma diversidade de expectativas e aspirações profissionais entre os entrevistados. O desejo de crescimento, independência financeira, estabilidade, realização pessoal e contribuição para a sociedade são comuns a muitos deles. Essas informações podem fornecer insights valiosos para o aperfeiçoamento da política no sentido de atender às necessidades e aspirações dos segmentos mais vulneráveis.

Algumas observações sociológicas relevantes também podem ser feitas. As desigualdades sociais são evidentes, alguns indivíduos enfrentam dificuldades econômicas e têm menos oportunidades em comparação com outros. As barreiras estruturais, como as desigualdades de gênero e raça, revelam como fatores sociais e institucionais podem influenciar nas oportunidades e acesso a determinadas ocupações. O papel da educação é crucial, conforme mencionado por muitos participantes. Eles destacaram a importância de concluir os estudos, fazer cursos adicionais e obter qualificações para realizar seus sonhos profissionais. Portanto, ofertar cursos pontuais que não propiciam uma sólida formação profissional, como os que foram ofertados pelo ACESSUAS Trabalho em Jequié, têm possibilidade reduzida de modificar a trajetória dos beneficiários atendidos<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Além das dificuldades históricas de inserção profissional já largamente analisada, o município de Jequié enfrentou, no final de 2022, a pior enchente desde 1981. As fortes chuvas causaram transbordamento dos rios de Contas e Jequezinho, resultando em inundações na cidade e região. Mais de 30 mil pessoas foram afetadas diretamente ou indiretamente pelo evento. Essa situação agravou

Os Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal têm a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e monitorar a implementação do ACESSUAS Trabalho. Além de encaminhar os usuários para cursos de capacitação e melhoria de empregabilidade, o programa vai além dessa atividade. Ele reconhece o acesso ao emprego como um direito do usuário e cabe à Assistência Social identificar e atender as demandas, mobilizar e garantir direitos, além de representar a população em situação de vulnerabilidade e risco social (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2019).

Os usuários do ACESSUAS Trabalho não devem apenas ser encaminhados para cursos de qualificação e capacitação profissional, mas também devem se beneficiar de outras aquisições importantes. Isso inclui a emancipação, o empoderamento, o reconhecimento do trabalho como um direito, o reconhecimento de suas habilidades e potenciais, o desenvolvimento do protagonismo na busca por direitos e oportunidades relacionadas ao trabalho, o resgate da autoestima, autonomia e resiliência, e a melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento pessoal, das relações interpessoais, da inclusão social, da autodeterminação e do acesso a direitos.

Por fim, durante a entrevista, as pessoas entrevistadas tiveram a oportunidade de fazer comentários relevantes. Um relato foi escolhido para expressar justamente essas outras aquisições reconhecidas pelo programa.

*Em um desses cursos que tive falava sobre a família, eu aprendi, porque o esposo que eu tinha não prestava, tinha que largar para poder aprender, me ajudou muito nessa questão pessoal, pois eu apanhava muito, até no CRAS não conseguia ir para pedir ajuda para me separar e não conseguia e depois me libertei. (Gerânio, entrevistada em 27/07/2022).*

As iniciativas de inclusão produtiva têm como objetivo principal promover a inserção no mercado de trabalho formal por meio da qualificação profissional e da intermediação de mão de obra, no entanto, percebe-se, com o relato destacado, que os cursos suscitaram rupturas com a situação de dominação vivenciada por uma trabalhadora. A violência doméstica e a submissão feminina, fruto da lógica patriarcal,

---

ainda mais a situação econômica da cidade, afetando o emprego e a renda dos moradores. (IBAHIA.COM, 2022)

está muito distante de ser superada, por isso as formações não podem se restringir aos aspectos técnicos. As narrativas das entrevistadas sugerem que os cursos incorporam aspectos sociopolíticos que estimulam o enfrentamento das desigualdades e injustiças, em alguma medida.

### **4.3 Processo de monitoramento dos beneficiários**

O monitoramento do percurso consiste no acompanhamento dos usuários desde o momento em que participam da acolhida do ACESSUAS, durante sua participação nas oficinas e mesmo após o encaminhamento para oportunidades de inclusão produtiva, programas e serviços da rede socioassistencial ou outras políticas. A equipe do Programa Acessuas Trabalho deve monitorar o percurso do usuário de forma integrada aos serviços do SUAS, visando apoiar sua permanência nas ações do ACESSUAS Trabalho, seus parceiros e/ou no mercado de trabalho, por meio da construção de estratégias coletivas para superar as dificuldades encontradas pelos usuários (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2019).

Para o alcance dos resultados desejados, as equipes responsáveis deveriam planejar as ações a serem executadas e trabalhar em constante diálogo com as equipes da rede socioassistencial e outras instituições envolvidas no processo. O planejamento inclui a construção de um cronograma de reuniões, nas quais as equipes poderão trocar informações, tomar decisões, revisar iniciativas e avaliar resultados, envolvendo o usuário sempre que possível, principalmente em relação à sua trajetória no mundo do trabalho. Outra questão fundamental seria manter contato periódico com os usuários encaminhados, avaliando se conseguiram se manter no mundo do trabalho e auxiliando na construção de estratégias para superar as dificuldades que poderiam surgir durante o percurso.(CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2019).

A equipe deve manter um relatório atualizado das ações realizadas, auxiliando na execução das atividades, acompanhamento dos usuários, avaliação da eficácia e eficiência do programa no município, além de consolidar o histórico do programa. As ações de monitoramento incluem: acompanhar o ingresso do usuário no ACESSUAS; promover interlocução permanente entre as equipes; identificar se o usuários com deficiência beneficiárias do BPC contam com os apoios necessários para o

desempenho da atividade de trabalho; acompanhar o acesso, a permanência e o desempenho dos usuários nas atividades; acompanhar o ingresso, frequência, desempenho e conclusão dos cursos para os quais foram encaminhados; acompanhar o desenvolvimento dos adolescentes e jovens atuando no PRONATEC e no Programa de Aprendizagem.

Bem como promover articulação com as equipes visando à construção de estratégias coletivas para garantir a permanência desses usuários nas oportunidades; acompanhar a inserção do usuário no mercado de trabalho; realizar contatos mensais por variados meios de comunicação com os usuários encaminhados a oportunidades de inclusão produtiva para acompanhar as experiências vivenciadas; promover encontros mensais entre os usuários interessados em participar, para viabilizar a troca de experiências e acompanhar os percursos vivenciados; realizar encontros individuais com usuários que tiveram sua trajetória interrompida voluntária ou involuntariamente, para garantir suporte da rede socioassistencial; registrar informações de acompanhamento em sistema para as ações gerenciais; acompanhar bimestralmente o desenvolvimento das atividades previstas no plano individual de inclusão no mundo do trabalho.

A promoção do acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho tem na articulação a principal dimensão de suas ações. Essa dimensão envolve a integração entre os diferentes atores, tanto do setor público quanto do privado, no desenvolvimento das ações de inclusão no mercado de trabalho. É uma ação essencial e abrangente que perpassa todas as atividades da equipe. É necessário priorizar o diálogo entre as diversas políticas relacionadas à inclusão produtiva, a fim de estabelecer e coordenar demandas e informações, contribuindo para alcançar as famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. A articulação compreende a criação de espaços de comunicação e ação complementar entre os serviços da assistência social e outras políticas públicas envolvidas.

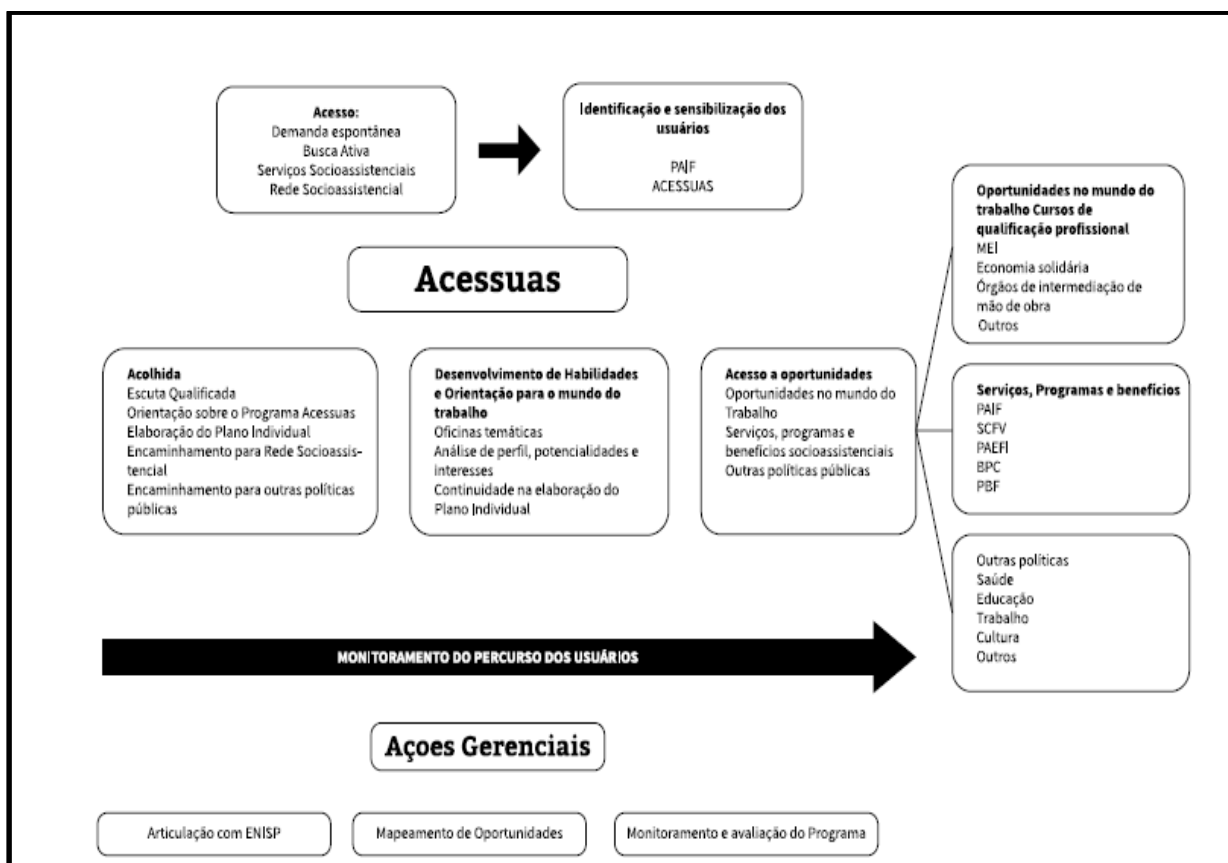
Portanto, é fundamental que a equipe esteja familiarizada com os programas, serviços e ações de outras políticas que atendem o mesmo público, a fim de potencializar os esforços. Além das capacitações, outras estratégias relevantes para a inclusão dos usuários, como ações nas áreas de saúde, cultura e educação, devem ser consideradas pela equipe do Acessuas. Os cursos profissionalizantes, as ações



de economia popular e solidária e de apoio ao microempreendedor individual ou coletivo, assim como a intermediação de mão de obra, fazem parte das políticas de educação e de trabalho e emprego. Torna-se, portanto, necessária a intensificação do diálogo com tais políticas, a fim de garantir a inserção e a permanência dos usuários da assistência social nas ações.

Da mesma forma, é crucial estabelecer um diálogo com os provedores de cursos para maximizar as chances de sucesso no processo de inclusão social e produtiva dos usuários da assistência social, sensibilizando as equipes envolvidas nas qualificações e promoção das ações de inclusão produtiva para as especificidades desse público. Destaca-se a importância da articulação intersetorial no território como uma ação coletiva e um objetivo a ser buscado desde o mapeamento de oportunidades e priorização da população em situação de vulnerabilidade, até a proposição de ações que auxiliem na manutenção dos usuários da assistência social nas oportunidades em que foram encaminhados, culminando na sua inserção no mercado de trabalho.

**Figura 25 - Fluxograma do Programa ACESSUAS Trabalho**



Fonte: Caderno de orientações - Acessuas Trabalho

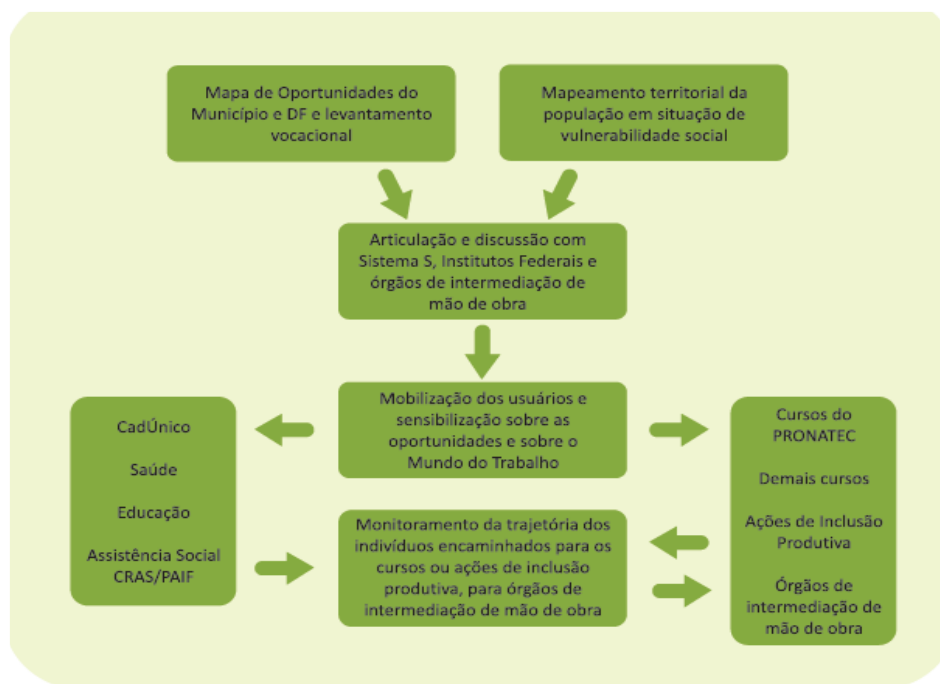
As ações do Acessuas Trabalho devem estar integradas à rede socioassistencial e coordenadas com a equipe do CRAS. A equipe deve trabalhar em conjunto com os demais serviços e programas do SUAS, identificando potenciais usuários a serem encaminhados para as ações do Acessuas e fornecendo o suporte dos serviços e programas da assistência social, quando necessário, para atender aos interesses, demandas e necessidades dos usuários e suas famílias.

Algumas etapas do Programa ACESSUAS não foram devidamente executadas, como o monitoramento insuficiente do percurso dos usuários em relação a outras políticas e ações gerenciais de articulação. Isso comprometeu significativamente a efetividade do programa e a capacidade de inserção e permanência dos usuários no mundo do trabalho. Um planejamento adequado, juntamente com um diálogo constante com as equipes da rede socioassistencial e outras instituições, deveria ter sido realizado. Além disso, era fundamental estabelecer contato periódico com os usuários encaminhados e promover encontros individuais para oferecer o suporte necessário. A falta de registros atualizados das ações, bem como a ausência de uma articulação efetiva com outras políticas públicas e de diálogo com provedores de cursos, contribuíram para a ineficiência do programa. A coordenação deveria ter trabalhado de forma mais integrada com os demais serviços e programas do SUAS, visando atender adequadamente às necessidades dos usuários e suas famílias. São necessárias melhorias substanciais na coordenação, no planejamento e no acompanhamento para resolver essas questões e garantir o sucesso do programa.

A figura 26 mostra o fluxo de atividades do programa que não foram asseguradas em todas as suas etapas. A garantia do cumprimento dessas atividades e a criação de estratégias coletivas para superar os desafios enfrentados pelos usuários

]

**Figura 26** - Fluxo de atuação do programa ACESSUAS Trabalho



**Fonte:** Orientações técnicas ACESSUAS (2019)

O Programa ACESSUAS apresentou falhas significativas em relação ao encaminhamento e monitoramento das atividades dos usuários. O processo de encaminhamento, crucial para a inclusão no mundo do trabalho, não foi efetivamente realizado. Além disso, o monitoramento da trajetória dos usuários também foi insuficiente, essas falhas comprometeram a efetividade do programa. É essencial um planejamento adequado, a articulação com outras políticas públicas, a disponibilização de informações claras sobre as oportunidades e a realização de um acompanhamento efetivo dos beneficiários.

#### 4.3.1 Encaminhamento e Monitoramento da Trajetória

O encaminhamento dos usuários para vagas em cursos de capacitação profissional no município está diretamente relacionado ao conhecimento do território, à articulação com políticas públicas e às ações de mobilização. Essa é a principal finalidade do ACESSUAS Trabalho, pois é por meio desse encaminhamento que os usuários podem ser incluídos nos cursos, no mercado de trabalho e na sociedade.

O eixo da mobilização tem como objetivo concretizar o encaminhamento, incluindo ações como o cadastro dos usuários no CadÚnico, caso ainda não estejam

cadastrados, direcionando-os para outras políticas públicas que possam ajudar a superar dificuldades de acesso ao programa e, por fim, encaminhando-os para órgãos de intermediação de mão de obra e outras instituições que promovam ações de inclusão produtiva.

O encaminhamento requer o conhecimento das oportunidades disponíveis no território, planejamento e a disponibilidade de espaço físico para a realização das atividades. As atividades de encaminhamento são: identificar famílias elegíveis para receber renda e encaminhá-las para inclusão no CadÚnico;encaminhar os usuários para acesso a cursos de formação e qualificação profissional; Facilitar o acesso dos usuários dos serviços socioassistenciais e participantes dos cursos do PRONATEC a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e de transferência de renda, quando necessário; e articular com a Secretaria Municipal de Trabalho ou o SINE o encaminhamento para ações de intermediação de mão de obra dos beneficiários do programa.

O monitoramento da trajetória dos usuários envolve o acompanhamento desde o acesso aos cursos de qualificação/profissionalização até a conclusão, fornecendo apoio socioassistencial quando necessário. Também inclui reuniões periódicas entre a equipe do Programa e as equipes dos órgãos parceiros, sejam eles governamentais ou não governamentais. É importante destacar que o monitoramento da trajetória vai além do acesso inicial ao curso e deve abranger o acesso aos cursos de formação e qualificação/profissionalização. As atividades de monitoramento da trajetória: acompanhar o ingresso, frequência e desempenho dos usuários nos cursos de qualificação profissional, registrando essas informações em relatórios periódicos (quinzenais ou mensais); acompanhar informações sobre a permanência e evasão dos usuários nos cursos; promover articulação com a equipe pedagógica dos ofertantes dos cursos para identificar os desafios enfrentados pelos usuários da Assistência Social e desenvolver estratégias coletivas para garantir a permanência desses usuários.

#### 4.3.2 Equipe Técnica do ACESSUAS Trabalho

A equipe de referência do Programa ACESSUAS Trabalho tem como funções principais a articulação, a mobilização, o encaminhamento e o acompanhamento do

público prioritário.

Cabe ao coordenador do programa: coordenar as ações do programa; planejar, em conjunto com os técnicos, as atividades que serão desenvolvidas; acompanhar os resultados das metas pactuadas pelo ente federado; registrar as informações no Sistema de Monitoramento do ACESSUAS Trabalho. Os profissionais de nível superior que podem compor a equipe são aqueles que possuem graduação em: serviço social, psicologia, pedagogia, antropologia, administração, economia doméstica, sociologia ou terapia ocupacional, conforme determina a NOB RH/SUAS e a Resolução CNAS nº 17/2011.

**Quadro 6** - Os profissionais entrevistados da rede socioassistencial do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié-BA.

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	CARGO	TEMPO NA INSTITUIÇÃO
01	Comunicação Social e Relações Públicas	Coordenadora do ACESSUAS	5 Anos
02	Psicologia	Gestor do SUAS	7 Anos
03	Letras	Administrativo	2 Anos incompletos

**Fonte:** Coleta direta de dados

Com o objetivo de obter as informações sobre o processo de execução do programa ACESSUAS Trabalho em Jequié, saber como foi a relação com os CRAS, bem como os parceiros do Sistema Nacional de Aprendizagem Profissional (Sistema S), entrevistamos 3 (três) gestores. Os relatos seguintes narram a experiência percebida por cada um.

*...foi um mergulho bastante gratificante na questão da área social, da vulnerabilidade das classes, dos grupos de minorias que eu tive contato e acima de tudo com a questão do crescimento humano, um Programa muito voltado para o ser humano, não só a sobrevivência dele, mas a gente através das oficinas a gente conseguiu penetrar em vários mundos e eu percebi que minha cidade além de ser uma cidade extremamente compacta no sentido da gente dividir em grupos, havia muitos subgrupos invisíveis para nós da sociedade então foi uma trilha de muito aprendizado, muito desenvolvimento e acima de tudo de muita esperança. ... adentrar nesse mundo do CRAS foi extremamente muito delicado mas quando as coordenadoras e todo o corpo técnico compreendeu qual era o programa qual era a função do programa e a que o programa se destinava aí a coisa fluiu com maior qualidade com menos dificuldade mas mesmo assim eu tinha que estar em estado de alerta a todo momento monitorando e a disposição delas para tirar determinadas*

*dúvidas e realmente orientando para que elas pudessem nos auxiliar e participarem de forma produtiva. (Angélica,entrevistada em 04/08/2022)*

*...ocorreu de uma forma através dos CRAS, a gente primeiramente procurou o público alvo: pessoas assistidas pelos CRAS, pelo cadastro único, pessoas em situação de vulnerabilidade social que era público prioritário do Programa e para a execução desse programa como nós não tínhamos no nosso corpo de profissionais específicos dessa área para capacitação profissional nós fizemos a contratação de uma empresa para poder ofertar esse serviço e contratou o pacote pronto de toda execução desse programa e aí nós executamos nos CRAS através dessa empresa que foi contratada para a execução do serviço... A relação foi boa, porque é um público que realmente precisa dessa inserção no mercado de trabalho...sem acesso ao mercado de trabalho que precisa realmente ter uma ferramenta a mais para poder ter acesso...Nós não fizemos uma relação direta com o sistema S, nos fizemos a execução das atividades através de uma empresa que nós contratamos através de um processo licitatório e nós fizemos em um segundo momento a parceria com o SINEBahia para poder fazer um segundo encaminhamento para essas pessoas em relação à inserção no mercado de trabalho. (Jacinto,entrevistado em 17/08/2022)*

*Bastante dinâmico, existia um processo interno que a gente ficava um mês e meio catalogando materiais de estudo e pesquisa, material de acesso e suporte aos candidatos, às pessoas que estavam envolvidas, e depois a execução aconteceu em basicamente uma semana, então a gente ficava três semanas ou quatro elaborando e uma semana praticando os minicursos...Nossa, sempre foi muito festiva,muito alegria eu lembro que eles enfeitaram o ambiente e colocaram tema, preparam lanches, então era como estar em casa. A parceria fluía...Esse contato quem fazia mais era a gestora, mas eu percebia pelas falas uma relação muito tranquila, muito ética, muito profissional, muito competente que agregava valores aos participantes. (Bromélia,entrevistado em 29/07/2022)*

Diante do exposto, os entrevistados descrevem o processo de execução do programa ACESSUAS como gratificante e enriquecedor, dinâmico envolvendo cerca de um mês e meio para catalogar materiais e uma semana para a realização dos minicursos, trazendo novidades em relação à qualificação profissional, mercado de trabalho e emprego, com impacto positivo na área social e na vulnerabilidade das classes. No entanto, é importante olhar criticamente para essas afirmações e questionar a real efetividade do programa.

A relação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) foi percebida como delicada devido às diferentes formas de gestão de cada coordenador. Foi necessário construir empatia e ter paciência para compreender as dificuldades de cada equipe e assistente social. No entanto, ao invés de abordar as dificuldades enfrentadas, apenas menciona a necessidade de construir empatia e ter paciência. Isso sugere uma falta de enfrentamento dos problemas e uma aceitação passiva das dificuldades encontradas. Acrescenta também que, ao longo do tempo, houve

progresso à medida que as coordenadoras e a equipe técnica compreenderam a função do programa, os CRAS decorou o ambiente proporcionando uma atmosfera acolhedora. O monitoramento e a disponibilidade para orientação foram considerados importantes, mas não há uma avaliação concreta sobre a qualidade desses aspectos.

A parceria com o SEBRAE, um dos órgãos do Sistema "S", destaca-se como competente e envolvida comunitariamente. Desejava-se contar com monitores capacitados tanto tecnicamente quanto em termos de compreensão do ser humano e psicologia. Ressaltou experiências positivas como da Profa. Jacqueline, que atuou como formadora, e da Professora Janara, parceiras do programa. Contrariamente ao que foi mencionado anteriormente, os nomes citados, foram contratados pela empresa para ministrar os cursos do programa, embora sejam credenciadas ao SEBRAE. A menção de experiências positivas com determinados profissionais não compensa a falta de uma avaliação mais abrangente e crítica da parceria como um todo. Além disso, é necessário esclarecer que esses profissionais são contratados pela empresa e não possuem uma parceria direta com o Sistema "S".

Além disso, devido à falta de profissionais especializados, uma empresa foi contratada para fornecer os serviços necessários na execução do programa, em colaboração com os CRAS. Essa empresa desempenhou um papel fundamental na realização das atividades, em vez de simplesmente servir como intermediária. Após a conclusão do programa, uma parceria foi estabelecida posteriormente com o SINEBahia para auxiliar nos encaminhamentos relacionados à inserção no mercado de trabalho.

Em resumo, é evidente que o programa ACESSUAS enfrenta uma série de desafios e limitações em sua execução. A falta de uma abordagem crítica e a ausência de avaliações mais abrangentes comprometem a efetividade do programa e a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários. É fundamental que haja um maior enfrentamento das dificuldades e uma busca por soluções mais eficientes e adequadas às necessidades dos beneficiários.

Os entrevistados emitiram sua avaliação sobre a participação das pessoas envolvidas e as experiências proporcionadas pelo Programa:

O programa ACESSUAS Trabalho tinha como objetivo capacitar profissionalmente as pessoas, mas surpreendentemente as oficinas proporcionaram um ambiente acolhedor onde as pessoas se sentiram à vontade para se expressar. As armaduras emocionais caíram por terra e os depoimentos revelaram o acerto na escolha dos monitores e na metodologia utilizada. Foi uma experiência de aprendizado e motivação, tanto para mim quanto para os participantes, além da capacitação técnica....Durante as oficinas, encontrei jovens surpreendentemente talentosos, como uma participante do CRAS do Alto da Bela Vista... com apenas 12 ou 13 anos, possuía um vasto conhecimento cultural, incluindo cultura grega e música...Essa experiência mostrou que há esperança para os jovens aprendizes e que devemos apoiá-los individualmente. Outra experiência marcante foi trabalhar com um grupo de mulheres donas de casa que eram frequentemente negligenciadas pelo poder público. Ao acolhê-las, percebemos que estavam esquecidas, até mesmo dentro de suas próprias casas. No final das oficinas, muitas delas choravam, e foi gratificante aconselhá-las e vê-las com um novo desejo de mudança e crescimento pessoal. (Angélica,entrevistada em 04/08/2022)

O contato que eu tinha com a equipe era que o pessoal tinha uma boa adesão, algumas dificuldades em relação ao transporte, por se tratar de pessoas de baixa renda, alguma dificuldades de adesão mas a resposta foi positiva em relação a aceitação do trabalho...foi um programa pontual, ele existiu em uma determinada gestão federal que destinou o recurso para o município executar esse programa, o município executou,...não veio mais recurso para execução, eu considero um programa de extrema relevância porque a gente sabe que a assistência social não é só assistencialismo, a gente não deve só dar cesta básica, fazer transferência de renda,conceder auxílios benefícios eventuais, mas a gente precisa dar ferramentas para que as pessoas tenham autonomia para que as pessoas tenham acesso a rede para que as pessoas tenham uma vida digna...um programa importantíssimo e que deveria se tornar um programa permanente do SUAS em território nacional e não uma coisa assim... um programa temporário como foi... foi a primeira vez que nós executamos, então toda a primeira vez tem o aprendizado, tem aquela coisa de estar experimentando, então veio a pandemia e teve essa interrupção que acabou atrapalhando bastante na sequência do programa.(Jacinto,entrevistado em 27/08/2022)

Devido à baixa escolaridade em muitos casos, havia uma dificuldade em compreender a importância do projeto, pois ele é focado no conhecimento, algo abstrato. No entanto, os candidatos e participantes se envolviam plenamente no projeto, superando suas limitações, e raramente havia falta de engajamento... Lembro-me de algumas garotas que, por enfrentarem situações de vulnerabilidade, tiveram a valorização da estética destacada, assim como a valorização da pessoa e da organização. Vários palestrantes cuidavam dos detalhes pessoais, pois sabiam que o indivíduo não é apenas conhecimento, mas também estética, informação e higiene...é extremamente importante, pois busca proporcionar um trabalho de qualidade mais humano e inteligente. Ele faz com que as pessoas percebam seus direitos, deveres e seu papel na sociedade. Além disso, o programa instrumentaliza o indivíduo, permitindo que o Estado chegue até ele de forma inteligente e rica em recursos. Considero o projeto muito inteligente e valioso. (Bromélia,entrevistado em 29/07/2022)

Com base nas falas dos entrevistados, as pessoas envolvidas no programa ACESSUAS Trabalho se sentiram à vontade e revelaram-se durante as oficinas,



proporcionando momentos de aprendizado e motivação. As armaduras emocionais foram deixadas de lado, e depoimentos e testemunhos demonstraram a eficácia da metodologia e dos monitores escolhidos. Uma beneficiária relatou que a oficina não só contribuiu para seu desenvolvimento profissional, mas também a motivou a sair de um relacionamento abusivo, graças às conversas e interações com outras pessoas participantes do programa.

O programa abrangeu mais do que apenas a parte técnica, abordando questões sociológicas e subjetivas dos participantes, não se restringindo a mobilizar e encaminhar candidatos a cursos de qualificação, englobando primeiramente, o reconhecimento de que a obtenção de emprego é um direito do beneficiário e que é responsabilidade da Assistência Social identificar e acolher necessidades, mobilizar e assegurar direitos e ser porta-voz da população em condições de vulnerabilidade e risco social. Relataram experiências marcantes, como uma jovem com vasto conhecimento cultural e uma turma de mulheres donas de casa que encontraram apoio e motivação para transformar suas vidas. As experiências do programa ACESSUAS enfatizou a importância da esperança, do crescimento pessoal e da capacidade humana de evoluir e seguir em frente, mesmo diante de condições adversas.

Outro ponto abordado, foi a boa adesão por parte da equipe, embora tenham sido mencionadas algumas dificuldades relacionadas ao transporte e à adesão das pessoas de baixa renda. O entrevistado não pôde relatar experiências proporcionadas pelo programa, pois não teve contato direto com os beneficiários. No entanto, ele teve contato com a equipe técnica e considera o programa extremamente importante e relevante. Ele destaca a necessidade de estimulá-lo e disponibilizá-lo de forma mais ampla, pois acredita que a assistência social vai além do assistencialismo. O entrevistado ressalta a importância de fornecer ferramentas para que as pessoas tenham autonomia e uma vida digna, enfatizando que o programa deveria ser permanente em todo o território nacional. Infelizmente, a pandemia interrompeu a execução do programa, afetando sua continuidade e prejudicando o aprendizado e a sequência das etapas.

Outro entrevistado reconhece a importância do projeto e destaca o engajamento da equipe, mesmo diante das dificuldades. Sua visão é de que o

programa deve ser permanente, indicando a necessidade de continuidade e ampliação do acesso. Em geral, os entrevistados demonstram uma perspectiva positiva em relação ao programa e acreditam em seu potencial de transformação social.

Quando aos entrevistados foram perguntados se seria possível comparar o Programa Acessuas Trabalho com outro programa relacionado à Assistência Social. A seguir as principais respostas:

*...eu não participei de outros programas da área social, ele se parece muito, se parece não, ele pode ser confundido com a questão da Assistência no sentido de profissionalizar pessoas, mas que quando a gente sentava para averiguar como eu tive uma reunião com todos os coordenadores que antes de iniciar o ACESSUAS eu fiz uma apresentação teórica para todos os gestores da secretaria e todos os coordenadores para que não houvesse, que eles não confundisse o ACESSUAS com a questão do profissionalismo técnico, nesta questão sim. Eu acho que se assemelha, mas que na execução do programa e na participação dos usuários eles percebiam o próprio técnico da Secretaria que eram programas que poderiam caminhar juntos porque eram complementares, mas que não havia uma semelhança total não, não faço esse paralelo. (Angélica, entrevistada em 04/08/2022)*

*...em termos realmente do SUAS, não existe nenhum outro programa criado em tipificação de serviços, agora no município de Jequié-BA, atualmente e na época nós tínhamos alguns cursos ofertados pela Central de Cursos pertencentes a Secretaria, cursos contratados pelo SENAI, cursos de eletricitista, pintor, de confeitaria, na área de alimentos e na área de construção civil, cursos para proporcionar a inserção no mercado de trabalho das pessoas que eram cursos específicos....nessa época da execução do ACESSUAS ainda não era um programa, hoje aprimoramos esses cursos e tornamos em um programa com cursos específicos durante todo o ano de 2021 e 2022, nós executamos especificamente para os residentes em habitacionais Minha Casa, Minha Vida, onde estão os públicos realmente de baixa renda, pessoas que têm dificuldade ao acesso ao mercado de trabalho e é um programa que tem um leque imenso de cursos com esse objetivo. (Jacinto, entrevistado em 27/08/2022)*

*... me lembro que o projeto acontecia na central de cursos, que oferecia um projeto equivalente, que prepara o profissional em várias atividades, culinária, limpeza, organização. Então há uma paridade com certeza com a central de cursos. Claro que com detalhes de cada pasta, porém ambos têm muita afinidade. (Bromélia, entrevistado em 29/07/2022)*

O Programa Acessuas Trabalho não pode ser comparado a outros programas de assistência social em termos de profissionalismo técnico. Além do Acessuas Trabalho, em Jequié-BA, existem cursos oferecidos pela Central de Cursos, contratados pelo SENAI, para promover a inserção no mercado de trabalho. Os

recursos destacaram a paridade entre o Acessuas Trabalho e a Central de Cursos, ressaltando sua importância na formação de profissionais em diversas áreas. Eles enfatizaram a proteção do programa em capacitar e inserir as pessoas no mercado de trabalho, além de apoiar o empreendedorismo e a abertura de microempresas. Essas respostas evidenciam a abrangência do programa e seu impacto na empregabilidade e autonomia dos beneficiários.

Quanto ao número exato de pessoas que participaram efetivamente das ações de Inclusão Produtiva, englobando qualificação profissional, intermediação de mão de obra, apoio ao microempreendedor individual, economia solidária, entre outras atividades, os gestores relatam:

*...nós temos no arquivo da nossa secretaria de forma documental, mas o município de Jequié ao assinar o termo com o ACESSUAS a meta pactuada foram de 100 usuários, nós conseguimos 97, sendo que dois não preenchiam o mínimo da idade que era de 14 anos...todos esses dados estão também lançados no SIS ACESSUAS que é um sistema de monitoramento do governo federal. (Angélica, entrevistada em 04/08/2022)*

*...não tenho esses números para passar para vocês nesse momento, mas temos no banco de dados da Secretaria, também temos o programa o sistema do ACESSUAS que foram inseridas todas essas informações, é um sistema a nível nacional que foram registradas todas as informações do processos do ACESSUAS Trabalho. (Jacinto, entrevistado em 27/08/2022)*

*Esses dados quem detém é a coordenadora do curso. (Bromélia, entrevistado em 29/07/2022)*

Embora os profissionais tenham atribuído a nota máxima 5 (cinco) para a percepção da execução do programa, sugerindo eficiência e bom trabalho da equipe, é necessário considerar que não foram fornecidas informações adicionais sobre a metodologia empregada nos cursos de capacitação. Portanto, uma análise específica desse aspecto não é possível. Quanto à percepção do aprendizado, os profissionais deram uma nota 4 (quatro) indicando uma percepção "Bom" sobre o conhecimento adquirido. Isso sugere que os profissionais reconhecem que estão obtendo conhecimento e aprendendo por meio dos cursos de capacitação do Programa ACESSUAS Trabalho.

Em conclusão, embora os profissionais da rede socioassistencial tenham avaliado positivamente a equipe do Programa ACESSUAS Trabalho e demonstrado

uma percepção positiva em relação ao aprendizado proporcionado pelo programa, é importante considerar os números limitados de planos completos de inclusão encontrados e as fichas de acompanhamento pendentes. Além disso, a falta de informações detalhadas sobre a metodologia dos cursos de capacitação impede uma análise mais precisa nesse aspecto.

Sobre os problemas enfrentados, os mais citados pelos gestores foram: a percepção dos usuários sobre a assistência social, principalmente em relação ao Bolsa Família, revela uma mentalidade voltada para os benefícios sociais e gera preocupação em relação à possibilidade de perdê-los. Essa preocupação contribui para a baixa motivação individual dos participantes, dificultando a conclusão das oficinas e a adesão aos programas que visam à autonomia. Além disso, a baixa escolaridade e autoestima dos participantes também influenciam negativamente sua participação. Adicionalmente, as dificuldades de deslocamento para participar das atividades representam um desafio adicional. Essa visão distorcida da assistência social compromete a compreensão dos direitos sociais e a autonomia dos usuários, reforçando a necessidade de fortalecer o reconhecimento e a valorização desses direitos, para que os beneficiários possam se sentir amparados e encorajados a buscar seu pleno desenvolvimento.

Segundo Sposati (2011), é fundamental superar a visão assistencialista que prevalece no senso comum, em que a assistência social é vista como uma prática de caridade e solidariedade, desprovida de embasamento técnico e científico. No entanto, é crucial compreender que as políticas sociais não devem se limitar a paliativos à pobreza, oferecendo apenas atenções de segunda categoria. Elas devem ir além e incorporar as demandas de direitos humanos e sociais, considerando a perspectiva de gênero, ciclo de vida, diversidade étnica e cultural, necessidades especiais, entre outras.

Quanto às sugestões para o aperfeiçoamento do programa, destacaram: implementar o programa ACESSUAS nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de forma contínua e diária, não apenas como módulos isolados; ter profissionais dedicados nos CRAS para sensibilizar os usuários sobre o mercado de trabalho e o crescimento profissional; realizar uma capacitação do governo federal para os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) entenderem

melhor o programa e a sua ideia; estabelecer uma parceria mais intensa com a central de cursos, visando o reaproveitamento de projetos e um alinhamento técnico e legal.

As sugestões mencionadas não abordam adequadamente as opções de trabalho para segmentos vulneráveis e com baixa qualificação, focando principalmente no mercado de trabalho convencional. Além disso, não foi oferecida nenhuma formação relacionada à economia solidária, mesmo havendo interesse por parte de várias mulheres em atividades como produção de salgados e artesanato. Por isso, é crucial que os gestores se familiarizem mais profundamente com as oportunidades de inserção profissional no município, especialmente para esses grupos vulneráveis e com baixa qualificação.

Além disso, os gestores devem buscar sua própria capacitação para compreender como as questões de raça e gênero se interligam e podem prejudicar as mulheres, principalmente as mulheres negras. Isso envolve o reconhecimento e abordagem das desigualdades e barreiras específicas enfrentadas por esses grupos, além da adoção de estratégias que promovam a igualdade de oportunidades.

Em suma, é necessário uma abordagem mais inclusiva e abrangente no programa, levando em consideração as alternativas de trabalho para os grupos vulneráveis e com baixa qualificação, e também considerando as questões de raça e gênero para garantir a equidade de oportunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de assistência social estão alinhadas com a concepção do trabalho como um direito social, buscando promover igualdade, dignidade e bem-estar dos cidadãos, garantindo condições adequadas para o pleno exercício de seus direitos. O trabalho é reconhecido como um direito fundamental e desempenha um papel crucial na redução da pobreza e na promoção da inclusão social.

Essas políticas têm evoluído para atender às demandas de uma sociedade em constante transformação. Uma visão contemporânea considera o trabalho não apenas como uma fonte de sustento econômico, mas também como um meio de empoderamento individual e de construção coletiva. Nessa perspectiva, o trabalho como direito social é respaldado por diversos instrumentos legais e constitucionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal. Além da remuneração, o trabalho engloba aspectos como segurança e saúde ocupacional, jornada de trabalho adequada, proteção contra demissão arbitrária, formação profissional e acesso a benefícios sociais.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar, em que medida o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho no Município de Jequié/BA promoveu a efetiva inserção ocupacional de segmentos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, a pesquisa realizada sobre o programa revelou algumas limitações, verificou-se a ausência de indicadores claros de acompanhamento e avaliação para garantir a efetividade, o que impactou negativamente a sua execução. Constatou-se também uma articulação limitada com outras políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a educação, trabalho, desenvolvimento social e saúde. A colaboração entre diferentes políticas públicas é essencial para abordar de forma abrangente as necessidades dos beneficiários.

As estatísticas indicam que a maioria dos atendidos é composta por mulheres, indivíduos negros ou pardos e trabalhadores com baixa qualificação. Esses trabalhadores vulneráveis estão principalmente em setores historicamente excluídos, envolvidos em ocupações informais. Portanto, é crucial adaptar o programa para atender às necessidades específicas de cada grupo, considerando questões de gênero, raça, etnia e outras formas de diversidade em todas as fases, desde a concepção até a avaliação. Isso é fundamental para garantir uma abordagem inclusiva

e eficaz, uma vez que essas características afetam as trajetórias e desafios enfrentados pelos beneficiários.

Kraychete(2021) ressalta a importância de combater as desigualdades existentes no mundo do trabalho por meio de políticas afirmativas e medidas de inclusão. Isso implica em oferecer oportunidades equitativas, combater a discriminação e promover a igualdade de gênero, raça e condição social. Além disso, é necessário implementar ações específicas voltadas para grupos em situação de maior vulnerabilidade, como pessoas com deficiência, jovens, mulheres chefes de família, entre outros.

Pensar em uma abordagem heterogênea e inclusiva nos programas sociais de emprego e renda contribui não apenas para aumentar sua efetividade, mas também para promover a justiça social e reduzir as desigualdades. Ao reconhecer as particularidades e necessidades específicas de cada indivíduo, é possível oferecer oportunidades mais significativas, capacitação mais adequada e condições mais favoráveis para que todos possam acessar e se beneficiar dos programas sociais.

Nesse cenário, destaca-se a falta de interação dos temas das oficinas dos programas sociais com o mundo do trabalho, problema apontado por Gabriel Kraychete (2021) como tendo impactos pouco significativos na vida dos participantes. Ele ressalta a importância dessa interação para promover autonomia, inclusão e superação da pobreza, além de construir trajetórias profissionais mais sustentáveis.

Na pesquisa, destacou-se a falta de conexão entre os programas sociais e o mundo do trabalho, o que pode resultar em uma dependência excessiva dos benefícios assistenciais. Isso impede o desenvolvimento de habilidades e competências dos participantes, limitando suas perspectivas de inserção e progresso no mundo do trabalho. É necessário oferecer oportunidades de qualificação profissional, capacitação e acesso a programas de emprego e renda para promover a independência econômica e valorizar o trabalho como meio de realização pessoal e social.

Nesse sentido, foi possível constatar que os participantes do programa perceberam não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos subjetivos e pessoais da falta de interação entre os programas sociais e o mundo do

trabalho. A ausência de oportunidades de trabalho pode gerar sentimentos de desvalorização, exclusão e baixa autoestima dos participantes. A realização pessoal, o senso de propósito e a dignidade estão frequentemente associados ao trabalho, e a falta dessa conexão pode comprometer o bem-estar e a qualidade de vida dos beneficiários.

A pesquisa demonstrou que o processo de monitoramento dos beneficiários encaminhados pelo Programa ACESSUAS Trabalho, embora não tenham sido fornecidos detalhes específicos sobre os resultados dessa análise, não apresentou informações concretas sobre o acompanhamento sistemático dos beneficiários. A falta de informações detalhadas sobre o processo de monitoramento compromete a compreensão de como o programa foi acompanhado e avaliado em relação aos seus resultados. Isso limita a compreensão do impacto do programa e dificulta a análise de sua efetividade em promover a inserção ocupacional dos segmentos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Da mesma forma, a invisibilidade dos programas sociais e seus impactos, bem como a importância do empreendedorismo associativo como uma alternativa, são aspectos que merecem detalhes. Os programas sociais são essenciais para promover inclusão e justiça social, porém, a falta de visibilidade compromete sua efetividade e o reconhecimento dos direitos dos beneficiários. No que diz respeito ao empreendedorismo associativo ao trabalharem em conjunto, os beneficiários podem combinar habilidades complementares, compartilhar custos e acessar recursos e mercados de forma mais competitiva. Além disso, o empreendedorismo associativo promove a construção de redes sociais e a solidariedade entre os membros, fortalecendo os laços comunitários e a inclusão social.

No contexto dos programas de emprego e renda, a pesquisa busca destacar sua capacidade de promover mudanças socioeconômicas significativas. Esses programas visam oferecer acesso a trabalho digno e remunerado, contribuindo para o sustento e o bem-estar das pessoas. Eles melhoram a condição socioeconômica dos participantes, fortalecem a autonomia individual, oferecem oportunidades de capacitação e formação profissional, promovem a inclusão social e reduzem as desigualdades. Além disso, o fortalecimento econômico e social dos indivíduos estimula o empreendedorismo local e o desenvolvimento sustentável das



comunidades.

Para concluir, esta pesquisa acadêmica visa ampliar a visibilidade dos beneficiários do Programa ACESSUAS Trabalho em Jequié, Bahia. Ela também busca promover ações eficazes para fortalecer a participação social, incluindo comunicação efetiva, envolvimento da sociedade civil, articulação política e monitoramento transparente. O objetivo é combater a invisibilidade e promover o reconhecimento dos programas sociais como elementos essenciais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esta dissertação pode ser utilizada como um subsídio para que os atuais gestores avaliem o programa e promovam ações para seu aperfeiçoamento, se julgarem pertinentes. Pretende-se compartilhá-la com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a Prefeitura Municipal de Jequié e outras entidades envolvidas no desenvolvimento de programas e ações voltados para o mundo do trabalho. O objetivo é dar visibilidade, o impacto e o reconhecimento dos programas sociais, promovendo o empreendedorismo associativo como uma alternativa ao empreendedorismo individual nos programas sociais.

## REFERÊNCIAS

- AAKER, David; KUMAR, Viswanathan; DAY, George. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 de abril de 2023.
- ABRAMOVAY, Ricardo (Org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2004.
- AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social**: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. p.63-82. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- AIRES, F. K. M. V. B.; GUIMARÃES, S. J. **Fatos e protagonistas no processo de concepção da participação social no Brasil**. SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 1, n. 1, 2016, p. 138-151. Disponível em: <[https://sinespp.ufpi.br/anais\\_old.php?evento=0](https://sinespp.ufpi.br/anais_old.php?evento=0)>. Acesso em: 10 de julho de 2023.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-Neoliberalismo**: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANJOS, Eliene Gomes dos. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho**: um estudo a partir da economia solidária. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012 Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4076/Eliene%20Gomes%20dos%20Anjos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 de julho de 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. *In*: BID. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 39, 1995. p.3-40. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/161>>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.
- BAHIA. Governo da Bahia. **Taxa de desemprego recuou mais entre as mulheres do que entre os homens na Bahia em 2022**. 7 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.bahia.ba.gov.br/2023/03/noticias/economia/taxa-de-desemprego>>

recuou-mais-entre-as-mulheres-do-que-entre-os-homens-na-bahia-em-2022/>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundamentos de política social**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10, 2006.

\_\_\_\_\_, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, p. 301-322, 2009. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamento e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BOAVA, Douglas; MACEDO, Fernanda. **Sentido axiológico do empreendedorismo**. Anais do 33º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo/SP, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/368614853/BOAVA-MACEDO-Sentido-Axiologico-Do-Empreendedorismo>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 11 de março de 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2005. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO**. Caderno de Orientações Técnicas. 2022. Disponível em: <[https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/Caderno\\_Orientacoes\\_Tecnicas\\_Acessuas\\_Trabalho\\_2022.pdf](https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/Caderno_Orientacoes_Tecnicas_Acessuas_Trabalho_2022.pdf)>. Acesso em: 12 de abril de 2023.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **A economia informal 20 anos depois**. Indicadores Econômicos FEE, v. 21, n. 4, p. 217-232, 1994. Disponível em: <<file:///E:/Downloads/626-2701-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

\_\_\_\_\_, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e sociedade, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000. Disponível em: <file:///E:/Downloads/cm rodrigues,+06-Cacciamali.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2023.

CARMO, Luana Jéssica Oliveira; ASSIS, Lilian Bampirra; GOMES JÚNIOR, Admardo Bonifácio; TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda. **O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal**. Fundação Getúlio Vargas: Cadernos EBAPE. BR, v. 19, p. 18-31, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/HY7NpJpmW6vh6sKX3YdCrSd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CORAGGIO, José Luis. **De la emergência a la estratégia**. *Más allá del “alivio de la pobreza”*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, 10(1), 171-188, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2022.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias**. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_01/rbcs01\\_07.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_07.htm). Acesso em: 23 abr. 2023.

EMPRESAS AQUI. **Listas de empresas em Jequié, BA**: abertas recentemente, maiores empresas, por segmento (CNAE), indústrias, com dívidas e mais. Disponível em: <<https://www.empresaquei.com.br/listas-de-empresas/BA/JEQUIE>>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

FARIA, José Henrique; KREMER, Antônio. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. **Revista Eletrônica de Administração**, n. 10, v. 5, 2004, p. 1-26. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417392005.pdf>>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

FILGUEIRAS, Vitor; Cavalcante, Sávio. **O trabalho no século XXI e o novo adeus**

à **classe trabalhadora**. *Princípios*, v. 39, n. 159, 2020, p. 11-41. Disponível em: <<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/19>>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo (orgs.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FRANZONI, J. M. Regímenes de bienestar en América Latina: consideraciones generales e itinerários regionales. **Revista Centro-Americano de Ciências Sociais**, v. II, n.2, 2005, p. 41-77. Disponível em: <<http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/regimenes-de-bienestar-en-america-latina-consideraciones-generales-e-itinerarios-regionales.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

GAIGER, L. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. *In*: KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, v. 22, 2009, p. 563-580. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6BmTfHkG5tRLH9DSM7hhB9L/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

GAIGER, Luiz (Org.); LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária. *In*: GAIGER, Luiz et al. (Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p.162-168. Disponível em: <<https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GUTIERRES, Kellen Alves. **Trajetória da assistência social como direito e o futuro incerto do Sistema Único da Assistência Social**. Perseu: História, Memória e Política, v. 13, p. 85-107, 2017. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/124/92>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: O Breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOSELITZ, Bert F. **The early history of entrepreneurial theory**. *Explorations in Economic History*, v. 3, n. 4, p. 193-220, 1951. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/257261042/Bert-Hoselitz-1951-Early-History-of-Entrepreneurial-Theory>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico/metodológica. São Paulo: Cortez/CELATS, 10ª edição, 1995.

IBAHIA. **Chuvas da Bahia**: Jequié tem a pior enchente desde 1981. Redação iBahia. 26 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.ibahia.com/bahia/chuvas-da-bahia-jequie-tem-pior-enchente-desde-1981>>. Acesso em: 17 de junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Jequié**. 2021 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/historico>>. Acesso em: maio. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 22 de fevereiro de 2022**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2023.

JEQUIÉ NOTÍCIAS. **A Cidade de Jequié**. Disponível em: <https://www.jequienoticias.com.br/cidade/>. Acesso em dezembro de 2022.

JORDÃO, Ana Paula Ferreira; STAMPA, Inez. **Precarização no “mundo do trabalho”**: a experiência dos ambulantes dos trens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. N. 34. Rio de Janeiro: O Social em Questão, 2015, p. 315-338. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256666016>>. Acesso em: 24 de março de 2023.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares**: o trabalho para além da norma salarial. São Leopoldo: Oikos, 2021.

LEITE, C.H. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LEITE, B.; LINDÔSO, D. Microempreendedor Individual: Uma Análise Crítica do Regime. In J. C. Amaral Jr., A. R. Bichara, D. Lindôso, & C. F. Silveira (Orgs.), **Aspectos Controvertidos do Direito Empresarial**. 2021, p. 151-174. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/33>>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

LINHARES, Maria Isabel Silva Bezerra; ORLANDA, Francisco Carlos Justino de. **“Não se deve dar o peixe, deve-se ensinar a pescar”**: as vias de acesso ao mundo do trabalho sob a ótica dos profissionais do ACESSUAS TRABALHO do município de Sobral-Ceará. v. 15, ed. 1. Revista Emancipação, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/7392/5163>>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

MALAGUTTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MANN, Geoff. ***In the long run we are all dead – Keynesianism, political***

**economy, and revolution.** Londres: Verso, 2017.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes; DUARTE, Francisco Ricardo; CARVALHO, Luis Osete Ribeiro; SOUZA, Tito Eugênio Santos. **Metodologia científica:** teoria e aplicação na educação a distância. Universidade Federal do Vale do São Francisco: Petrolina/PE, 2019. Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-publica-livro-digital-sobre-metodologia-cientifica-voltada-para-educacao-a-distancia/livro-de-metodologia-cientifica.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MOREIRA, Alice dos Santos. **A política de assistência social e suas condicionalidades para mulheres.** 2020. Monografia (Curso de Serviço Social), 62 f. Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal Santa Maria - Rio Grande do Sul: Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25838>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo.** Revista Psicologia Social, n. 19, 2007, p. 14-20. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/SY4RYTzwXbVQ9YGrgjx8PSK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014

\_\_\_\_\_, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, T.; Santos, S. **Formalização do trabalho e seus reflexos na qualidade de vida dos microempreendedores individuais.** Administração Pública e Gestão Social, 11(4), 2019, p. 1-14.

PAIVA, L. T.; CABRAL FILHO, A. V. **A Política Social para além da Seguridade Social.** SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2016, Teresina. Anais... Teresina: UFPI, 2016. v. 1. p. 114-126. In: DOS SANTOS, Douglas Alves. A luta pela política de assistência social no Brasil. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20055>>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

PERANI, Claudio. **Notas sobre educação popular.** Cadernos do CEAS, n. 106, 1989, p. 74-81. Disponível em: <[https://theo.kuleuven.be/en/research/centres/centr\\_lib/perani/1986-claudio-perani-notas-sobre-educacao-popular.pdf](https://theo.kuleuven.be/en/research/centres/centr_lib/perani/1986-claudio-perani-notas-sobre-educacao-popular.pdf)>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

POZZEBON, Marlei; FREITAS, Henrique M. R. De. **Pela aplicabilidade – com um maior Rigor Científico – dos Estudos de Caso em Sistemas de Informação.** RAC, v. 2, n. 2, 1998, p. 143-170. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/RKZp9dSG7c9f9VhpxTFvxpn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIVERO, Patricia S. **Trabalho: opção ou necessidade?** Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. 5. ed. Aracaju: Unit, 2014.

ROMERO, L. A. *Los sectores populares urbanos como sujetos históricos*. **Última Década**. n. 007, Centro de Investigación e Difusión Poblacional de Achupallas, Vina del Mar, 1997. Disponível em: [http://www.facso.uchile.cl/psicologia/epe/\\_documentos/getep/luis\\_romero\\_sectores\\_populares\\_urbanos.pdf](http://www.facso.uchile.cl/psicologia/epe/_documentos/getep/luis_romero_sectores_populares_urbanos.pdf). Acesso em: 02 jun. 2023.

SANTANA, E. P.; SILVA, J.A.S ; SILVA, V. S. Histórico da Política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHO, POLITICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 1., 2013, Maceió. **Anais...** Tema: Serviço Social em tempos de barbárie, Maceió, 2013. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/historicodapoliticaeassistenciasocial.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

SANTOS, Elisabete Pereira dos. Política social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 140-143. Disponível em: <<https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/3056>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Recife: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

\_\_\_\_\_, Milton. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SENADO NOTICIAS, SISTEMA S. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

SENNETT, R. **O artifice**. São Paulo: Record, 2008.

SOUSA, Burnier Sales de; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; PAIVA, Ilana Lemos de; LIMA, Felipe Coelho de; GURGEL, Melanie Moura Medina. **A implementação do ACESSUAS TRABALHO na Região Metropolitana de Natal/RN**: entre limites e possibilidades. VIII Jornada internacional de políticas públicas - Universidade



Federal do Maranhão, 2017. Disponível em:  
<[https://www.researchgate.net/publication/322234558\\_A\\_IMPLEMENTACAO\\_DO\\_ACESSUAS\\_TRABALHO\\_NA\\_REGIAO\\_METROPOLINA\\_DE\\_NATALRN\\_entre\\_limites\\_e\\_possibilidades\\_Burnier\\_Sales\\_de\\_Sousa\\_1](https://www.researchgate.net/publication/322234558_A_IMPLEMENTACAO_DO_ACESSUAS_TRABALHO_NA_REGIAO_METROPOLINA_DE_NATALRN_entre_limites_e_possibilidades_Burnier_Sales_de_Sousa_1)>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC, n. 10, p. 435-458, jul./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza\\_Sposati.pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf)>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

\_\_\_\_\_, Aldaíza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/gSVtvRvWHTzpzPRLdqhh59c/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

TORRES, Rayssa Crystyna Galvão. **Aprender para desenvolver**: uma proposta de intervenção para o Programa de Qualificação Profissional Acessuas Trabalho da cidade de Rio do Fogo/RN. 2015. Projeto de Intervenção [Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas] 20 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal, Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: <[https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3774/1/AprenderParaDesenvolver\\_Torres\\_2015](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3774/1/AprenderParaDesenvolver_Torres_2015)>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Revista Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25838>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZABIELA, Natasha Carvalho. **A implantação do programa ACESSUAS TRABALHO no município de Porto Alegre/RS**: uma análise diagnóstica. 2017. Monografia [Bacharelado em Administração] 65f. Departamento de Ciências Administrativas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179268>>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1- TERMO DE COMPROMISSO COM SIGILO DA INFORMAÇÃO

#### TERMO DE COMPROMISSO COM SIGILO DA INFORMAÇÃO

Nós as pesquisadoras, Jacqueline Reis Trindade, portadora do documento de identidade nº 5.125.938-92, expedido pela SSP/BA, CPF nº 929.477.275-68, e a pesquisadora Eliene Gomes dos Anjos, portadora do documento de identidade nº 5707737-17, expedido pela SSP/BA, CPF nº 62871110549 pelo presente Termo, assumimos perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Jequié o compromisso de manutenção de sigilo sobre as informações a que tenha acesso ou conhecimento no âmbito do programa em razão dados obtidos dos arquivos do órgão público e o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal, que se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva.

Comprometemos a não divulgá-las ou comentá-las interna ou externamente, salvo com expressa autorização da coordenação do programa ACESSUAS, e cumprir as condutas adequadas contra destruição, modificação, divulgação indevida e acesso indevido, sejam acidental ou intencionalmente.


Estamos cientes que este Termo refere-se a todas as informações do Programa ACESSUAS Trabalho – dados, processos, informações, documentos e materiais – seja qual for o meio através do qual seja apresentada ou compartilhada: escrita em papel ou nos sistemas eletrônicos, falada em conversas formais e informais, disseminada nos meios de comunicação internos como reuniões, etc.

Este compromisso permanece mesmo após a extinção do Programa ACESSUAS Trabalho.

Jequié, 18 de fevereiro de 2022.

Nome: JACQUELINE REIS TRINDADE

CPF: 929.477.275-68

Assinatura: 

Nome: ELIENE GOMES DOS ANJOS

CPF: 628.711.105-49

Assinatura: 

## APÊNDICE 2- TERMO DE ANUÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
GABINETE DA SECRETÁRIA

### TERMO DE ANUÊNCIA

A Secretaria de Desenvolvimento Social de Jequié Bahia declara estar ciente da execução do projeto de pesquisa intitulado: Análise do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao mundo do trabalho implementado no município de Jequié BA, coordenado pela pesquisadora Jaqueline Reis Trindade, desenvolvido sob orientação da professora Eliene Gomes dos Anjos no programa de pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Jequié declara-se instituição coparticipante da pesquisa e autoriza a coleta de dados durante os meses de março até agosto de 2022, com resguardo da segurança e bem-estar dos participantes nela recrutados.

Jequié, 13 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

*Patricia Miranda Brandão Santana*  
Patricia Miranda Brandão Santana  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social  
Decreto nº 22061  
Prefeitura Municipal de Jequié

Patricia Miranda Brandão Santana

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Decreto nº 22061

## APÊNDICE 3- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1/4



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE


O Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **Análise do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho implementado no município de Jequié/BA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Jacqueline Reis Trindade, matrícula 2021100870, sob a orientação da professora Dra. Eliene Gomes dos Anjos, SIAPE 2075301. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que deverá ser devolvido em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail [jacquelinereis.trindade@gmail.com](mailto:jacquelinereis.trindade@gmail.com) e/ou através do telefone (73) 98818-9600. A qualquer momento você poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa sobre as questões éticas da pesquisa, no endereço Rua Rui Barbosa, nº 710, Centro, Cruz das Almas/BA e/ou pelo e-mail [eticaempesquisa@ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@ufrb.edu.br). O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CEP-UFRB) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O trabalho tem como objetivo geral analisar a execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), no município de Jequié/BA.

Você, como beneficiário(a) do programa ACESSUAS Trabalho no Município de Jequié, está sendo convidado(a) para participar de uma entrevista com um roteiro semiestruturado, ou seja, possui um roteiro prévio, mas abre o espaço para que o candidato e entrevistador façam perguntas fora do que havia sido planejado. A seleção dos beneficiários(as) para participarem da pesquisa será feita por amostra intencional e as entrevistas serão realizadas presencialmente, seguindo todos os

CCAAB/UFRB Rua Rui Barbosa, 710 - Centro - Cruz das Almas/BA - 44.380-000. Tel.: (73) 3621-8208 / 6466 / 9943.

Assinatura  
da pesquisa

  
Rubrica da pesquisadora  
responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL



protocolos de segurança e saúde para a não propagação do Covid-19 com o uso de máscara, distanciamento social, higienização de mãos e ambiente. Também, não haverá nenhuma forma de remuneração por sua participação. O benefício proposto pela pesquisa é de cunho social.

Serão utilizadas as orientações e os procedimentos promovidos pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016 sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, os quais possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Também segundo a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que versa sobre as diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos, a pesquisa garante a liberdade de participação dos possíveis entrevistados. Conforme previsto no inc.iv, do processo de consentimento livre e esclarecido "O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa"(Brasil, 2013. s/p).

A pesquisa apresenta risco à sua saúde física, pois ocorrerá presencialmente nos CRAS do município. E também dano à dimensão psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual. Os riscos possíveis são o cansaço, o desconforto, o embaraço ou constrangimento ao responder as perguntas da entrevista, situações nas quais o participante poderá exercer o direito de ler anteriormente as perguntas que poderão ser realizadas antes da entrevista.

O(a) entrevistado(a) da pesquisa poderá indicar se gostaria ou não de participar e, também, qual pergunta responderá ou não. A fim de preservar a privacidade, sigilo e confidencialidade, a pesquisa garantirá o anonimato do entrevistado(a) e a preservação dos dados no momento da entrega dos resultados, para que não seja possível sua identificação e possível represália.

Não existem questões que invadam a privacidade do(a) entrevistado(a), tampouco a divulgação de dados confidenciais. E será garantido o direito à



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL



indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, o que poderá ser conversado a qualquer momento com a pesquisadora responsável.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados que enviarei para o seu e-mail, será garantido o sigilo que assegure a sua privacidade e anonimato, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo, a menos que expresse interesse em ter seu nome como colaborador(a) da obra. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(            ) Autorizo o uso do meu nome como colaborador(a) na publicação.

(            ) Não autorizo o uso do meu nome como colaborador(a) na publicação.

Todo material ficará sob a responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos. Para condução e um melhor aproveitamento da entrevista é necessário o seu consentimento para gravação. As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(            ) Permito a gravação durante a entrevista.

(            ) Não permito a gravação durante a entrevista.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião na publicação, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(            ) Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

(            ) Não permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

(            ) Permito a utilização dos dados para pesquisas futuras.

(            ) Não permito a utilização dos dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL



favoráveis ou não.

### 1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **Análise do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho implementado no município de Jequié/BA**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável, **Jacqueline Reis Trindade**, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Jequié, Ba, ..... de ..... de 2022.

---

Assinatura por extenso do(a) participante da pesquisa

*Jacqueline Reis Trindade*

---

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

## APÊNDICE 4- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS BENEFICIÁRIOS DO ACESSUAS/TRABALHO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL

### ANEXO: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - BENEFICIÁRIOS DO ACESSUAS

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

##### Dados do Entrevistado (a)

**Nome:**

**Gênero:** ( ) Masculino

..... ( ) Feminino

..... ( ) Outros:

**Idade:** ( ) 18- 29 anos ( ) 30- 45 anos ( ) 46-59 anos

**Escolaridade:** ( ) Não Alfabetizado

( ) Fundamental (1ª a 5ª) incompleto ( ) Fundamental (1ª a 5ª) Completo

( ) Fundamental (6ª a 9ª) incompleto ( ) Fundamental (6ª a 9ª) Completo

( ) Médio Incompleto ( ) Médio Completo

( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo

( ) Outros:

**Estado civil:** ( ) casado(a) ( ) solteiro(a)

..... ( ) viúvo(a) ( ) união estável

..... ( ) Outros:

**Classificação étnico-racial:**

( ) Negro ( ) Branco ( ) Indígena ( ) Pardo ( ) Amarelo

1.1 Qual é a sua ocupação atual?

1.2 Atualmente, você está em algum programa de transferência de renda? Se sim, qual?

#### 2. Capacitação Profissional:

2.1 Qual foi o curso de qualificação profissional que o programa lhe ofertou?

2.2 Poderia relatar algumas experiências proporcionadas pelo Programa?

Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 péssimo, 2 ruim, 3 regular, 4 bom e 5 ótimo, como você daria sua nota para:

Grau	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
Pontos	1	2	3	4	5
Qualidade do Programa					



Metodologia empregada nos cursos de capacitação					
Aplicação do conhecimento no dia a dia					
Percepção do aprendizado					

2.3 Em sua opinião, os cursos possibilitaram oportunidades para o seu crescimento pessoal e profissional? Descreva um pouco a sua vivência.

2.4 Quais são as suas sugestões de melhoria ao Programa que você participou?

### 3. Inserção no Mundo do Trabalho

3.1 Faça um relato da sua experiência profissional antes de iniciar a capacitação no Programa.

3.2 Fale um pouco a sua trajetória profissional após o Programa de capacitação ACESSUAS /TRABALHO.

3.3 Precisou de algum conhecimento das oficinas que foram realizadas pelo Programa para exercer atividades profissionais?

3.4 A sua ocupação atual é resultado da capacitação recebida pelo Programa?

3.5 Teve alguma (s) temática(s) dada pelo programa que não usou no dia a dia (ou não acharam importante(s) )?

3.6 O que você não viu no Programa, mas que foi preciso no momento de entrar no mundo do trabalho?

3.7 Você conseguiu ser inserido no mundo do trabalho depois das capacitações?  
( ) Sim ( ) Não

3.8 Quanto tempo demorou para você conseguir um trabalho após a capacitação do Programa? Foi alguma atividade com vínculo empregatício? Se sim, qual?

3.9 Qual é a sua avaliação da sua ocupação atual?

3.10 Se não está ocupado atualmente, qual o motivo principal para não conseguir se inserir no mundo do trabalho?

3.11 Qual o seu sonho profissional e o que é necessário para realizá-lo?

3.12 Quais expectativas você tem em relação ao seu futuro profissional?

**APÊNDICE 5- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS  
PROFISSIONAIS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO PROGRAMA  
ACESSUAS/TRABALHO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRURADA PARA OS PROFISSIONAIS DA  
REDE SOCIOASSISTENCIAL DO PROGRAMA ACESSUAS/ TRABALHO**

**Dados do Profissional**

**Nome do profissional:**

**Formação:**

**Cargo:**

**Quanto tempo na Instituição:**

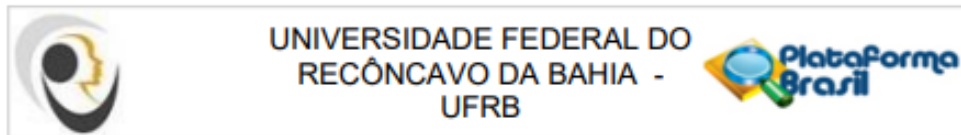
1. Como foi o processo de execução do Programa Acessuas Trabalho?
2. Como foi a relação com os CRAS?
3. Como foi a relação com os parceiros do Sistema Nacional de Aprendizagem Profissional (Sistema "S")?
4. Como você percebeu a participação das pessoas envolvidas no projeto?
5. Poderia relatar algumas experiências proporcionadas pelo Programa?
6. Qual a importância do Programa em sua opinião?
7. Seria possível comparar o Programa Acessuas Trabalho com outro programa relacionado à Assistência Social?
8. Quantas pessoas efetivamente conseguiram participar de ações de Inclusão Produtiva compreendendo a qualificação profissional, a intermediação de mão-de-obra, o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária, entre outras ações, poderia passar alguns dados em números?

<b>Grau</b>	<b>Péssimo</b>	<b>Ruim</b>	<b>Regular</b>	<b>Bom</b>	<b>Ótimo</b>
<b>Pontos</b>	1	2	3	4	5
Sua percepção como profissional da rede socioassistencial sobre a execução do Programa ACESSUAS Trabalho					
Metodologia empregada nos cursos de capacitação					
Percepção do aprendiz					

9. Quais foram os principais problemas enfrentados?
10. Quais suas sugestões de melhoria?

## ANEXO

### ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP DA UFRB



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Análise do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho implementado no município de Jequié/BA.

**Pesquisador:** Jacqueline Reis Trindade

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 56513222.2.0000.0056

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.428.795

##### Apresentação do Projeto:

As informações dos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivos da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas do projeto (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1883461.pdf, de 27/04/2022) e/ou do Projeto Completo (Projetoatual.docx, de 27/04/2022).

##### Resumo:

"O presente trabalho possui como objetivo central analisar a execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), no município de Jequié/BA. Nesse sentido, pretende-se inferir se o programa promoveu, através dos cursos profissionalizantes e de capacitação, a efetiva inserção ocupacional dos participantes e o abrandamento da precarização no mundo do trabalho, com a consequente redução da vulnerabilidade social. Para tanto, utiliza-se da revisão bibliográfica e documental, através das fichas cadastrais e dos relatórios de acompanhamento, além do estudo de caso e da técnica de entrevista, com um roteiro semiestruturado. A pesquisa visa contribuir com novas abordagens e melhorias à continuação da política pública de assistência social em prol da inclusão produtiva." (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1883461.pdf, de 27/04/2022, p. 2)

##### Hipótese:

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 710  
**Bairro:** Centro **CEP:** 44.380-000  
**UF:** BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS  
**Telefone:** (75)3621-6850 **Fax:** (75)3621-9767 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



"Não se aplica. A presente pesquisa não se utilizará de hipótese".  
(PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1883461.pdf, de 27/04/2022, p. 3)

**Metodologia:**

"A metodologia aplicada no presente trabalho possui fontes de informação provenientes de levantamento bibliográfico e documental para analisar se o Programa promoveu a efetiva inserção ocupacional dos participantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos diversos segmentos da economia municipal. Utilizando-se do estudo de caso, busca-se construir o perfil do público-alvo do programa, mediante a consulta das fichas cadastrais e da coleta de dados primários com a realização de entrevistas com os participantes nas Sedes dos Centros de Referência a Assistência Social (CRAS), em Jequié/BA, servindo-se de um roteiro semiestruturado. Os critérios iniciais para a seleção dos entrevistados são: a) o pertencimento racial; b) o gênero; c) a geração e d) a escolarização, entre outros que serão definidos no desenvolvimento da pesquisa. Todas as entrevistas serão transcritas para, em seguida, empregar a análise de conteúdo (BARDIN, 2002). Dessa forma, será encaminhado a todos os possíveis participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informando que estão sendo convidados a participar como voluntários, detalhando o que se pretende pesquisar e com qual objetivo, além de deixar claro que a recusa em participar não acarretará penalidade ou prejuízo de qualquer natureza. A seleção dos beneficiários para participarem da pesquisa será feita por amostra intencional e as entrevistas serão realizadas presencialmente, seguindo todos os protocolos de segurança e saúde para a não propagação do Covid-19. Também serão utilizadas as orientações e os procedimentos promovidos pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016 sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, os quais possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Contemplando a Resolução nº 466, do CNS, em relação às diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos, a pesquisa garante a liberdade de participação dos possíveis entrevistados, informando-os, anteriormente, sobre os objetivos da pesquisa e entregando-os, antes das entrevistas, as perguntas que poderão ser realizadas, para que os mesmos indiquem se gostariam ou não de participar e, também, quais perguntas irão ou não responder. A fim de preservar a privacidade, sigilo e confidencialidade, a pesquisa garantirá o anonimato dos entrevistados e a preservação dos dados no momento da entrega dos resultados, para que não seja possível a identificação dos participantes e o sofrimento de possíveis represálias. Através do estudo de campo, pretende-se construir o perfil dos

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 710

**Bairro:** Centro

**CEP:** 44.380-000

**UF:** BA

**Município:** CRUZ DAS ALMAS

**Telefone:** (75)3621-6850

**Fax:** (75)3621-9767

**E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.428.795

beneficiários do programa, cujas características esperadas da população são sujeitos de baixa renda, com predomínio da cor/raça, parda e/ou negra, da faixa etária dos 18 aos 59 anos, consistindo no grupo social vulnerabilizado e excluído do mercado de trabalho formal. Ademais, a análise cadastral e as entrevistas com os participantes visam verificar se as oportunidades geradas não são típicas do trabalho precário, com a finalidade de averiguar o contexto do abrandamento das vulnerabilidades sociais. Diante da paralização das etapas de acesso às oportunidades e monitoramento dos beneficiários do ACESSUAS Trabalho em Jequié/BA, devido ao Covid-19, pretende-se, no ano de 2022, realizar uma entrevista, através de um roteiro semiestruturado, com gestores que participaram do programa, com a finalidade de saber como foi a experiência da primeira e única execução do ACESSUAS no município, ocorrido entre agosto/2019 e janeiro/2020. Após a elaboração da dissertação, os resultados da análise da aplicabilidade serão socializados com os atores envolvidos no processo, ficando uma cópia física à disponibilidade de todos os participantes nos CRAS's, além do encaminhamento de uma cópia eletrônica à Prefeitura de Jequié/BA e a Secretaria de Desenvolvimento Social." (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1883461.pdf, de 27/04/2022, p. 3)

**Critério de Inclusão:**

"Os critérios iniciais para a seleção dos entrevistados são: a) o pertencimento racial; b) o gênero; c) a geração e d) a escolarização, entre outros que serão definidos no desenvolvimento da pesquisa, cujas características esperadas da população são sujeitos de baixa renda, com predomínio da cor/raça, parda e/ou negra, de faixa etária dos 18 aos 59 anos, consistindo no grupo social vulnerabilizado e excluído do mercado de trabalho formal". (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1883461.pdf, de 27/04/2022, p. 3)

**Critério de Exclusão:**

"Os critério de exclusão dos participantes da pesquisa são os beneficiários do Programa ACESSUAS que são menores de 18 anos." (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1883461.pdf, de 27/04/2022, p. 3)

**Objetivo da Pesquisa:**

"Objetivo Primário:

Analisar se o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) no município de Jequié/BA promoveu a efetiva inserção ocupacional de segmentos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710  
Bairro: Centro CEP: 44.380-000  
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS  
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)3621-9767 E-mail: eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.428.795

**Objetivo Secundário:**

- I. Identificar se há articulação do Programa ACESSUAS Trabalho com as demais políticas públicas, especialmente as territorializadas na área da educação, trabalho, desenvolvimento social e saúde.
- II. Construir o perfil dos beneficiários do programa destacando os quesitos de gênero, pertencimento racial, geração e escolarização.
- III. Verificar se as oportunidades geradas se afastam do trabalho precário com a finalidade de abrandar as vulnerabilidades sociais.
- IV. Averiguar se há monitoramento da trajetória dos trabalhadores encaminhados para o Programa ACESSUAS Trabalho, através dos registros em relatórios periódicos e as informações sobre participação e desempenho dos beneficiários nos cursos de formação e qualificação/profissionalização, bem como as ações de inclusão produtiva com os órgãos de intermediação de mão de obra." (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1883461.pdf, de 27/04/2022, p. 3)

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**\*Riscos:**

Contemplando a Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em relação às diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos, a pesquisa garante a liberdade de participação dos possíveis entrevistados, informando-os, anteriormente, sobre os objetivos da pesquisa e entregando-os, antes das entrevistas, as perguntas que poderão ser realizadas, para que os mesmos indiquem se gostariam ou não de participar e, também, quais perguntas irão ou não responder. A pesquisa apresentará possível risco à saúde física, pois ocorrerá presencialmente nos CRAS do município. Os riscos possíveis são o cansaço, o desconforto, o embaraço ou constrangimento ao responder as perguntas da entrevista, situações nas quais o participante poderá exercer o direito de ler anteriormente as perguntas que poderão ser realizadas antes da entrevista. A fim de preservar a privacidade, sigilo e confidencialidade, a pesquisa garantirá o anonimato dos entrevistados e a preservação dos dados no momento da entrega dos resultados, para que não seja possível a identificação dos participantes e o sofrimento de possíveis represálias. Não existem questões que invadam a privacidade do(a) entrevistado(a), tampouco a divulgação de dados confidenciais. E será garantido o direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, o que poderá ser conversado a qualquer momento com a pesquisadora responsável. Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados que será enviado por e-mail, será garantido o sigilo que assegure a privacidade e anonimato, ou seja,

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710

Bairro: Centro

CEP: 44.380-000

UF: BA

Município: CRUZ DAS ALMAS

Telefone: (75)3621-6850

Fax: (75)3621-9767

E-mail: eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RECÔNCAVO DA BAHIA -  
UFRB



Continuação do Parecer: 5.428.795

o nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma ocorrer a identificação, será mantido em sigilo, a menos que expresse interesse em ter seu nome como colaborador(a) da obra.

#### Benefícios:

A pesquisa possui como relevância social o mapeamento e a análise de dados quanto à implementação do Programa ACESSUAS Trabalho no município de Jequié/BA, corroborando com a criação e desenvolvimento de outras políticas públicas voltadas à assistência social, no fomento à permanência e à facilitação do acesso de pessoas em vulnerabilidade social no mundo do trabalho, assim como na capacitação e na produção de práticas voltadas à economia solidária. Neste sentido, o estudo pretende contribuir na análise e execução do Programa ACESSUAS Trabalho no município, sob o olhar dos beneficiários e dos gestores, podendo servir de subsídio para os atuais gestores públicos proceder com ajustes para as próximas aplicações do programa, na busca do aperfeiçoamento para uma melhor gestão da política de assistência social, bem como na emancipação social dos sujeitos, mediante as técnicas de permanente capacitação e educação profissionalizante. Assim, a pesquisa proporcionará uma relevância para a administração de recursos e capacitação de profissionais atuantes na área de Assistência Social e do Programa ACESSUAS Trabalho, proporcionando dados que possam corroborar para o implemento e eficiência de técnicas e suportes que permitam o aperfeiçoamento e possibilidades de gestão e inter-relação com as empresas locais, para o contrato dos beneficiados pelo programa, assim como na promoção de métodos ao micro empreendimento e à economia solidária, como alternativas à obtenção de renda familiar. Por fim, o presente trabalho pretende ampliar as possibilidades de intervenções e qualificações profissionais através do Programa ACESSUAS Trabalho, juntamente com outros marcos acadêmicos voltados ao estudo do programa, como TORRES (2015), LINHARES e ORLANDA (2015), ZABIELA (2017), entre outros, identificando possibilidades de articulação com demais políticas públicas territorializadas, voltadas ao incentivo da inclusão produtiva\*. (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1883461.pdf, de 27/04/2022, p. 3-4)

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional, unicêntrico, de tipo essencialmente qualitativo utilizando análise documental e de conteúdo, com financiamento próprio. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social para obtenção de título de mestre.

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710

Bairro: Centro

CEP: 44.380-000

UF: BA

Município: CRUZ DAS ALMAS

Telefone: (75)3621-6850

Fax: (75)3621-9767

E-mail: [eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br)

Página 05 de 07



Continuação do Parecer: 5.428.795

Número de participantes no Brasil: 40 adultos acima de 18 anos (3 profissionais da Rede Socioassistencial do Programa e 37 beneficiários do ACESSUAS)

Previsão de início do estudo, com coleta de dados: 31/05/2022

Previsão de encerramento do estudo (última ação prevista no cronograma): 31/03/2023

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide o campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Parecer de APROVADO.

O projeto encontra-se aprovado para execução, pois atende aos princípios bioéticos para pesquisa envolvendo seres humanos, conforme resolução ou 510/2016 e complementares. Cabe ao/à pesquisador/a responsável manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa (Resolução CNS 466/2012 Item XI.2.f – Do Pesquisador Responsável).

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Seu projeto foi Aprovado e a coleta de dados poderá ser iniciada junto aos participantes da pesquisa. O CEP/UFRB deseja sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e aguardará o recebimento dos relatórios parciais e final nos prazos pertinentes previstos no cronograma, por meio de notificação via plataforma brasil, conforme a Resolução do CNS nº 466/2012, item XI.2, letra d.

O modelo dos relatórios encontra-se na página [https://www2.ufrb.edu.br/cep/images/Formularios/Modelo\\_relatorio\\_parcial\\_ou\\_final.pdf](https://www2.ufrb.edu.br/cep/images/Formularios/Modelo_relatorio_parcial_ou_final.pdf)

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1883461.pdf	27/04/2022 23:01:23		Aceito
Outros	RespostaParecerdoCEP.pdf	27/04/2022 22:53:29	Jacqueline Reis Trindade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLEatual.doc	27/04/2022 22:46:07	Jacqueline Reis Trindade	Aceito

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710

Bairro: Centro

CEP: 44.380-000

UF: BA

Município: CRUZ DAS ALMAS

Telefone: (75)3621-6850

Fax: (75)3621-9767

E-mail: [eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br)





Continuação do Parecer: 5.428.795

Justificativa de Ausência	TCLEatual.doc	27/04/2022 22:46:07	Jacqueline Reis Trindade	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetoatual.docx	27/04/2022 22:42:39	Jacqueline Reis Trindade	Aceito
Outros	Termosigilo_atualizado.docx	08/03/2022 10:22:25	Geraldo Ribeiro Costa Fentanes	Aceito
Outros	Roteiroentrevista.docx	01/02/2022 16:59:42	Jacqueline Reis Trindade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo.pdf	01/02/2022 16:48:58	Jacqueline Reis Trindade	Aceito
Folha de Rosto	FROSTO.pdf	01/02/2022 16:47:22	Jacqueline Reis Trindade	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CRUZ DAS ALMAS, 25 de Maio de 2022

---

**Assinado por:**  
**RAMAYANA E SILVA COSTA**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 710

**Bairro:** Centro

**CEP:** 44.380-000

**UF:** BA

**Município:** CRUZ DAS ALMAS

**Telefone:** (75)3621-6850

**Fax:** (75)3621-9767

**E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br